

**UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS –
ICHS, INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – IM E
INSTITUTO DE TECNOLOGIA – IT.**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS
PÚBLICAS**

DISSERTAÇÃO

**A Construção de Novas Territorialidades a partir
da Implantação do Complexo do Superporto do
Açú em São João da Barra- RJ**

Fellipe Silva Prado

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS,
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – IM E INSTITUTO DE
TECNOLOGIA – IT**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**A CONSTRUÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES A PARTIR
DA IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO DO SUPERPORTO DO AÇÚ
EM SÃO JOÃO DA BARRA- RJ**

FELLIPE SILVA PRADO

Sob a Orientação da Professora
Betty Nogueira Rocha

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

Seropédica, RJ
Março de 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS, INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR – IM E INSTITUTO DE TECNOLOGIA – IT.
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS – PPGDT/UFRRJ.**

FELLIPE SILVA PRADO

Dissertação/Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas PPGDT/UFRRJ, área de Concentração em Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM -----/-----/-----

Professora Doutora Betty Nogueira Rocha – IM. PPGDT/UFRRJ
(Orientador)

Professora Doutora Maria do Socorro Bezerra de Lima – UFF/Campos dos Goytacazes
(membro externo)

Professora Doutora Lucia Helena Pereira da Silva – IM. PPGDT/UFRRJ
(membro interno)

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a minha querida avó paterna Idalina Rosa de Andrade Prado (*In Memoriam*) professora e principalmente sonhadora. Durante nossa última conversa acreditava piamente no meu potencial e disse: “a graduação é apenas o começo, sei que você vai muito mais longe”. Infelizmente, não conseguiu realizar a maioria dos seus sonhos, mas mesmo que de maneira simbólica e simplória pude realizar um sonho de ambos.

AGRADECIMENTOS

Vivenciar mais esse processo de construção e principalmente de “desconstrução” de ideias, paradigmas e simbolismos, sem dúvida requer uma grande compreensão por parte dos indivíduos no entorno de cada mestrando. Contudo, é primaz agradecer ao único capaz de nos compreender e nos amar em totalidade sem exigências, Jesus Cristo. Meu mestre maior, guia e principalmente o centro da minha vida e das minhas decisões!

Aos meus pais, Flavio Augusto de A. Prado e Eliane de O. S. Prado e meu irmão Matheus S. Prado merecem todo meu agradecimento, carinho, afeto e amor. Todas as palavras que eu tente delinear serão insuficientes para expressar minha gratidão pelos anos de dedicação formação como ser pensante. Cada apoio, gesto, e até as primeiras leituras da dissertação ficarão guardados em um lugar muito especial da memória.

Em terceiro, agradeço a Professora Doutora Betty Nogueira Rocha pela orientação, apoio e principalmente pela amizade construída. O convívio, com sugestões, críticas e construção de parcerias, foi não somente uma enriquecedora experiência profissional como também muito prazerosa. Através desse momento de orientação e convívio pude conhecer novas perspectivas com relação à ciência e a vida, guardarei gratamente na memória os momentos de apoio, ensino, e incentivo que me trouxeram até aqui.

Não posso negligenciar nos agradecimentos aqueles que mesmo em minhas ausências ou em momentos de tensão, continuaram me apoiando e principalmente sendo amigos para a vida, são eles: Luiz Antônio Chaves de Farias e Marcel Soares Lopes, que além de serem grandes amigos, em muitos momentos puderam me ajudar a pensar e a operacionalizar muitos dos elementos contidos aqui. Também a querida e “bonitinha” da minha vida Christiane Brazão, a família Renor, principalmente minha lindíssima afilhada por ter um padrinho tão distante, as parceiras de tempos áureos *Laplaceanos*, aos Valcacer pela torcida, ao querido casal Luciana e Sandro Ferreira que foram mais do que anfitriões, foram porto seguro! A Cleia Caires, pela parceria. Aos meus ex-alunos que me apoiaram quando tive de decidir entre eles e a realização do mestrado, e aos demais familiares.

Agradeço aos docentes e funcionário do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas- PPGDT da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ e principalmente as amigas constituídas nesses velozes dois anos com os discentes. Cada um de vocês contribuiu significativamente

para que fossem anos de aprendizado, renovação de ideias, fortalecimento de outras, mas evidentemente de inúmeras alegrias e surpresas, sendo a principal delas a relação quase que de irmandade desde o dia da prova de seleção com a também discente Jenifer Cristine Medeiros.

Careço também em agradecer as preciosas ‘caronas’ fornecidas pela Rai, Maria, Lucimar e Marlem, bem como o alojamento que o Marcos providenciava, foram de grande valia. Não só pela ajuda no cansaço bem como no estreitamento das nossas amizades, cada fim de tarde no Marcelo com Chico, Ian, Valmir, Samuca, Patrícia são momentos que ficarão no coração e deixarão muita saudade. Reproduzo a fala de um de vocês: “o que mais valeu disso tudo são as amizades construídas”.

Não posso deixar de mencionar agradecimentos mais do que especiais aos agricultores familiares, aos reassentados em Vila da Terra e pescadores artesanais de São João da Barra. Companheiros que desde o ano de 2010 puderam mesmo diante de enorme dificuldade me receber com simpatia, sorriso e principalmente com disposição em me ajudar nos meus questionamentos e em cada dia de campo. Sem o apoio, disponibilidade, e a simpatia com que fui recebido em cada visita, esse trabalho não teria sentido. A motivação diária da realização deste vinha exclusivamente do exemplo de garra de cada um de vocês, ainda estamos juntos na luta!

Agradeço especialmente ao Professor Doutor José Luis Vianna da Cruz pela imensa contribuição para a realização deste trabalho, obrigado por me receber em Campos dos Goytacazes/RJ em algumas oportunidades, por contribuir com bibliografias, contatos e principalmente por abrir mão de seu tempo para discutirmos a respeito dos acontecimentos recentes no Norte Fluminense. Sinceramente, cada momento desses foi de grande valia, e sem eles, duvido que o resultado final fosse melhor que esse.

Externo também meus agradecimentos a Professora Denise Cunha Tavares Terra, que prontamente atendeu minha solicitação e me recebeu nas dependências da UENF, contribuindo com inúmeras reflexões a respeito das recentes transformações em curso. Também ao Sr. Rodrigo Santos, representante da diretoria da ASPRIM, que prontamente nos atendeu em algumas oportunidades e nos apresentou a alguns dos agricultores atingidos.

Por fim, não menos importante, agradeço aos componentes da banca a Professora Doutora Maria do Socorro Lima e a Professora Doutora Lucia Helena Pereira da Silva, o convite à participação foi resultado de apreço pelo trabalho

desenvolvido por cada uma e pelas importantes contribuições que certamente darão visando o amadurecimento do aqui proposto.

Sem mais, só me resta dizer o meu sincero e singelo MUITO OBRIGADO!

RESUMO

PRADO, Fellipe Silva. **A Construção de Novas Territorialidades a partir da Implantação do Complexo do Superporto do Açú em São João da Barra- RJ.** 2013 125 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto de Ciências Humanas e Sociais- ICHS, Instituto de Tecnologia- IT e Instituto Multidisciplinar- IM, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

A presente proposta de pesquisa tem como ponto de partida a atual fase de retomada investimentos industriais públicos e privados de grande porte no estado do Rio de Janeiro, principalmente a partir dos anos 2000. As transformações decorrentes desse processo tem (re)ordenado os territórios sob a égide das demandas das corporações. Objetiva-se compreender como a instalação do Complexo do Superporto do Açú em São João da Barra- RJ e seus desdobramentos têm alterado as dinâmicas de ordenamento territorial interno, engendrando a criação de novas territorialidades aos agricultores familiares, reassentados na chamada Vila da Terra e aos pescadores artesanais. Tais grupos estão historicamente fixados no município e tem na terra e nos ambientes aquáticos um importante elemento de sua reprodução social. Dados obtidos em campo revelam que parcela significativa de pessoas encontram-se descontentes, por não terem sido ouvidos durante o processo e pela forma como foram conduzidas as desapropriações. Além disso, o descontentamento origina-se na imposição de novos zoneamentos pesqueiros e um conjunto de ‘normativas’ que restringem o exercício das atividades agrícolas em Vila da Terra. Para a construção da temática os grupos foram ouvidos em pesquisas de campo através do método de observação não participante. Com aplicação de questionários abertos e semiestruturados, nas áreas de desapropriação, reassentamento e de pesca. Dessa forma, podemos aferir que o processo em curso tem sido responsável pela imposição de novas territorialidades, por rupturas com construções sociais históricas mediatizadas nos territórios, e a mais delicada consequência é a possibilidade real de aniquilação de saberes, e modos de vida.

Palavras chave: territorialidades; Superporto do Açú, São João da Barra.

ABSTRACT

This research proposal has as its starting point the current phase of renewed public and private industrial large investments in the state of Rio de Janeiro, mainly from the 2000s. The changes resulting from this process have (re)ordered the territories under the aegis of the demands of corporations. The study objective understand how the installation of Complex Superporto Acu in São João da Barra - RJ and its unfolding have changed the dynamics of national spatial planning, engendering the creation of new territoriality for family farmers , resettled in the called “Vila da Terra” and artisanal fishermen . Such groups are historically established in the municipality and has in the land and aquatic environments an important element of their social reproduction. Data from fieldwork show that a significant number of people are unhappy because they have not been heard during the process and by the way the disappropriations were conducted. Moreover, discontent arises in the imposition of new fishing zoning and a set of ' normatives ' which restrict the exercise of agricultural activities in “Vila da Terra”. For the construction of the thematic, the groups were heard, in the field research, through the method of non-participant observation. With the implementation of open and semi-structured questionnaires , in the areas of expropriation , resettlement and fishing . Thus, we can infer that the current process has been responsible for imposing new territoriality, with disruptions in the historical social buildings mediated in the territories, and the more delicate result is a real possibility of annihilation of knowledge, and ways of life.

Keywords: territoriality; Superporto Acu, São João da Barra.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
ASFLUCAN	Associação dos Plantadores de Cana
ASPRIM	Associação dos Produtores Rurais e Imóveis do Quinto Distrito
BME	Banco Multidimensional de Estatísticas
Campos	Campos dos Goytacazes
CLIPA	Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú
COAGRO	Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro
CODIN	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CLGI	Complexo Lagunar Grussaí-Iquipari
DISJB	Distrito Industrial de São João da Barra
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
GPI's	Grandes Projetos de Investimento
IAA	Instituto do Açúcar e Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SJB	São João da Barra
TKCSA	ThyssenKrupp CSA
UCAM	Universidade Cândido Mendes
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UF's	Unidades da Federação
ZIPA	Zona Industrial Porto do Açú

Lista de Tabelas

Tabela 01: Valores dos Investimentos Industriais Decididos Segundo Regiões de Governo no Estado do Rio de Janeiro	23
Tabela 02: População Total - 2000-2010	27

Lista de Quadros

Quadro 01: Grandes Investimentos Públicos e/ou Privados em Curso no Estado do Rio de Janeiro 2000-2013	20
Quadro 02: Conflitos e Impactos da Instalação do Complexo do Superporto do Açú....	54

Lista de Figuras

Figura 01: Mapa de Localização da Região Norte Fluminense.....	9
Figura 02: Mapa dos Grandes Projetos de Investimentos em Curso no Estado do Rio de Janeiro.....	19
Figura 03: Mapa de Investimentos Públicos e Privados no Estado do Rio de Janeiro (2011-2013)	20
Figura 04: Distribuição da população total de Pipeiras por faixa etária.....	28
Figura 05: Projeto do Complexo em 2012	47
Figura 06: Esquema Comparativo Entre Tipo de Embarcação e Necessidade de Calado	48
Figura 07: Mineroduto Sistema Minas Rio	49
Figura 08: O Complexo do Superporto do Açú na Contemporaneidade.....	53
Figura 09: Localização das Principais Áreas voltadas a Agricultura Familiar em SJB/RJ	57
Figura 10: Produção de Quiabos e Abacaxis em Pipeiras-SJB	58
Figura 11: Destruição das Materialidades no Lote Desapropriado e Instalação de Placas	61
Figura 12: Perspectivas em Vila da Terra: principal rua e Habitação dos Reassentados	65
Figura 13: Localização das Principais Áreas de Pesca no Município de SJB/RJ.....	70
Figura 14: Sede da Colônia de Pescadores Z2 em Atafona, São João da Barra/RJ	73
Figura 15: Concentração de Embarcações em Atafona/SJB	74

Figura 16: Uso de Força Policial em Desapropriações no Quinto Distrito	95
Figura 17: Formas de Comunicação das Emergentes Territorialidades	96
Figura 18: Centro de Formação Profissional na Colônia Z2- Atafona.....	105
Figura 19: Construção do Entreposto Pesqueiro de Atafona/SJB.....	106
Figura 20: Esquema do Entreposto Pesqueiro de Atafona	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: DA CANA DE AÇÚCAR A “VOCAÇÃO INDUSTRIAL”: A CONSTRUÇÃO DO PRESENTE	8
1.1. O Norte Fluminense: aspectos socioeconômicos, configuração territorial e poder.	8
1.2. Caracterização Demográfica	26
1.3. A Sede do Poder: a centralidade de Campos dos Goytacazes.....	32
1.4. <i>Locus</i> do Superporto do Açú: São João da Barra/RJ.....	38
CAPÍTULO II: DESENVOLVER PARA EXCLUIR? O PARADIGMA DA INDUSTRIALIZAÇÃO.....	42
2.1. A Construção da ‘vocação industrial’: o paradigma do desenvolvimento	42
2.2. A Elevação à Categoria de Complexo Industrial	46
2.3. Os ‘atores sociais’ afetados diretamente pela instalação do Complexo do Superporto do Açú	54
2.3.1. Agricultores Familiares	55
2.3.2. Reassentados em Vila da Terra	64
2.3.3. Pescadores Artesanais	69
CAPÍTULO III: TERRITÓRIOS DE DISPUTA E DE EXCLUSÃO: A EMERGÊNCIA DE NOVAS TERRITORIALIDADES ENTRE OS AGRICULTORES FAMILIARES, REASSENTADOS EM VILA DA TERRA E PESCADORES ARTESANAIS	76
3.1. A “reificação” do “territorial” no presente.....	76
3.2. Território: uma abordagem conceitual	79
3.3. Territorialidades	83
3.4. Apontamentos Referentes à Noção de Desenvolvimento	86
3.5. A Emergência do Conflito Iminente Territorial	90
3.5.1. Agricultura Familiar e as Novas Territorialidades	93
3.5.2. Reassentados de Vila da Terra	99
3.5.3. Pesca Artesanal	103
3.5.4. Alterações no Ambiente que Impõem Novas Territorialidades	109
Considerações Finais.....	112
Referências Bibliográficas	121

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como ponto de partida um trabalho de campo ainda durante o período de graduação em Bacharel em Geografia. Uma das últimas disciplinas obrigatórias prevê uma ida a campo no intuito de averiguar um problema de pesquisa, que nesse caso, especificamente, buscava averiguar os impactos da instalação do Superporto do Açú, até então apenas porto do Açú, no município de São João da Barra/RJ.

Nessa ocasião em meados do ano de 2010 inúmeros problemas já vinham sendo apontados por pesquisadores, principalmente da UFF- Campos dos Goytacazes e UENF. Além disso, os primeiros sinais de impactos ambientais e sociais já se apresentavam. Naqueles dias, pude me deparar com um projeto de grande magnitude, que demandaria da corporação e do poder público, grande esforço, não só pela construção e demais demandas como também esforço no sentido de mitigar os impactos e solucionar inúmeras questões que ainda surgiriam.

Retornando da viagem o desejo e o projeto a ser submetido ao programa de mestrado foi sendo arquitetado, tendo como pressuposto inicial que as recentes transformações em curso modificariam dimensões simbólicas, afetivas e materiais nos territórios da agricultura familiar no município. A região já era conhecida por conflitos agrários, e acreditava-se que novos conflitos emergiriam acirrando ainda mais as desigualdades preexistentes no município.

As principais mudanças aparentes no período eram a implantação de projetos industriais de grande porte, incluindo projetos logísticos e de infraestruturas. Tais processos em curso têm alterado não só a forma, mas, também, a função dos espaços do Norte Fluminense, incluindo antigas áreas de produção agrícola, como a canavieira, que passam a ser alvo do capital especulativo que lhes atribui novos valores. Além disso, mudanças de tal magnitude também atingem aos aspectos imateriais da população, os colocando possivelmente em situação de vulnerabilidade social ou no que Almeida (1996) chama de “refugiados do desenvolvimento”.

O empreendimento mais exponencial no contexto espacial de análise era o Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú (CLIPA), hoje denominado como Complexo do Superporto do Açú no município de São João da Barra- RJ. O complexo

estava em fase de implantação desde 2007 pelo Grupo EBX¹ que firmou parcerias com o Governo do Estado através da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro (CODIN) e financiamentos junto ao BNDES e outras instituições financeiras. Estimavam que 40% da área do município faria parte das ações do referido grupo, como investimento direto; porém, sempre houve divergências quanto à extensão total uma vez que o licenciamento ambiental, essencial ferramenta de possível mensuração, tem sido feito de maneira compartimentada por cada indústria ou projetos estruturais em vias de instalação.

O projeto atende a uma recente concepção mundial de portos, conceito denominado “porto indústria”, onde no mesmo espaço coabitam as atividades portuárias e diferentes funções logísticas e industriais. No caso específico do complexo, as indústrias em construção ou previstas atenderiam ao beneficiamento de produtos primários, principalmente minérios oriundos do estado de Minas Gerais a serem comercializados preferencialmente com o mercado asiático, em especial, o chinês. Além disso, já está em construção um estaleiro², e em planos de construção, siderúrgicas, um grande corredor logístico³, minerodutos, obedecendo à mesma lógica de ações e visando possivelmente os mesmos compradores.

Tendo em vista a magnitude do empreendimento e de suas demandas eminentemente territorializadas, inúmeras implicações negativas foram sendo evidenciadas por parcela representativa da população do município de São João da Barra. Tais implicações são relacionadas especialmente ao incremento das migrações de mão de obra pouco qualificada para o município, aumento da especulação imobiliária e do déficit habitacional, não absorção da mão de obra local, desapropriação de áreas e a maior delas, a remoção de pessoas (em alguns casos comunidades inteiras), de suas terras, seus imóveis e seus “espaços vividos”.

A população diretamente atingida pelas remoções são em maioria provenientes do 5º distrito do município de São João da Barra (Pipeiras), essencialmente pequenos

¹ Trata-se de uma *holding* que tinha como sócio majoritário o empresário Eike Batista.

² Inicialmente, a construção do estaleiro seria no Estado de Santa Catarina. A imprensa catarinense e campista, além de trabalhos acadêmicos, destacam que o projeto foi negado por infringir leis ambientais municipais e estaduais. Pautaram os argumentos para a negação nos possíveis impactos ambientais decorrentes do estaleiro que prejudicariam atividades econômicas representativas no Estado como: pesca e turística no litoral.

³ O corredor logístico proposto pelo Grupo EBX tem o traçado ainda não apresentado à população. De acordo com informações oficiais no site da EBX em 2012, teria uma extensão total de aproximadamente 45 quilômetros, contando com rodovias, ferrovia (Ferrovia Centro Atlântica na porção territorial referente a Campos dos Goytacazes- RJ), oleodutos, mineroduto e redes de transmissão de energia, ligando São João da Barra a Campos dos Goytacazes- RJ.

agricultores que exerciam também outras atividades relacionadas a sua reprodução social, tais como: pesca, criação de animais (suínos, aves, bovinos) e administração de pequenos estabelecimentos comerciais. As ações de desapropriação desconsideraram a história dos lugares, a relação homem-meio e as atividades que eram realizadas, excluindo a população envolvida dos processos decisórios, o que dificultou a possibilidade de articulação contra as ações. Em função disto, justifica-se o entendimento da emergência de novas territorialidades que são (des)construídas como consequência desse processo.

Para elucidar a questão proposta, serão utilizados como objeto de análise, os agricultores familiares, os reassentados na chamada Vila da Terra, que consiste num conjunto de casas construídas para alocar alguns desapropriados das terras utilizadas para a construção do complexo. E por fim, avaliar a situação da pesca artesanal no município.

Importante ressaltar que a simples remoção de famílias de suas terras e seu reassentamento já se apresentou ineficaz em outras experiências relatadas em diversos trabalhos acadêmicos. Stanley (2004) apresenta casos e consequências de deslocamentos de pessoas por diferentes projetos: construção de barragens, reestruturação urbana e de transportes, extração de recursos naturais. Para ele, tais mudanças implicam no que denomina “*development-induced displacement resettlement-DIDR*”, traduzindo sumariamente: o autor se refere aos deslocamentos e reassentamentos induzidos pelo desenvolvimento.

Estas proposições nos levam a perceber a complexidade desses processos. Um exemplo discutido pelo mesmo autor é a desapropriação de terras para a construção do Projeto Alto Krishna na Índia, em que duas barragens foram construídas na região de Karnataka deslocando inicialmente 240.000 pessoas, por conta de diversos fatores, não houve o reassentamento de boa parte das famílias até os dias de hoje.

Evidentemente os deslocamentos e reassentamentos em São João da Barra assumem menores proporções, mas, similarmente ao caso indiano, resultaram em remoções de centenas de famílias, aniquilando seu patrimônio (i)material e impondo a alocação em novas áreas. Os deslocamentos estão sendo realizados alheios à vontade dos moradores, que estavam estabelecidos há muito tempo em suas localidades anteriores. Essas pessoas, necessariamente, terão que passar por um processo de adaptação à nova realidade colocada de maneira involuntária.

Nesse sentido, pretende-se entender como as transformações na região Norte Fluminense, relacionadas à refuncionalização dos espaços e aos recentes grandes investimentos industriais, estão refletindo no surgimento de novas territorialidades involuntárias⁴ e/ou construídas pelos atuais agentes de transformação do espaço e pelos grupos populacionais atingidos. De forma que a escolha dos recortes, espacial e temporal, da análise estão intimamente ligados à chegada do empreendimento. O recorte espacial escolhido é o município de São João da Barra- RJ e como recorte temporal temos início do processo de implantação do projeto, entre 2007 aos dias atuais, por se tratar de um processo ainda em curso.

Diante do exposto, inúmeras questões surgiram delineando o que entendemos ser o objeto da pesquisa: de que forma se dá a construção das novas territorialidades aos diretamente atingidos⁵ pela construção do empreendimento desde 2007? Quais são os discursos dos agentes para a alocação de tais recursos no referido recorte espacial de análise? Qual o papel do Estado nas desapropriações e na legitimação das ações dos grupos corporativos? De que forma se deram as desapropriações da terra no Quinto Distrito? Qual são os pontos de vista da população desapropriada em relação à implantação do empreendimento? Qual será o futuro da pesca e da agricultura familiar no município?

Por se tratar de uma pesquisa predominantemente qualitativa, trabalha-se com a suposição de que a construção do empreendimento tem exigido por parte, dos grupos já apresentados, a emergência de novas territorialidades e apropriações do território sanjoanense. Verificou-se que dezenas de pessoas ainda vêm sendo obrigadas a deixar seu passado (i)material por conta de um projeto privado que fundamenta-se em uma noção de desenvolvimento que visa apenas atividades econômicas de interesse mercantil e exportador.

Objetiva-se analisar as (re)configurações territoriais decorrentes da instalação do Complexo do Superporto do Açú (2007), em São João da Barra- RJ e a (des)construção de territorialidades decorrentes desse processo. Outro objetivo visa descrever como correu a escolha do espaço sanjoanense, principalmente, de que forma ocorreram às

⁴ Entende-se por territorialidades involuntárias a necessidade de criação de uma relação/construção homem- meio por parte daqueles que não puderam permanecer em suas terras.

⁵ Entende-se por “diretamente atingidos” aquele contingente populacional que ocupava as terras que foram desapropriadas para a construção do empreendimento ou que tem sua atividade caracterizadora passíveis a não perpetuarem-se. Nesse recorte espacial estão principalmente os residentes do distrito de Pipeiras, 5º distrito de São João da Barra- RJ, caracterizados em bibliografias consultadas como agricultores familiares, pescadores artesanais, que tinham na terra e no mar sua forma de reprodução social e de aferir renda.

desapropriações de terra e quais são às novas territorialidades impostas aos diretamente atingidos por esses processos.

Especificamente, objetiva-se: apresentar uma contextualização socioeconômica do Estado do Rio de Janeiro e da mesorregião Norte Fluminense; identificar os fatores que informam a seleção de São João da Barra como o município sede de um dos maiores empreendimentos logísticos do Estado e do país, descrever e analisar a cronologia das ações decorrente da implantação do Complexo em São João da Barra, analisar o processo de desapropriação de terras e as consequências do reassentamento, compreender a superposição das territorialidades pretéritas, atuais e tentar estabelecer possíveis projeções das novas configurações após chegada do empreendimento.

Com relação aos aspectos metodológicos, propõe-se como ponto de partida a revisão bibliográfica dos seguintes conceitos/noções: território, territorialidade, desenvolvimento, logística, planejamento/ordenamento territorial, agricultura familiar, pescar artesanal e sistemas portuários. Após a aquisição do aporte conceitual proposto, iniciou-se a fase de aquisição de dados secundários referentes especificamente ao levantamento documental, do Estudo de Impacto Ambiental- EIA e do RIMA do Distrito Industrial e levantamento dos microdados sócio demográficos da amostra junto ao Banco Multidimensional de Estatísticas- BME/IBGE, no intuito de caracterizar a população através dos Censos Demográficos- IBGE 2000 e 2010.

Como levantamento de dados primários foram realizados cinco pesquisas em campo, nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 no intuito de captação de informações na ótica de diferentes agentes de transformação do espaço sanjoanense. Para isso foram realizadas entrevistas e aplicados questionários semiestruturados e abertos na busca pela caracterização dos envolvidos e pelos pontos de vista referentes ao mesmo processo. Estas inserções em campo possibilitaram a realização de entrevistas com os seguintes atores sociais: os ainda residentes do Quinto Distrito de São João da Barra, a sede da Associação dos Produtores Rurais e Imóveis do Quinto Distrito (ASPRIM) e sua diretoria, a sede do complexo, a Vila da Terra (caso de reassentamento), pesquisadores em Campos dos Goytacazes (UFF, UENF e UCAM), representante regional da Pastoral da Terra, diretor regional do Projeto Frutificar⁶, Secretarias Municipais, presidente regional da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), a

⁶ Programa criado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 2000, que visa através de linhas de crédito visa aumentar a produção e a produtividade na fruticultura irrigada no Estado. Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária (SEAPEC, 2000).

Associação dos Plantadores de Cana (ASFLUCAN). E por último, e de suma importância, as Usinas: Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro (COAGRO), Paraíso e Canabrava nos anos de 2012 e 2013.

Além da análise qualitativa, a partir do levantamento dos dados primários e secundários mapeou-se os principais investimentos de grande porte no estado, as principais áreas de localização de agricultores familiares, dos três entrepostos pesqueiros, e a Vila da Terra, com auxílio do software ArcGIS 10.1, importante ferramenta na confecção de mapas.

Outro importante ponto ainda precisa ser trabalhado na fração introdutória, ao longo do texto as palavras território e territorialidades aparecem sistematicamente. De modo que delimitar breves notas a respeito das duas se faz necessário, mesmo que no terceiro e último capítulo, ambos sejam mais bem revistos conceitualmente. Os conceitos de território que mais bem se enquadram nessa proposta é o que aponta Souza (1995), quando diz que, em uma primeira aproximação conceitual, “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995:78). Tendo o poder como elemento inerente aos territórios, que podem ser (i)materiais, e variam de acordo com a temporalidade, podendo, inclusive, se sobreporem.

Já a territorialidade se expressa pela relação entre seres humanos mediatizadas nos territórios, “territorialidade será definida como a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (SACK, 2011:76). Sendo um comportamento humano espacial não agressivo.

De antemão é necessário que se discuta, mesmo que de modo simplista, os recentes acontecimentos envolvendo o Grupo gestor do Superporto do Açúcar (EBX) e as recentes mudanças oriundas de problemas de cunho financeiro/administrativo do mesmo. Reconhece-se a existência de um importante acontecimento que possivelmente mudará parte do que até aqui será exposto. A partir julho de 2013, as ações do grupo, negociadas em bolsa de valores, caíram abruptamente, uma desvalorização de aproximadamente 90%. A partir desse fato, o Grupo EBX anunciou mudanças e o desejo de negociar dívidas referentes aos empréstimos cedidos por bancos públicos. Um dos impactos mais sentidos foi a demissão de muitos funcionários, e especificamente no caso do Superporto do Açúcar, além das demissões, houve paralisação de parte da construção.

Outro grande problema que complexifica ainda mais esse momento diz respeito à gestão organizativa da corporação. O Grupo EBX enquanto *holding* estabeleceu em seu plano estratégico de ações uma vinculação empresa a empresa, em outras palavras: as empresas eram vinculadas umas as outras no intuito de estarem atuando em todo processo produtivo, desde a extração de matéria prima, os aspectos logísticos, o beneficiamento, além de compra e venda de *commodities* no mercado global. Evidentemente, um rede de relações tão complexas, tendem a ruir quando quaisquer um de seus investimentos básicos não estão em momentos de pujança.

A primeira empresa do grupo a enfrentar o que já foi descrito foi a OGX, hoje, OGpar. Outras empresas do grupo renegociam suas dívidas ou foram vendidas a outros grupos empresariais que assumiram o papel gestor. A partir dessas transformações o projeto pode ser revisto mediante as intencionalidades desses novos grupos, por isso, e mais, vê-se que diante nós estará o desafio de compreender no futuro, os ‘novos acontecimentos’ territoriais.

O presente trabalho encontra-se, exclusivamente para fins didáticos reflexivos em três capítulos, além das considerações finais e das referências bibliográficas. O primeiro capítulo é intitulado: “Da Cana de Açúcar à “Vocação Industrial”: a construção do presente” trata especificamente de uma contextualização estadual, regional, e municipal que é fundamental para a compreensão dos processos em curso. Novos agentes conflitando entram na disputa e com isso perpetuam cenários de desigualdade social, dentre outros aspectos. Para além, o capítulo nos faz reconhecer o papel central de Campos, e que além de polo regional, já tem sentido os reflexos dessa disputa.

O segundo capítulo: “Desenvolver para Excluir? O paradigma da industrialização”, nos leva a entender a construção de um ideário de desenvolvimento que tem como pressuposto a introdução das atividades industriais no município de SJB. Além disso, essa fração dedica-se a apresentar os atores sociais envolvidos evidenciando a luta dos ‘invisíveis’: agricultores familiares, reassentados e pescadores artesanais.

Por fim, o terceiro e último capítulo, denominado: “Territórios de Disputa e de Exclusão: a emergência de novas territorialidades entre os agricultores familiares, reassentados em Vila da Terra e Pescadores Artesanais” buscando, em linhas gerais, apresentar uma discussão dos principais conceitos e noções: territórios, territorialidades, e da noção de desenvolvimento. Com esse aporte procurar-se-á entender a emergência de novas territorialidades em cada um dos três grupos até aqui apresentados.

CAPÍTULO I: DA CANA DE AÇÚCAR A “VOCAÇÃO INDUSTRIAL”: A CONSTRUÇÃO DO PRESENTE

O primeiro capítulo prima por trazer uma contextualização que evidencie a importância do Norte Fluminense na contemporaneidade, um dos principais aspectos tange a alocação de grandes investimentos públicos e privados no Estado do Rio de Janeiro em nosso tempo. Para que a proposta seja minimamente alcançada e para que o leitor possa ser levado a conhecer, mesmo que de maneira simplória o contexto regional, o capítulo traz uma breve discussão histórica da região que abarca aspectos socioeconômicos e demográficos.

Num segundo subitem evidencia-se a discussão a respeito da centralidade do município de Campos dos Goytacazes/RJ, seu papel na conformação dos territórios e como centro de gestão do poder direto ou indireto da região. Por fim, como último assunto a ser tratado no capítulo, destaca-se o processo de alocação do empreendimento estudado, o Superporto do Açú, no município de São João da Barra/RJ e as transformações em curso, oriundas do processo de instalação.

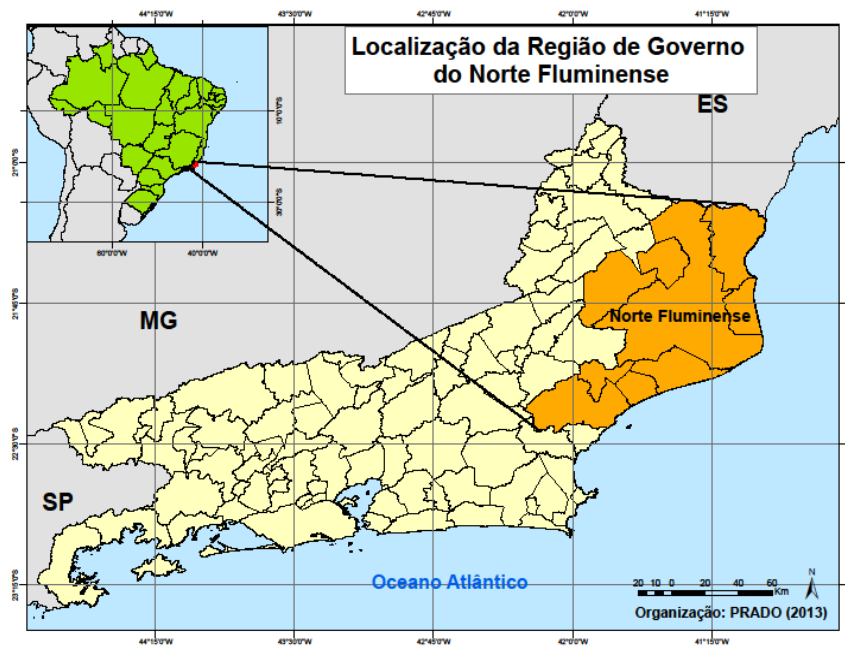
1.1. O Norte Fluminense: aspectos socioeconômicos, configuração territorial e poder.

A região Norte Fluminense (figura 01), onde se insere o município de São João da Barra, é fruto de desmembramento realizado pelo IBGE em 1987 em duas mesorregiões: Norte Fluminense (NF) e Noroeste Fluminense (NOF). De acordo com a atual divisão administrativa (Região de Governo) do Estado do Rio de Janeiro a Região Norte Fluminense é constituída por nove municípios, a saber: Campos dos Goytacazes⁷, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra⁸.

⁷ A partir daqui o município será denominado apenas como ‘Campos’.

⁸ Município privilegiado nesse trabalho será denominado daqui em diante pela sigla ‘SJB’.

Figura 01: Mapa de Localização da Região Norte Fluminense



O processo histórico de ocupação regional em nada se assemelha ao processo de ocupação experimentado pelo Estado, pelo contrário, apresenta-se de forma inversa. Rua (2003) relata que o processo de ocupação foi do interior para a costa, alega que as formações geomorfológicas litorâneas existentes na região não “permitiram a instalação de bons portos naturais”, de modo que tal povoamento se deu acompanhando os eixos dos rios do sentido continente para a costa.

A região, como um todo, foi marcada por processos de ordenamento territorial, pautados essencialmente na produção e comercialização de produtos primários: pecuária, produção de cana de açúcar, olarias e, mais recentemente, à partir das décadas 1970 e 1980, a prospecção petrolífera na Bacia de Campos, cuja atividade localizada representa 80% do total nacional. Paganoto (2008) relata que, mesmo com a prosperidade do setor petrolífero, a região expressa um paradoxo substancial quando se analisa seu quadro socioeconômico.

Por um lado, trata-se de uma região que foi beneficiada pelos recursos voltados para a modernização da agroindústria açucareira, principalmente a partir da década de 1950, bem como pelos recursos oriundos da extração do petróleo, a partir da década de 1980. Por outro, de uma região que chega ao século XXI reproduzindo e agravando sua herança histórica mais negativa, de pobreza, de exclusão e de desigualdades sócio-econômicas, que a mantém entre as regiões mais problemáticas em termos de desenvolvimento, no Brasil, embora apareça como uma das que detém maior volume de recursos públicos locais para superar esse quadro (PAGANOTO, 2008:08).

Corroborando com essa perspectiva, outros autores, frequentemente, tratam a região como um enclave ao desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro ou, como denomina Barbosa (2003), trata-se da “região problema do Estado”. Isso se dá porque mesmo com a pujança econômica oriunda das atividades petrolíferas, melhorias sociais não são observáveis, tais constatações agravam-se quando analisamos as condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais da cana, os conflitos fundiários (pela concentração de terras pelas elites) e a situação econômica estagnada até então.

Cruz (2003), apresentando a situação do NF em tempo presente, defende a hipótese de que uma das causas da configuração atual é que a modernização do setor sucroalcooleiro (estimulada pelo Estado e fomentada pelo poder local) não se estendeu aos demais setores da economia regional, sendo essa uma das principais causadoras dos problemas estruturais do Norte Fluminense na contemporaneidade:

A permanência da atividade sucro-alcooleira, em bases modernas, ao lado dos recursos herdados em função do exercício dessa atividade; o volume de capital fixo e de ambiente construído pela instalação do complexo extrativista do petróleo, pela sua produção e pelos negócios por ela desencadeados; e, a partir do final da década de 80, os *royalties* e as participações especiais pagos pela Petrobras aos governos municipais – não têm sido suficientes, por si sós, para alterar o quadro geral e essencial do desenvolvimento daquela região, caracterizado pelo baixo dinamismo do mercado de trabalho e da economia em geral, em termos de atividades econômicas, geração de trabalho e distribuição de renda (CRUZ, 2003:75).

Até a década de 1970 a atividade açucareira manteve-se como hegemônica, trazendo consequências na divisão territorial do trabalho, na estruturação das cidades e do campo, na manutenção das elites regionais e do poder por elas conquistado e na baixa possibilidade de dinamismo econômico. Para Pessanha & Silva Neto (2004) essa hegemonia de atividade foi responsável por perpetuar: “antigas relações de produção e de poder que, na sua essência, atuaram de forma restritiva à introdução de inovações e diversificação da produção econômica da região” (PESSANHA & SILVA NETO, 2004:60).

Os mesmos autores argumentam que o poderio das elites ‘imobilizando’ e restringindo as tentativas de introdução de outras produções (que não fossem associadas ao setor sucroalcooleiro), associadas a problemas estruturais, como a baixa oferta de energia elétrica, baixa qualificação de mão de obra, escassez de financiamentos em outras atividades, conduziram a região a estagnação econômica. Cruz (2005) faz importantes contribuições a respeito de como as elites agropecuárias e agroindustriais

de Campos ganharam visibilidade e poder de articulação plena com o Estado. Para o autor, a partir da fusão do Estado da Guanabara, antiga capital federal, em 1975 com o antigo Estado do Rio de Janeiro, donde a capital era o município de Niterói, fez surgir a necessidade de novos (re)arranjos, políticos, econômicos, antes mesmo da fusão de fato.

Nesse contexto o Norte Fluminense ganha destaque pela produção de petróleo e também pelos incentivos que o governo federal vinha oferecendo ao setor sucroalcooleiro. Dessa forma, as elites regionais, evidentemente mais voltadas a essa última atividade apresentada, ganharam uma notoriedade pela possibilidade de geração de riqueza ao Estado do Rio de Janeiro emergente. Para CRUZ (2005:66):

As elites agropecuárias e agroindustriais de Campos assumiram o controle dos recursos repassados à região, graças a um bem-sucedido processo de obtenção do reconhecimento e da legitimidade para assumir a posição de representantes dos interesses regionais.

Internamente o poderio das elites canavieiras, principalmente de algumas famílias, foi fomentado por tal postura do Estado e pelas estratégias, por parte dessa mesma elite, na manutenção do poder. Podemos destacar a distribuição de recursos públicos como uma dessas estratégias, os agroindustriais, principalmente, sempre demandaram políticas de incentivo à modernização da agroindústria canvieira ao governo federal e estadual. Tal posicionamento não obedecia a critérios funcionais da indústria (necessidade real) de introdução à modernização, e sim, ao simples desejo de obtenção de recursos públicos para enriquecimento pessoal. Dessa forma, destaca ainda CRUZ (2005:66):

Essas elites foram bem-sucedidas em sua integração ao processo de reestruturação, do ponto de vista do acesso a uma grande massa de recursos não só financeiros, mas também institucionais e técnicos. Com isso, a estrutura que condicionava a hierarquia, a diferenciação e as desigualdades sociais se reproduziu em meio à modernização da economia.

Um dos aspectos centrais, para fins de uma contextualização da dinâmica econômica nos anos 1970, é considerar a conjuntura internacional como um dos componentes ‘chave’ para a compreensão da dinâmica regional estudada. Isso é pertinente porque nenhum processo nas mais diferentes escalas é estanque a outros. Primeiro, notava-se por parte dos países importadores de açúcar (EUA e da Europa, principalmente) uma busca por diversificação de matéria-prima que não fosse à cana. Açúcares provenientes de beterraba e milho começaram ser produzidos e

comercializados em maiores escalas, gerando queda (pelo aumento da oferta) no valor da saca de açúcar no mundo inteiro.

O segundo aspecto é que o Brasil vivenciava uma dependência plena da importação de petróleo, “correspondendo a mais de 50% do consumo nacional” (PAGANOTO, 2008:11). Em 1973 ocorreu um primeiro ‘choque do petróleo’, resultando na diminuição do ritmo econômico em vários países, porém, no caso brasileiro, o caminho foi o oposto:

Enquanto os países capitalistas centrais diminuíram o ritmo da economia diante do primeiro choque do petróleo, em 1973, o governo brasileiro manteve a linha desenvolvimentista, investindo em grandes projetos de infra-estrutura e na complementação da matriz industrial brasileira, além de insistir na ampliação da fronteira agrícola e na modernização da agropecuária e agroindústria [...]. Paralelamente e de forma lenta, o governo brasileiro implantou um programa de reestruturação da matriz energética com ênfase no aumento da produção de petróleo nacional e na produção de álcool de cana-de-açúcar, como combustível alternativo, principalmente para o setor automotivo (PAGANOTO, 2008:11).

Se, por um lado o setor açucareiro definhava, de outro lado, o setor alcooleiro ganhava força associado ao avanço das atividades petrolíferas na região. Concomitantemente, nesse período, instalava-se em Macaé a base de operações continentais da Petrobrás, intensificando novas dinâmicas econômicas, ao mesmo tempo em que iam se criando estruturas para o atendimento de tais atividades. A busca pela redução de dependência internacional do petróleo trouxe ao Norte Fluminense transformações que até hoje são notadas, principalmente nos municípios de Macaé e Campos.

Em virtude da diminuição na demanda de exportação do açúcar proveniente da cana-de-açúcar, um dos programas governamentais de maior influência econômica na região foi o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL). Criado em 1975, o PROÁLCOOL tinha por objetivo fomentar a diversificação da matriz energética através da sustentação dos produtores de cana de açúcar e usineiros. Em 1979 o PROÁLCOOL foi ampliado sob a égide da audaciosa proposta em produzir um tipo de combustível alternativo, o álcool hidratado, justamente pelo reconhecimento da possível escassez do petróleo e dependência cada vez maior dos países produtores. Esse momento foi marcado pela (re)estruturação da produção canavieira ao nível nacional, obviamente que, em diversas localidades, tais investimentos não trouxeram maiores transformações e dinamismos de fato.

Especificamente no caso do NF, do Estado de Alagoas e alguns estados nordestinos, o que houve foi uma continuidade de ações dos mesmos grupos no setor. Concomitantemente, houve um fortalecimento, por conta também de fomentos do Governo Federal, da agroindústria sucroalcooleira em São Paulo, principalmente no centro oeste paulista. Desde então, São Paulo se fortalece no cenário nacional da produção de cana e álcool não só pela capacidade produtiva, bem como pelo desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias voltadas especificamente ao beneficiamento de mudas, maquinários, produtos químicos de correção do solo.

Ainda discutindo o contexto regional na década de 1970, é válido destacar a situação das atividades petrolíferas. As prospecções do petróleo de procedência marinha⁹ aumentaram, geraram divisas aos municípios e acabaram por (re)organizar, sob essa lógica, as demais atividades e o próprio mercado de trabalho. Em muitas décadas, foi a primeira vez que as elites locais/regionais vinculadas à produção de açúcar não puderam determinar e condicionar diretamente ações do Estado. Não se tratou de uma ruptura total do poderio dessas elites, visto que até o presente esses agentes ainda possuem certa relevância, mas, evidentemente, as ações da Petrobrás apontavam para um sentido oposto às petições dos mesmos. Um exemplo desse posicionamento foi à escolha do município que recebeu a base de operações continentais, o empresariado açucareiro clamava para que fosse Campos dos Goytacazes, contudo, alegando razões técnicas e de proximidade geográfica, o Estado decidiu-se por Macaé.

Ainda discorrendo sobre esse período, Denise Terra (2004) faz um apanhado histórico detalhado a respeito da economia petrolífera. Para ela:

O terceiro grande ciclo econômico da Região Norte Fluminense ocorre a partir da década de 1970, com a implantação da base operacional da PETROBRAS em Macaé e de forma mais intensa a partir da implantação da “Lei do Petróleo” (Lei 9.478 de 06 de agosto de 1997) que determinou o fim do monopólio sobre a prospecção e extração de petróleo e gás natural pela PETROBRAS, ampliando o número de empresas petrolíferas e parapetrolíferas instaladas principalmente em Macaé. Esta lei ainda estabeleceu em 10% a alíquota básica dos royalties, mantendo os critérios de distribuição dos

⁹ Vale destacar que as explorações *offshore* no Brasil começaram em 1968 com a perfuração na Bacia de Campos. Em virtude das iminentes crises do petróleo e toda a conjuntura internacional, a Petrobrás criou neste mesmo ano o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES) destinado a fomentar pesquisas e conhecimento técnico na exploração em águas profundas. No entanto, foi em 1983, com a criação do Programa de Capacitação Tecnológica em Águas Profundas (PROCAP) que a Petrobrás iniciou um forte investimento em P&D (pesquisa e desenvolvimento) para desenvolver tecnologias capazes de extrair petróleo a mais de 400 metros de profundidade. Sobre este assunto ver ORTIZ NETO & COSTA (2007).

royalties para a parcela de 5% adotados na Lei 7.990/89 e introduzindo uma forma diferenciada de distribuição para a parcela acima de 5%, ampliando sobremaneira a arrecadação das prefeituras beneficiárias (TERRA, 2004:04).

A década de 1980 foi considerada por PAGANOTO (2008) e SILVA (2012) como a década perdida, caracterizada por uma ruptura no ritmo de crescimento econômico experimentado pelo país até então. O Estado do Rio de Janeiro, como um todo, passou a refletir uma relativa queda dos investimentos de médio e grande porte. A Região Norte Fluminense acompanhou o ritmo do país, contudo, algo a ser tratado com um maior esforço analítico, já que Silva (2012) relata que as taxas de crescimento do interior fluminense foram maiores do que a porção metropolitana, justamente por uma mudança de perfil da indústria no Estado, para o autor:

É importante assinalar que ao longo da década [tratando dos anos entre 1980-1990] observou-se uma maior diferenciação, em termos de taxas de crescimento, entre a dinâmica do interior fluminense e da porção metropolitana do território estadual. É possível ver que o melhor dinamismo do produto interno interiorano se estabeleceu a partir de meados da década, período que coincide com a expansão da produção petrolífera da bacia de Campos (DIAS, 2012:59-60).

Com relação ao comportamento do setor sucroalcooleiro na região, nesse período, mesmo com o aumento de demandas advindas do Proálcool, Bernardes (1993) diz que houve um aumento de área colhida, entretanto, bem menor do que ocorreu em outras partes do país. Entre os anos de 1970 e 1985, ainda segundo a autora, a produção de cana do país aumentou 239,26% enquanto no Norte Fluminense apenas 57,61%. Autores como Bernardes (1993), Cruz (2003) e Paganoto (2008), apontam claramente possíveis causas para o declínio experimentado pelo setor desde 1980.

Dentre as principais causas do declínio do setor sucroalcooleiro no NF destacam-se: o caráter familiar dos proprietários de usinas e a manutenção de formas arcaicas de gestão, o não desenvolvimento de pesquisas de cultivo e manejo da produção local, a introdução de modernização na indústria sem o aporte de matéria prima suficiente, a não diversificação produtiva regional; estas foram as principais causas da decadência do setor, que só resistiu por décadas pelos subsídios governamentais.

Além destes autores, há uma argumentação que complementa as ideias até aqui apresentadas, feita por Souza & Ponciano (2006), eles defendem que, enquanto o IAA¹⁰ era extinto em 1990, somado a redução de repasses financeiros do Proálcool, associados aos:

efeitos dos sucessivos planos econômicos, de dívidas em dólar assumidas no processo de modernização das firmas, agravadas pela desvalorização da moeda nacional, além dos custos elevados e da baixa produtividade associada ao déficit hídrico regional, que implicaram em desvantagens num contexto de acirramento da competição com outras operações (SOUZA & PONCIANO, 2006:171).

O setor ia perdendo sua representatividade e importância, agravando a situação da classe trabalhadora na região.

Completando o cenário de crise no setor, a partir da década de 1980 a atividade canavieira passou a ser alvo de denúncias constantes na mídia e nos movimentos sociais, as principais denúncias tangem a precarização do trabalho na queima e corte da cana nos períodos de safra. Os trabalhadores conhecidos como *bóias frias* enfrentavam todo o tipo de constrangimentos e exposição ao risco diário da atividade, os usineiros, por sua vez, reproduziam modelos arcaicos de gestão de pessoal, com características de submissão do trabalhador rural: casos de trabalho escravo¹¹ foram denunciados, precarização das condições de trabalho (não fornecimento de EPI's¹² específicos), informalidade da mão de obra, arrendamento de mão de obra volante proveniente em sua maioria dos estados do Maranhão, Alagoas e Bahia¹³ que acabaram fixando residência em áreas periféricas acentuando o processo de favelização.

Tal situação se agravou, trazendo aos municípios produtores de cana (principalmente Campos, Quissamã e São João da Barra) casos de violentos conflitos agrários. O estímulo da mão de obra desqualificada criou redes de migração que não

¹⁰ Segundo MIYASHITA *et al.* (1987) o Instituto do Açúcar e do Alcool, foi uma autarquia federal fundada em 1933 com objetivos mais claros até o Golpe Militar em 1964, após esse período vivenciava uma crise com relação a sua função. Em linhas gerais, o objetivo principal era de fomentar, através de incentivos fiscais, a instalação de destilarias anexas às usinas de açúcar, no entanto o IAA foi extinto em 1990.

¹¹ Casos até hoje encontrados na região, como no caso da Fazenda Marrecas, em 2010, em que 95 cortadores em situação de escravidão foram encontrados e libertos, em uma ação conjunta da Polícia Federal e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de Campos dos Goytacazes- RJ.

¹² Tratam-se de equipamentos de segurança básicos aos profissionais durante o processo de queima e corte da cana de açúcar: boné árabe ou touca, peneiras, luvas de fio de aço, óculos de proteção solar e de impactos aos globos oculares, avental, proteção rígida para materiais perfuro cortantes.

¹³ Os estados de origem elencados foram obtidos durante entrevistas realizadas nos redutos de mão de obra (distritos de Campos: Tocos e Goytacazes, e nos bairros: Parque Santuário, Vila Tapera I, Vila Tapera II) no mês de abril de 2010 e fevereiro de 2013.

reduziram de volume na década, gerando uma acentuada periferação nesses municípios, incluindo o surgimento de favelas em Campos. Afirma TERRA (2004:03):

Devido à grande importância adquirida pelo setor sucroalcooleiro, a sua crise repercutiu negativamente no dinamismo de atividades complementares, em especial as relacionadas aos setores de metal-mecânica e de serviços.

Para concluir a situação do setor canavieiro na década de 1980, breves apontamentos ainda carecem de maior esforço analítico, a fim de compreensão do presente. O primeiro deles é que todo o processo histórico da atividade na região analisada gerou inúmeras consequências negativas, evidentemente não é objeto de análise, contudo, não podemos negligenciá-los pela representatividade real que possuem na geografia do presente. Cruz (2004) acredita que a expansão da monocultura da cana e, conseqüentemente, a anexação de terras pelos latifundiários, trouxe a eliminação de lavouras de subsistência e culturas tradicionais, o mesmo autor em 2006 diz que todos os investimentos na década foram comandados pelas elites:

Os investimentos ocorridos no período, principalmente na expansão da capacidade industrial das usinas, foram comandados pelas elites agropecuárias e agroindustriais, lideradas por uma parcela da elite açucareira. Estas lideranças implementaram uma estratégia de ação regionalista [nesse período histórico], pela qual lograram monopolizar a definição e a representação de seus interesses. Tal estratégia envolvia alianças com setores da imprensa, técnicos e políticos locais, por um lado, e aliança com a burocracia os técnicos e políticos das instâncias supra-escalares de poder. Com isso, lograram fortalecer a idéia de uma identidade regional materializada no Norte Fluminense, de quem se tornaram os porta-vozes reconhecidos (CRUZ, 2006:53).

A década de 1980 é marcada também pela emergência, por grandes transformações na Região Norte Fluminense em outros segmentos. A transformação mais aparente, significativa, do ponto de vista econômico, político, do ordenamento territorial e amplamente discutido na literatura, é a exploração petrolífera na Bacia de Campos. O município de Macaé foi o que visivelmente mais passou por refuncionalizações, adquiriu o caráter de ‘local das oportunidades diversas’ ou ‘*el dourado do Brasil*’, visto por muitos brasileiros e apontado pela mídia, como local de oportunidade para ingresso no mercado de trabalho formal e público.

Obviamente o estímulo à migração foi de tal forma que, em meses, a cidade abandonou seu perfil de cidade de segunda residência/balneário, para vivenciar um “boom” populacional. Não se pretende relacionar a cana até então, com a situação descrita em Macaé na década de 1980. Como são processos de naturezas, escalas,

setores e temporalidades distintas, relacioná-los é uma atitude leviana e pouco criteriosa. Com as devidas proporções, o volume no incremento do aporte populacional de Macaé nesse período, superou, ao largo, os deslocamentos e fixação de pessoas nos casos de mão de obra da cana de açúcar, mas ambos, em concomitância, servem de atividades que ‘nortearam’ o ordenamento territorial local e as políticas construídas nesse período até a década de 1990.

A partir da ‘Lei do Petróleo’ (Lei 9.478 de 06 de agosto de 1997) a atividade petrolífera passa por significativas alterações, a principal delas é o aumento da alíquota básica dos *royalties*, de 5% para 10%, além de novas definições para o cálculo de cobranças municipais. Pires Neto & Ajara (2006:01) apontam que:

Pela exploração e produção de petróleo e gás natural dentro dos limites de seu mar territorial, o estado do Rio de Janeiro e os municípios fluminenses que conformam a “região” da Bacia de Campos recebem uma compensação financeira estabelecida em lei, os *royalties*, cujos critérios de distribuição determinam que 10% do volume total da produção serão distribuídos às esferas federal, estadual e municipal, sendo que 22,5% desse montante se destinam aos municípios.

Ainda tratando da exploração de petróleo, distribuição dos *royalties*, e (re)ordenamento territorial oriundo da atividade, uma importante colocação é que, em curto período (em anos), municípios, que numa hierarquia urbana, estavam longe dos processos decisórios estaduais, à margem da alocação de recursos públicos, que tinham a função de balneário, e como já mencionados, tratados enquanto ‘problema’, passam a ter destaque no cenário nacional e polarizar riqueza.

Essas alterações nas regras de distribuição dos *royalties* transformaram os municípios da Bacia de Campos naqueles de maiores receitas *per capita* do país, bem acima da média do conjunto dos municípios brasileiros, provocando um efeito de polarização da riqueza pública no interior deste novo espaço regional, que abrange parte da franja metropolitana, área conhecida como Costa do Sol e alguns municípios costeiros do Norte Fluminense (TERRA, 2004:04).

Até meados da década de 1990 o cenário econômico do país não permitiu grandes investimentos em alguns setores específicos, já que enfrentávamos momentos de dificuldades na economia interna, associadas ao aumento da dívida externa, com uma moeda instável e fraca e vivenciando um longo período de inflação. A partir da segunda metade da década, o Brasil passa por um fortalecimento econômico, com a estabilização da moeda (agora o Real) dando certas condições para a efetivação de grandes obras e políticas de ampla abrangência e de caráter territorial.

Essa fase permitiu a construção, mesmo que de um ponto de vista teórico, de políticas públicas em macro contextos, em outras palavras, desde o fim dos governos militares o Brasil não experimentava a construção de políticas em escala nacional. Dessa forma, avanços puderam ser constatados, como a criação do Ministério das Cidades, em 2003, permitindo a reunião de estudiosos e profissionais que visavam elaborar políticas territoriais pertinentes às necessidades de cada estado e da União, além disso, houve a criação do Plano Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) feito pelo Ministério da Integração Nacional em 2005.

Pode-se dizer, desde a primeira metade da década de 1990, que os gestores públicos reproduziram o modelo neoliberal ditado pelos Estados Unidos da América, caracterizado por privatizações e, conseqüentemente, pela redução do papel de empresário do Estado. A “Abertura Econômica” do Governo Collor aumentou o acesso de multinacionais para instalação de filiais no Brasil, favorecendo, também, a entrada de produtos importados, sendo o ápice dessas negociações o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC. Por outro lado, notou-se também o aumento na exportação de *commodities* primárias que acabou ampliando o PIB brasileiro, mesmo que, para isso, ainda vinculados ao modelo agroexportador.

Com a retomada do crescimento econômico ao longo dos anos 1990-2000 e, principalmente, após a instauração do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC (janeiro de 2007), durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve um efetivo rearranjo nas ações governamentais, e, em concomitância, retomou-se a discussão sobre a efetivação de grandes projetos em setores estratégicos da economia. Reconhece-se, portanto, que tal programa de governo apresenta problemas fomentados pelos mais críticos ao governo e pela oposição. Uma das críticas é o privilégio na alocação espacial dos recursos que, ainda hoje, favorecem áreas historicamente mais bem atendidas por programas governamentais como a RMRJ e a RMSP.

Nesse processo de construção do PAC I o estado do Rio de Janeiro foi privilegiado na alocação de recursos públicos e/ou privados, a título de sumária análise, só no que tange aos investimentos do PAC I em todo o país, o Rio de Janeiro foi a UF que mais recebeu investimentos do programa. As figuras 02 e 03 nos mostram os investimentos públicos e privados de grande porte no Estado do Rio de Janeiro na atualidade. Analisando as figuras mencionadas, podemos perceber, ainda, a construção de dois eixos de maiores investimentos: centro-sul (Região Metropolitana [principal na

alocação de recursos dos governos por conta das Olimpíadas e da Copa do Mundo]) e Norte Fluminense (segunda na alocação de recursos públicos e privados no estado).

Os investimentos são em diferentes setores e das mais distintas ordens, destacando-se o Complexo Logístico Farol Barra do Furado (divisa Campos dos Goytacazes e Quissamã), o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) em Itaboraí, a TKCSA (Santa Cruz), o Arco Metropolitano (abrangendo oito municípios), as Hidrelétricas de Anta/Simplicio no médio Rio Paraíba do Sul, duplicações de estradas de rodagem como a da BR 101, e, não menos importante, o Superporto do Açú, que serão descritos minuciosamente *a posteriori*. Nota-se que no NF existe uma preferência em investimentos no segundo setor da economia e em projetos logísticos de grande porte, como: vias, dutovias, minerodutos, criação de portos, estaleiros, indústrias de beneficiamento de minérios.

Figura 02: Mapa dos Grandes Projetos de Investimentos em Curso no Estado do Rio de Janeiro



Figura 03: Mapa de Investimentos Públicos e Privados no Estado do Rio de Janeiro (2011-2013)



Fonte: Folha de São Paulo em 22 de maio de 2011 e cartografado pelo autor.

Oliveira (2003) atesta que as taxas de crescimento do interior do Estado também possuem estreita ligação com a sua industrialização. Para o autor, a industrialização do interior fluminense tem sido tão representativa que, possivelmente, possa se falar em uma emergência de economias regionais no Estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, é válido destacar o argumento de Rua (2002) ao apontar que vivenciamos um período de verdadeiros “eixos de urbanização” em diferentes direções no Estado.

Nessa contextualização, exclusivamente para fins didáticos, elaboramos o quadro 01, onde, em linhas gerais, busca-se descrever os empreendimentos já citados e em processos de construção no estado do Rio de Janeiro, sua natureza, prazos de conclusão, fonte dos recursos investidos, situação da obra, e, em alguns investimentos, o valor estimado total da obra.

Quadro 01: Grandes Investimentos Públicos e/ou Privados em Curso no Estado do Rio de Janeiro 2000-2013

Empreendimento	Descrição
Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ	Complexo industrial voltado aos derivados do petróleo e produtos

	<p>petroquímicos. As obras foram iniciadas em maio de 2008 e a primeira fase, terraplanagem concluída em 2011.</p>
<p>Complexo Logístico Industrial Farol/Barra do Furado</p>	<p>O projeto é fruto de parceria público privada (PPP), as obras foram iniciadas em 2012 na divisa entre Quissamã e Campos dos Goytacazes. Nesse mesmo ano foi elevado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro a categoria de utilidade pública e interesse social.</p>
<p>Hidrelétrica de Anta Sapucaia e Usina Hidrelétrica de Simplicio (Chiador)</p>	<p>Trata-se de um projeto de FURNAS no Rio Paraíba do Sul, alocadas na divisa Rio de Janeiro X Minas Gerais, especificamente nos municípios de Além Paraíba, Sapucaia no interior fluminense, e Chiador em territórios mineiros.</p>
<p>A Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp - CSA)</p>	<p>Complexo siderúrgico inaugurado em 2010 na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. É fruto de parceria entre o grupo alemão ThyssenKrupp com a Vale. De acordo com informações da empresa em sua página virtual a construção do empreendimento é o maior aporte privado nos últimos 10 anos.</p>
<p>Arco Metropolitano do Rio de Janeiro</p>	<p>Em fase de construção desde 2008, é um projeto do governo do Estado com parceria do Governo Federal, cortando oito municípios, ligando Itaboraí a Itaguaí totalizando 146 km de estradas de rodagem.</p>
<p>Superporto do Sudeste</p>	<p>É um porto privado e de uso misto voltado à movimentação de minério de ferro. De propriedade da MMX, situa-se no</p>

	<p>município de Itaguaí e está em fase de licenciamento para expansão do projeto inicial.</p>
<p>Duplicação da BR 101</p>	<p>As obras foram iniciadas em 2005, sendo uma importante via longitudinal brasileira que atravessa 12 UF's. Especificamente no Rio de Janeiro muitos pontos já foram duplicados e a obra está em fase conclusiva.</p>
<p>Sistema Minas-Rio</p>	<p>De propriedade da Anglo Ferrous Brazil, criado em 2008, e ainda em curso, o projeto visa transportar minério do município de Conceição do Mato Dentro-MG, beneficiar parcialmente no município de Alvorada de Minas- MG e transportar através de um mineroduto (525 km) até o Superporto do Açú em São João da Barra-RJ. Ao todo, a construção se conclusa for, atravessará 32 municípios.</p>
<p>Superporto do Açú</p>	<p>O projeto já foi denominado Porto do Açú, Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú- CLIPA, atualmente ainda em fase de construção, pertence ao Grupo EBX e mais recentemente outras empresas adquiriam frações da retroárea. Tinha como sócio majoritário o empresário Eike Batista. Desde 2007, ano de início das obras, o empreendimento tem sido ampliado, conta com um grande porto, com 02 píeres de 17 km cada, podendo atracar 47 embarcações concomitantemente. Tal empreendimento será mais bem descrito <i>a posteriori</i>.</p>

Fonte: elaboração própria do autor através de compilação de informações oriundas de diferentes fontes, páginas virtuais oficiais dos empreendimentos, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e das Prefeituras onde estão sendo alocados tais investimentos, 2013.

No contexto regional do Norte Fluminense até os anos 2000 notava-se a reprodução total de estagnação econômica observada em décadas pretéritas, o ordenamento territorial (pautado na atividade sucroalcooleira) e a divisão social do trabalho permaneciam praticamente inalterados. Assim sendo, a região vivenciava anos de esvaziamento demográfico nos municípios, com exceção de Campos, principalmente em áreas fora dos distritos sede. O perfil populacional, em geral, dos que permaneciam era predominantemente envelhecido, feminino e de crianças, já que assim como em outros exemplos dentro e fora do país, o estímulo à migração atinge especialmente: jovens, do sexo masculino, pouco escolarizados e dispostos a migrar.

Atualmente a Região Norte Fluminense caracteriza-se pela retomada de um dinamismo econômico e inserção de novas frentes de trabalho. Setores, como da construção civil, industriais, portuários e de serviços, encontram-se aquecidos configurando mudanças substanciais no quadro exposto até o momento. A título de confirmação do argumento, a tabela 01 apresenta os investimentos industriais decididos (não necessariamente já materializados) por regiões de governo, fornecidos pela FIRJAN. Podemos constatar através de uma primeira análise, que a Região Norte Fluminense está em posição de destaque no setor secundário, em alocação investimentos, apenas abaixo da Região Metropolitana. A federação prevê que até 2014 serão investidos 25,79 bilhões de reais somente no segundo setor.

Tabela 01: Valores dos Investimentos Industriais Decididos Segundo Regiões de Governo no Estado do Rio de Janeiro

Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro	Total de Investimentos 2010 - 2014 (Bilhões de Reais)	Investimentos 2010 - 2012 (Bilhões de Reais)	Investimentos 2012 - 2014 (Bilhões de Reais)
Estado do Rio de Janeiro (total)	162,18	66,21	95,97
Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)	90,35	35,49	54,85
Região Norte Fluminense	40,33	14,53	25,79

Região Costa Verde	14,99	7,15	7,83
Região Médio-Paraíba	9,21	3,39	5,82
Investimentos Não Individualizados	4,17	3,99	0,18
Região Noroeste Fluminense	1,59	0,59	1,00
Região Centro- Sul Fluminense	1,07	0,67	0,40
Região Serrana	0,32	0,29	0,03
Região das Baixadas Litorâneas	0,15	0,09	0,06

Fonte: Relatório Decisão Rio- FIRJAN

Grandes projetos industriais, portuários e logísticos têm sido implantados ou estão em fase de licenciamentos no NF. Por décadas o empresariado aponta que o crescimento do país, leia-se crescimento apenas no que diz respeito às atividades econômicas, esbarra no que denominaram os especialistas em logística de “gargalos logísticos”. Essa denominação faz referência à ideia de afunilamento, trata-se de problemas estruturais nas redes, nos nós e nos modais de transporte que inviabilizam um maior lucro, já que as ditas ‘barreiras’ encarecem o produto final e aumentam o tempo entre pedido e entrega. Tais demandas, evocadas por diferentes seguimentos – industriais, latifundiários, pecuaristas - estão sendo ‘resolvidas’ pelo governo brasileiro com aumento de concessões de vias, portos já existentes e com a liberação de construção de estruturas privadas que facilitem as ações das corporações. Nesse bojo, projetos de portos, aeroportos, linhas férreas, estão sendo concedidos a empresas privadas, visando alavancar seus negócios e, conseqüentemente, a economia do país a reboque.

Especificamente o sistema portuário brasileiro não mais atende aos interesses apenas do Estado, novos usos, concessões e novos portos privados tem se efetivado em nome de projetos corporativos voltados essencialmente à exportação de produtos primários (*commodities*) e à importação de produtos industrializados. Castro (2000), trabalhando com os desafios da regulação portuária nos anos dois mil, descreve que as operações portuárias já são quase em totalidade privadas e:

Já se encontra consolidado o arrendamento das principais áreas nos portos públicos a operadores portuários. Dentro desse ambiente, as

decisões de expansão de capacidade, oferta de serviços, e preços, passam a ser determinadas por uma lógica privada e pelos fatores individuais de cada empresa (CASTRO, 2000:04,05).

A diminuição dos portos administrados pelo Estado é visto positivamente por autores como Monié & Vidal (2006), Monié (2011). Apontam que, após o aumento de concessões, a produtividade dos portos aumentou significativamente e, de certa forma, isso beneficia o país. Para MONIÉ (2011:312) “um dos principais efeitos da reforma portuária reside no aumento da produtividade dos portos possibilitado pelos investimentos setoriais, pela diminuição da massa salarial e pela adoção de novos métodos de gestão”.

Contudo, os mesmos autores alertam que mesmo com a ampliação de diversos portos (como de Santos-SP, Rio de Janeiro- RJ, Itaguaí-RJ e Suape- PE) e com a criação de outros como o de Pecém- CE, o sistema portuário brasileiro ainda está operando em capacidade máxima, quase 90% de capacidade ocupada dos portos, destacando a multifuncionalidade portuária (contêineres, grãos, minérios, pessoas em trânsito). Em outras palavras, o sistema portuário brasileiro tem atendido de forma regular as necessidades, mas carece de reformulações nas operações, ampliação de capacidades, para que possa deixar de ser um “gargalo logístico” às atividades comerciais e turísticas do país. Nessa lógica é que o Porto do Açú (depois denominado Super Porto do Açú) é pensado pelo Grupo EBX, alegando uma impossibilidade de escoamento de suas produções, tem buscado em diferentes partes do país áreas para construção de projetos infraestruturais, sendo legitimados pelo Estado.

Diante do descrito, o projeto do Superporto do Açú efetiva-se no município de SJB no ano de 2007. O projeto que é pensado para município, visava a construção de um porto para o escoamento de minérios de ferro oriundos do estado de Minas Gerais. O grupo corporativo, até então Grupo EBX, possuía as minas e tinha o interesse em gerenciar em totalidade às negociações, extração, beneficiamento e transporte, ou seja: todas as etapas do processo produtivo, da venda desse minério a compradores internacionais. Principalmente, num primeiro momento, chineses e japoneses.

O projeto foi refeito e modificado algumas vezes ao longo desses seis anos, fatos que serão mais bem descritos na quarta fração do presente capítulo. Contudo, é pertinente que se aponte algumas características do município de SJB antes da implantação de tal empreendimento.

O surgimento do vilarejo onde hoje é o município de SJB é atribuído, em parte da literatura, à chegada de migrantes pescadores de procedência de Cabo Frio. Antes da implantação dos canaviais, já descrito anteriormente, ali se desenvolviam atividades pesqueiras, agricultura de subsistência e criação de gado. Com o desenvolvimento da indústria açucareira passa, junto com Campos, a concentrar terras voltadas ao plantio de cana de açúcar. Mediante o declínio do setor, SJB experimenta profunda estagnação econômica, redução dos postos de trabalho e passa a ser tratado como área de evasão populacional, principalmente nas áreas rurais. Na contemporaneidade, MARTINS (2013:28) apresenta as seguintes características:

A economia municipal também [falava anteriormente a autora da existência de postos de trabalho no setor agropecuário] gira em torno do turismo de veraneio, extrativismo vegetal, fruticultura, pesca, indústrias de bebidas e doces caseiros, fios têxteis, olarias e do funcionalismo público. Contudo, a maior parte da arrecadação municipal está vinculada ao repasse dos *royalties* do petróleo da produção na Bacia de Campos.

Para além, a autora descreve que, com a implantação do complexo industrial associado ao porto, os moradores começaram a ver sua rotina alterada. Mediante a isso, o próximo subitem visa ampliar a contextualização municipal focando-se nos aspectos predominantemente demográficos obtidos através de dados primários e secundários.

1.2. Caracterização Demográfica

Para compreendermos os processos em curso no recorte espacial de análise, faz-se necessário caracterizarmos a população envolvida. De antemão reconhece-se, portanto, que tal descrição do contingente populacional, mesmo que necessária, contempla apenas alguns aspectos da dinâmica demográfica. Alavancados pelas inúmeras transformações em curso, os grupos populacionais da região tem se reorganizado nos territórios nos mais diferentes arranjos.

Com relação à população total, na tabela 2, organizada a partir dos dados dos dois últimos Censos Demográficos IBGE 2000-2010, podemos compreender que houve um crescimento do aporte total nos dois primeiros recortes espaciais apresentados. Apenas em São João da Barra – RJ houve um incremento de mais de cinco mil pessoas,

evidentemente ao excluirmos os valores referentes à fecundidade total, o aporte foi significativamente incrementado pela chegada dos migrantes recentes¹⁴.

Tabela 02: População Total - 2000-2010

Região/Município/Localidade	Ano	
	2000	2010
Norte Fluminense	484.188	650.817
São João da Barra	27.682	32.747
Pipeiras (5º Distrito de SJB)	*	1.929

Fonte: Censos Demográficos 2000/2010 BME- IBGE

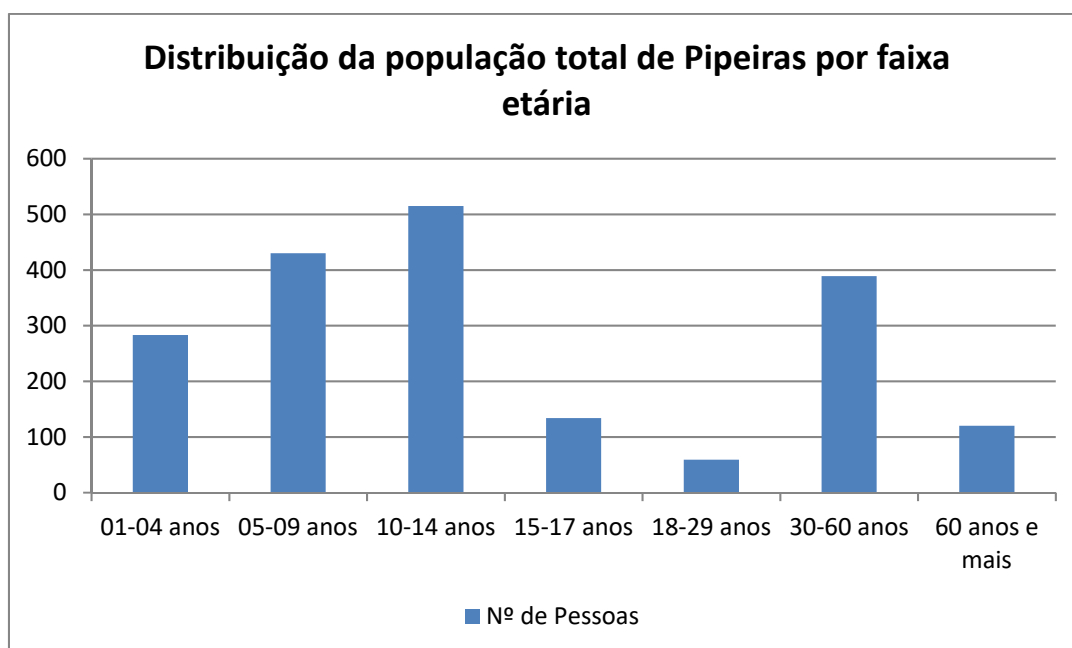
*Valores não captados pelo Censo Demográfico- IBGE 2000.

Ainda pautados nos dados captados pelo último Censo Demográfico, quase 22% da população do município eram residentes em áreas rurais. Dados que merecem maior detalhamento e critério, já que o zoneamento municipal é de atribuição do próprio município e com intencionalidades de arrecadação, pautado na organização entre áreas rurais e urbanas, essa distinção nem sempre é fidedigna. Por isso, grandes discrepâncias estatísticas são ocasionadas por essa delimitação, que por deveras, é tendenciosa e limitada, no caso brasileiro. O último recorte espacial apresentado pela tabela 02, o distrito de Pipeiras, é onde se concentra o maior aporte da população rural, sendo também o maior prejudicado, a partir de 2007, com a construção do empreendimento.

O distrito de Pipeiras (5º distrito de São João da Barra) área da maior concentração de desalojados oriundos da construção do Superporto do Açú, foi o recorte espacial mais complexo de captação de dados secundários oficiais, por isso trataremos de uma caracterização realizada a partir dos poucos resultados do último Censo Demográfico, fornecidos pelo IBGE - 2010 e dos dados obtidos em campo desde o ano de 2010. Com relação ao perfil etário da população, figura 04:

¹⁴ Entende-se por migrante recente, aquele indivíduo que, no ato do recenseamento, fixou residência nos últimos 05 anos. Tal forma de caracterização é proposta pelo IBGE desde 1991.

Figura 04: Distribuição da população total de Pipeiras por faixa etária



Fonte: BME-IBGE Censo Demográfico 2010.

Nota-se através da análise dos dados que a população, assim como diversas áreas do país ditas rurais¹⁵, ainda vivencia processos de evasão de população em idade produtiva, ou seja, no ano de captação dos dados, os indivíduos do local já não estavam sendo absorvidos pela construção do empreendimento, e pior, em muitos casos estavam sendo desapropriados de suas terras. Ao analisarmos os dados de renda no quinto distrito, notamos que parte da população local, que essencialmente vive das atividades agrícolas, incrementava a renda total por domicílio com auxílio de algum programa de assistência social do governo: 316 famílias eram atendidas pelo Programa Bolsa Família e outras 108 famílias eram atendidas por outros programas de transferência de renda¹⁶.

Quando analisamos a diferenciação por gênero, na faixa etária de 15 a 30 anos, os dados apresentaram predominantemente população feminina, o que reforça a hipótese de migração da força de trabalho. Outros dados, como instrução e taxa de fecundidade, revelam um contexto de evasão escolar em massa ou de histórica concentração de analfabetos, ainda analisando os resultados temos: 1.929 pessoas se

¹⁵ Mesmo considerando o fim da dicotomia rural X urbano no caso Brasileiro. Assim como propõe RUA, estamos diante de novas formas de apresentar os espaços, o campo por conta da entrada das atividades não agrícolas adquire elementos urbanos. E os espaços, ditos urbanos, têm recuperado características que valorizam aspectos (i)materiais do campo.

¹⁶ Não discriminados pelo IBGE em divulgação de resultados.

declararam sem escolaridade alguma e o número de filhos por mulher chega a quatro, em idade fértil. Nas visitas em campo, todos os dados apresentados puderam ser confirmados, com exceções evidentemente. Nas faixas litorâneas, proximidades da Praia do Açú, por exemplo, local de desapropriações, notam-se imóveis de segunda residência ou veraneio, de modo que pelos dados dos censos, essas famílias possivelmente não foram captadas.

Kury, *et al.* (2010) através de uma metodologia própria, busca caracterizar a população do distrito de Pipeiras, para a autora a população se apresentou como não preparada para a absorção do mercado de trabalho que vem se construindo com a chegada do porto e das indústrias. Mesmo fora do quinto distrito, ainda segundo ela, a população sanjoanense é pouco qualificada para assumir boa parte dos cargos já existentes e previstos. Em visita à sede do porto, em 2010, o discurso dos funcionários é que a EBX construiria, no quinto distrito e no centro de São João da Barra, centros de formação básica e técnica para o preparo da mão de obra local. Contudo, até a última visita, em julho de 2013, não havia nenhum desses cursos em funcionamento.

Os dados apresentados nessa fração textual são oriundos, em maioria, dos resultados apresentados pelo IBGE pós-captação do último Censo Demográfico (2010). De modo que torna-se um desafio à compreensão do presente, considerando apenas esses dados, as estatísticas por mais bem planejadas, executadas, compiladas e analisadas, não contemplam o que entendemos como totalidade do lugar. Com o exposto, dedico os próximos parágrafos a delinear, em grosso modo, impressões obtidas nas pesquisas em campo no município de SJB.

A primeira impressão diz respeito à evasão de população em idade ativa - PIA. Tal dado pode ser questionado com veemência mediante as visitas aos lotes de pequeno porte, de produção agrícola do município de SJB. Muitas das entrevistas, que servirão de subsídio empírico desse trabalho, foram concedidas por jovens ocupados essencialmente no exercício da agricultura, pecuária e da pesca. Foi encontrado um grande contingente de jovens de ambos os sexos, inclusive de matrimônio recente, manifestando, em suas falas, o interesse em continuar na atividade de sustento histórico de suas famílias.

Outro apontamento que carece ser realizado é a discussão referente aos dados de escolaridade da população. Nas entrevistas e conversas informais, muitos indivíduos relatavam que estavam regularmente matriculados em escolas, muitos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, e outros na modalidade EJA - Supletivo, o que

possivelmente, num futuro recente, possa se refletir nas estatísticas referentes à temática. Mesmo assim, o aumento aparente da escolaridade não despertava, na maioria, o desejo de mudança de atividade/ocupação e nem das localidades de residência. Ainda referente a esses dados, o IBGE divulgou que apenas seis escolas em todo município oferece o Ensino Médio e trinta e nove o Ensino Fundamental, sendo assim, estamos diante de uma discrepância organizativa/funcional que pode excluir os alunos das áreas mais distantes de conclusão da formação educacional básica brasileira.

A fecundidade total também é passível de maiores análises, na maior parte das famílias visitadas, no caso específico dos essencialmente agricultores, uma modalidade comum nos lotes é a de família convivente. Ou seja, os filhos passam por enlace matrimonial e continuam residindo nos lotes dos patriarcas. De modo que não foi comum a observação de três filhos ou mais por casal, na maior parte eram apenas dois filhos, o que coloca a fecundidade média do município abaixo da média nacional.

Importante para o cerne dessa pesquisa são os dados do distrito de Pipeiras (5º Distrito). Os dados oficiais, dispostos pelo IBGE, apontam para um valor de população total residente de 1.929 pessoas, contudo, em campo, muitas das famílias não foram visitadas por recenseadores. Partindo apenas dessa alegação, estamos diante de uma contagem extremamente defasada e que não reflete minimamente a realidade. Por isso, quando nos debruçarmos sob o esforço de apresentar quem são os atores sociais negligenciados do processo de instalação do empreendimento e, principalmente, quantos são, estaremos diante apenas de estimativas oriundas do processo de captação em campo.

Outro aspecto observado nas pesquisas em campo e que caracterizam a população em questão, é a informação da situação de ocupação dos indivíduos. Nas áreas rurais a regularização trabalhista não é recorrente e, por isso, mais dificuldade de obtenção de dados estatísticos oficiais. A maioria dos trabalhadores ocupa-se da agricultura, da criação de animais, da pesca e de pequenos estabelecimentos comerciais: mercearias, bares, prestadores de serviços. Ainda discorrendo sobre a situação de ocupação da força de trabalho em SJB, no último Censo (IBGE/2010) 38,2% da população ocupada estava alocada na agricultura e 1.627 indivíduos encontravam-se exercendo atividade em agroindústrias no município.

Notou-se também a possibilidade de ingresso de indivíduos do sexo masculino e mais jovens no setor da construção civil, alguns entrevistados alegavam que, em Campos (município vizinho e com histórica centralidade no comércio, serviços, e

agroindústrias), estava contratando de modo corrente mão de obra no setor e por isso tratava-se de uma possibilidade aos mais jovens. Algumas famílias visitadas, ocupadas da agricultura, já tinham integrantes ocupados na construção civil em Campos, e nos momentos de folgas ou nos finais de semana retornavam aos lotes e ajudavam os demais nas atividades agrícolas.

Na fala de muitos dos ouvidos em SJB, representantes da empresa gestora do empreendimento, pequenos agricultores, empresários, representantes do poder público (secretários e subsecretários), representantes de movimentos sociais, foi notória a percepção de dependência, em múltiplos aspectos, ao município vizinho, Campos. Seja na acessibilidade a serviços hospitalares, estudantis, na capacidade de absorção da mão de obra, características de uma atração por centralidade.

Historicamente Campos tornou-se polarizadora de comércio, serviços médicos, educacionais, das divisas oriundas de *royalties*, e, de certa forma, centro de gestão de poder político no contexto regional. Além disso, o município enquanto um consolidado aglomerado mediano, sendo considerado por muitos autores como a única cidade média¹⁷ do Estado do Rio de Janeiro, tem uma centralidade que perpassa a região e seu raio de atração abrange também o Noroeste Fluminense e o sul do Estado do Espírito Santo. O Noroeste Fluminense por ser fruto de um desmembramento do NF, e o primeiro citado se deu por conta do acesso a bens e serviços, já que Vitória/ES, capital do estado, encontra-se espacialmente mais longe.

Diante do exposto, a próxima seção dedica-se esmiuçar alguns argumentos e dados que fortalecem a hipótese de dependência, em amplos sentidos, do município de SJB ao município de Campos. E para isso, recorre-se, também, a noção de centralidade urbana, tão bem desenvolvida em estudos urbanos, do campo da ciência geográfica, do planejamento e da gestão urbana/metropolitana.

¹⁷ O termo cidades médias foi construído por décadas apenas por critérios quantitativos - demográficos, contudo, OLIVEIRA JÚNIOR (2008: 209) descreve que pós 1970, os critérios puramente quantitativos na determinação de uma cidade média, não mais devem ser exclusivamente considerados, citando proposições de um conjunto de autores, apresenta que a possibilidade de mobilidade tem de ser considerada, a capacidade concentradora de serviços atraindo indivíduos de suas 'franjas' também, além do papel (que as cidades médias têm) "imediato e próximo da informação requerida pelas atividades agrícolas e desse modo se constituem em intérpretes da técnica e do mundo" como propõem SANTOS & SILVEIRA (2006: 281).

1.3. A Sede do Poder: a centralidade de Campos dos Goytacazes

Campos dos Goytacazes, maior município em área do estado, por séculos, e ainda em tempo presente, exerce uma grande centralidade na região NF e fora dela. Contudo, antes de maiores aprofundamentos referentes ao recorte espacial, é notadamente relevante a necessidade de tratarmos a ideia de centralidade que tem sido defendida até aqui. Em primeiro ponto, é extremamente pertinente destacar que o maior caso de centralidade do Estado do Rio de Janeiro é a própria metrópole carioca, de modo que, a Campos, resta a segunda posição se tratarmos na égide de hierarquia urbana.

Em 1837, com a construção da ferrovia, o município de Campos passou por grandes transformações, principalmente econômicas, a introdução da cana, já descrita anteriormente, trouxe ao município benesses e, em contra partida, inúmeros conflitos emergiram e outros se acirraram. A primeira usina no município, Usina Central do Limão, foi construída em 1879 e, a partir de então, o setor sucroenergético passou por ascensão e declínio deixando inúmeras marcas na paisagem campista, sendo a concentração das elites, a concentração da gerência desse complexo setor, características que acabaram por fomentar a concentração de fluxos ao centro do município.

Segundo CORREA (2003) a centralidade pode ser compreendida através da intensidade de fluxos de mercadorias, capital, de informações e pessoas. E tal proposição é balizada principalmente com o aumento da capacidade de mobilidade inter-regional, ainda no século XIX, ampliando a possibilidade de trocas materiais e imateriais. Ainda debruçados no autor, uma característica a ser compreendida nos estudos da centralidade é a ‘acessibilidade’, não podemos afirmar que uma área exerce centralidade, se nela não convergem fluxos diariamente.

Segundo GLUSZEVICZ & MARTINS (2013):

A dinâmica da área central no interior da cidade não significa que esta esteja no centro geográfico ou seja constituída pela ocupação de origem histórica da mesma, mas sim, caracteriza-se pelo ponto de convergência e divergência de pessoas e atividades urbanas, inseridas no processo de circulação (GLUSZEVICZ & MARTINS, 2013:01).

Ao transpormos tais características a escalas espaciais maiores, como é o caso estudado, em que a centralidade perpassa inclusive os limites estaduais, notamos que Campos não é o centro geográfico de sua área de influência, mas, trata-se de um processo

histórico/espacial e um *constructo* das ações sociais que a colocaram nessa posição de destaque.

Muitos estudos, principalmente na área da geografia urbana e do planejamento urbano, nos dão possibilidades de mensuração de centralidades através de indicadores. Alguns desses estudos pautam-se no volume/periodicidade dos fluxos de pessoas (migrações, deslocamentos pendulares diários), fluxos e volume de informações (sites locais, tablóides, jornais e periódicos), fluxos telefônicos (volume e tempo nas discagens), através da concentração do número de agências bancárias de bandeira nacional ou internacional, outros trabalhos apresentam a disponibilidade de qualificação profissional como característica da centralidade, dentre outros.

Mesmo não sendo objetivo primaz desse capítulo, é pertinente exemplificarmos a centralidade do município através de ideias obtidas nesses trabalhos anteriormente apresentados. A primeira, delas é a centralidade educacional, e nesse sentido, GIVISIEZ; OLIVEIRA & PIQUET (2006) trazem importante contribuição empírica quando, em seu artigo, avaliam as mudanças em âmbito educacional no município em questão, principalmente o papel da centralidade educacional na economia local. Segundo eles, a cidade é o “maior pólo de educação superior do interior fluminense”, sendo esse já um indicativo de atração.

O estudo denota que, de certa forma, a criação dos cursos superiores visavam o atendimento especializado aos empresários/usineiros, por isso, no passado, houve a criação de cursos específicos para o setor. Atualmente uma das apostas na educação é a formação de trabalhadores no setor petrolífero e naval. Inevitavelmente analisando o histórico das instituições de formação técnica e superior, o número de instituições educacionais e dos cursos de formação superior em Campos¹⁸ nos remetemos ao que SANTOS E SILVEIRA (2006) relatam a respeito das cidades médias brasileiras, que para eles, estão quase que em totalidade, próximas a áreas agrícolas, ou seja, entre a grande cidade (*pólis*) e a pequena, quase que como um elo entre as duas, ou como tratam, “ponte” entre o grande e o pequeno :

¹⁸ As principais instituições de ensino superior em Campos de acordo com GIVISIEZ; OLIVEIRA & PIQUET (2006) são: Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos - CEFET, Faculdade de Direito de Campos – FDC, Faculdade de Filosofia – FAFIC, Faculdade de Medicina de Campos – FMC, Faculdade de Odontologia – FOC (UNIFLU), Faculdade de Tecnologia Norte Fluminense – FACULTEC, Instituto Superior de Educação do CENSA, Universidade Candido Mendes – UCAM, Universidade Estácio de Sá – UNESA, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Universidade Federal Fluminense – UFF, Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO.

Uma das tarefas da cidade no campo modernizado é, pois, a oferta de informação – imediata e próxima – [...]. Às vezes a cidade é a produtora dessa informação, o que é o caso, por exemplo, das aglomerações onde há instituições de ensino e de pesquisa pura e aplicada. Todavia, na maior parte dos casos cabe somente à cidade transferir para o mundo agrícola informações especializadas, selecionadas pelos interessados em sua difusão [...]. É possível que uma instituição de ensino e pesquisa, presente numa determinada área, possa mostrar-se interessada num amplo espectro de problemas e não apenas naqueles que interessam diretamente ao seu entorno próximo. Mas é raro que esse entorno próximo não acabe tendo uma influência sobre o que fazer habitual de tais instituições (SANTOS & SILVEIRA, 2006: 281-282).

Nessa ótica, notamos o declínio de instituições de pesquisa e cursos voltados à atividade econômica preponderante do passado – cana de açúcar, como o caso da UFRRJ, especialista em estudos agrários/agrícolas da cana. Na atualidade, em virtude de novas demandas advindas da descoberta de poços de petróleo na Bacia de Campos, as instituições se voltam para construção e fortalecimento de cursos que são demandados pelo mercado de trabalho no setor petrolífero e naval, notamos então o crescimento da educação técnica em Campos. Segundo GIVISIEZ; OLIVEIRA & PIQUET (2006:05) o percentual de estudantes no CEFET – Campos mais que duplicou entre 2002 e 2005, representavam 9.0% do universo de estudantes e passaram para 18.03%. Apenas nesta instituição o número absoluto de estudantes (oriundos do ES, do próprio NF e do Noroeste Fluminense) aumentou em 2483 estudantes no período.

De acordo com dados obtidos no Censo Demográfico IBGE (2000), os últimos autores citados apresentam que 38,4% dos estudantes eram imigrantes no município, donde, segundo eles, “a elevada participação de estudantes não-residentes em Campos é um forte indicador do poder de polarização do município em relação a região” GIVISIEZ; OLIVEIRA & PIQUET (2006:08). TERRA (2004) apresenta que com relação à educação, o município de Campos é o mais importante polo regional, e terceiro do estado do Rio de Janeiro. A autora reconhece a importância de todas as instituições no processo de formação educacional, mas, sem dúvidas, em se tratando da ‘necessidade’ de mão de obra especializada e qualificada para as operações petrolíferas o CEFET tem extrema relevância no contexto do presente.

A partir dos dados apresentados a respeito da educação percebe-se que o município de Campos é o *locus* do fornecimento de mão de obra mais qualificada a toda a região. Representantes da EBX, em visita guiada às obras do empreendimento, destacaram que nenhum deles era de SJB, todos eram residentes no município vizinho,

além disso, estimavam que mais de 80% dos postos de trabalho que exigiriam mais qualificação seriam ocupados por campistas ou migrantes recentes. Estimavam a geração de mais de 2.000 mil postos de trabalho de mão de obra mais qualificada, que, mesmo que não fosse da região, seria atraída para lá.

Ainda TERRA (2004) apresenta informações que fortalecem a hipótese de centralidade de Campos e possível dependência dos municípios no alcance espacial. Para ela: “mais da metade da população economicamente ativa encontra-se no setor terciário, o que reforça a sua função polarizadora em relação aos municípios do norte e noroeste fluminense” TERRA (2004:26). MARAFON. *et. al* (2011:126-127) apresentam o município do presente:

Campos dos Goytacazes é o principal centro polarizador e sua área de influencia engloba toda a Região Norte e os municípios da Região Noroeste. O município concentra, de acordo com dados do SUS (2009) e Oi (2000), mais de 45% das unidades hospitalares e 68% dos terminais telefônicos de toda a região, além de concentrar 55% da população regional (IBGE, 2010) [...] possui agências dos quatro maiores bancos nacionais [...] Campos concentra grande parte das atividades econômicas.

Os últimos autores citados descrevem o processo de refuncionalização do município, de concêntrico da cana de açúcar e suas atividades de apoio, para área de atração de pessoas buscando por educação e atração por postos de trabalho nas indústrias, que reforçam ainda mais a ideia de centralidade.

Campos, por sua vez, perde as características de ‘cidade do açúcar’, onde o cheiro do vinhoto, a fuligem da queima da cana para o corte, o pesado tráfego de caminhões que circulavam em seu interior transportando matéria-prima dos fornecedores para as usinas e muitas vezes também ‘boias-frias’, imprimiam à cidade um ar poeirento e pobre. Hoje, sua vida urbana encontra-se refuncionalizada, graças ao crescimento de um aparato institucional de formação profissional e de qualificação de mão de obra [...] e vem se tornando um centro prestador de serviços qualificados para a Região Norte Fluminense como um todo MARAFON. *et. al* (2011:128-129).

Com relação a sua posição concêntrica de poder, especificamente em Campos, temos de discordar de SANTOS E SILVEIRA (2006). Os autores relatam que “as cidades médias comandam o essencial dos aspectos técnicos da produção regional, deixando o essencial dos aspectos políticos para aglomerações maiores, [...] em virtude do papel dessas metrópoles na condução direta ou indireta do chamado mercado global” (SANTOS E SILVEIRA 2006:283).

Contudo, o poder político em Campos é historicamente fortalecido, as elites locais conquistaram, ao longo da história, destaque no cenário regional, estadual e federal, tendo alguns campistas eleitos como governadores do estado, como deputados federais e senadores, e um campista candidato à Presidência da República, o Deputado Federal e ex-Governador, Sr. Anthony Garotinho.

Regionalmente o poder da “Família Garotinho” é notadamente determinante em inúmeras decisões políticas e estratégicas de gestão. Contudo, a apresentação de argumentos que fortaleçam essa afirmação não se trata de uma simples tarefa, as alianças políticas e as relações público/privadas no município estão quase que em totalidade envoltas em certo ‘ar nebuloso’. Apenas exemplificando vejamos o caso das alianças políticas eleitorais nas regiões NF e NOF nos últimos anos. Em entrevistas, nos municípios do NF, ouviu-se que para que qualquer candidato seja eleito é fundamental a vinculação da imagem e apoio dos integrantes da família em questão.

Segundo as camadas mais populares, ouvidas em diversas oportunidades em Campos, o ex-prefeito/ex-governador, atual deputado federal, e sua esposa, ex-governadora e atual prefeita de Campos Sr.^a Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira, ou mais conhecida como “Rosinha Garotinho”, são verdadeiros “deuses na terra”¹⁹ e que “Campos não existiria sem eles”. As ações populistas dos políticos em questão fortalecem esse imaginário coletivo e inebriam possíveis levantes populares de massa contra seus governos. Os projetos políticos procedentes dos “Garotinhos” mais aclamados pelos campistas mais pobres são: “Cheque Cidadão” (transferência direta de renda), restaurante popular, ou mais conhecido no recorte espacial como “restaurante Garotinho”, que fornece uma refeição no valor de R\$1,00, e o Programa “Morar Feliz”.

Contudo, engana-se quem considera o apoio à família, apenas pelos grupos mais populares, empresários de Campos, de Itaperuna (maior polo regional do NOF), de SJB, e demais municípios, consideram os governos desses indivíduos como positivos. Evidente, em se tratando de seres humanos não estamos falando de totalidade, mas uma parcela significativa de pessoas considera as obras de criação de estruturas viárias (criação, duplicação e reformas de estradas) no interior fluminense, benesses dos dois governos estaduais, do Garotinho e de sua esposa.

¹⁹ Falas captadas de uma moradora em lágrimas no bairro Tapera I no município de Campos em trabalho de campo no ano de 2012. O bairro faz parte de um dos programas assistencialistas do governo municipal denominado “Morar Feliz”, em que a prefeitura concede um imóvel a populações consideradas expostas a vulnerabilidades diversas, recebendo parte do valor em prestações extensas.

Outro programa de governo que alimenta o poderio político do casal é o denominado “Projeto Frutificar²⁰” que em, linhas gerais, visa o fomento à fruticultura no estado. Os exemplos de sucesso na adesão e continuidade do programa apresentados pelo Governo do Estado são os dos pequenos e médios agricultores das regiões NF e NOF. Entretanto, não podemos afirmar que se trata de sucesso, mas, podemos questionar a eficácia do programa, já que no caso da concessão de linhas de créditos os maiores beneficiários são os produtores de renda média, o que exclui os produtores familiares da capacidade de obtenção do benefício.

O centro gestor regional desse programa de governo estadual encontra-se no município de Campos, especificamente no prédio sede do FUNDENOR²¹. Em entrevista ao presidente regional do projeto, em janeiro de 2013, notou-se que as decisões de investimentos financeiros (concessão de linhas de crédito), tipos de culturas a serem fomentados, o tipo e a quantidade de apoio técnico, a determinação das famílias a serem beneficiadas, eram decisões do polo campista. Sendo dito por um dos coordenadores técnicos, presente na entrevista, a seguinte frase: “o Frutificar foi pensado pelo nosso governador Garotinho para nossa região e o FUNDENOR à frente era fundamental para o processo de desenvolvimento da região”.

Por fim, ainda no intuito de apresentar Campos como *locus* do poder político e de complexidades diversas, nos últimos anos nota-se uma busca por parte das elites do município por atração de grandes projetos de investimento. A influência política dessas elites tem conferido ao município e à região um destaque no cenário nacional e internacional na construção do Complexo Farol Barra do Furado, do Complexo do Superporto do Açú, dentre outros projetos mais relacionados à indústria do petróleo. A mudança paradigmática da gestão pública é fruto e, ao mesmo tempo, alimenta o poderio da Família Garotinho e aliados. A implantação do Superporto do Açú, em 2007 se deu, em partes, pelas articulações políticas dos ex-governadores (Garotinho e Rosinha).

²⁰ Segundo Sr. Ronaldo Soares, coordenador técnico do projeto, em 31/01/2013, o programa foi criado no ano 2000 apenas pensando no NF e NOF buscando fomentar as culturas do abacaxi e do maracujá. Entretanto pelo que chamou de “sucesso” foi passado para todo o Estado do Rio de Janeiro. O recurso de onde é transferido o crédito é direto do tesouro do Estado através de operação bancária do Banco do Brasil na conta do agricultor.

²¹ Segundo a própria instituição, trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 1970, e tem como objetivo principal promover o desenvolvimento econômico e social da região geoeconômica do Norte Fluminense (o que abrange também os municípios da região NOF). Informações institucionais mais bem detalhadas em <http://www.fundenor.com.br/default.htm>. Evidentemente é uma instituição de cunho político, com conselho gestor composto por indivíduos ligados diretamente aos empresários e donos de terra do setor sucroenergético e aliados da Família Garotinho.

A escolha do município de SJB como *locus* do empreendimento não se tratou de uma medida aleatória, torna-se receptáculo do projeto justamente pela articulação do ex-governador com a Prefeita de SJB, Sra. Carla Machado, até então aliada política do Garotinho. O litoral campista já contava com a construção do Complexo Logístico Industrial Farol/Barra do Furado (divisa Campos - Quissamã), de modo que coube a SJB a recepção do segundo grande investimento de cunho industrial portuário, fortalecendo a escolha dos gestores públicos em ‘industrializar a região’ ou, como apresentam, buscam fortalecer a vocação e o potencial industrial emergente no NF. A seguinte subseção busca apresentar o processo de construção do Superporto do Açú, com a apresentação de fatos que nos colocam o desafio de compreender a geografia do presente no município.

1.4. *Locus* do Superporto do Açú: São João da Barra/RJ

Fundada em 1850, a cidade tem sua história ligada essencialmente à economia. Os ciclos produtivos: produção de alimentos, da pesca, criação de gado eram integrantes da paisagem e nortearam o ordenamento territorial até a ascensão e espraiamento do setor açucareiro. Além disso, o transporte fluvial trazia ao centro de SJB uma possibilidade de maiores interações com vilarejos e povoados vizinhos, de modo que ali se desenvolveram atividades portuárias incipientes.

Segundo informações oficiais, dispostas em sítio virtual, a partir da elevação à categoria de cidade por Dom Pedro II, foram inauguradas uma série de elementos que trazem uma remota identidade local “a Santa Casa de Misericórdia, a Usina de Barcelos, a Companhia de Navegação, a Companhia Agrícola, a Companhia de Cabotagem, a Sociedade Musical Carnavalesca Lira de Ouro, Banda Musical União dos Operários e a Sociedade Beneficente dos Artistas” PMSJ (2013).

Especificamente a respeito da Usina Barcelos, em novembro de 1878 inaugura-se o Engenho Central de Barcelos, montado pela empresa francesa Fives Lille, situado à margem direita do Rio Paraíba do Sul e fundada pelo Barão de Barcelos. O engenho foi responsável, dentre outros aspectos, pelo crescimento local da produção de açúcar, pelo estímulo da migração da mão de obra nos períodos de moagem – já que foi uma das primeiras indústrias da Região Norte Fluminense sem mão de obra escrava – pelo crescimento de vilas, sendo a principal delas o distrito de Barcelos (atualmente 6º distrito de São João da Barra).

As atividades do engenho e depois da usina estimularam o aumento considerável da produção de cana de açúcar no entorno, totalizando mais de cinco mil hectares. Desse modo, as modernizações introduzidas nas usinas, a partir da década de 1970, estimulavam ainda mais os proprietários a comprarem ou arrendarem terras no entorno imediato de suas fazendas e, além disso, com o incremento técnico passaram a comprar matéria prima de terceiros. Contudo, nas três últimas décadas, nota-se no município de SJB, assim como na região como um todo, um declínio da atividade canavieira, com o fechamento de usinas, como a de Barcelos, já pertencendo ao Grupo Othon, que encerrou suas atividades ao final da primeira década dos anos 2000.

Até a última década, o município refletia, portanto, uma relativa estagnação econômica, acompanhando a situação dos municípios do Norte e Noroeste Fluminenses, à exceção de Macaé e Campos dos Goytacazes, já descritos. SJB tem experimentado um intenso processo de mudanças, que englobam a sociedade e os modos de vida, a economia, a refuncionalização física e simbólica dos espaços e a conformação de novos territórios. A partir do ano de 2007, com a implantação do projeto do porto, mais bem descrito no próximo capítulo, as mudanças até aqui descritas foram intensificadas e tal expressividade deixou e deixa marcas nos ali viventes e no espaço.

Áreas voltadas essencialmente a produção de alimentos, predominantemente através da agricultura familiar, voltadas à pesca artesanal, passam por um processo de aniquilação (i)material em favor de um projeto de investimento exógeno, inserido em uma lógica de desenvolvimento externa – evidentemente econômica. O processo em curso reflete o ideário de que o território é apenas a base material das ações, nesse caso ações predominantemente corporativas.

Tendo apenas o incremento positivo de renda e o lucro dos empresários como elementos norteadores da instalação do porto e da retroárea, percebe-se nítida desconsideração aos aspectos compõem os grupos sociais ali instalados historicamente. Qualquer cidadão que esteja à margem dos processos decisórios ou que possa ser contrário à instalação do empreendimento, é considerado como ‘enclave ao desenvolvimento proposto’, em outras palavras, mesmo o indivíduo estando em sua razão legal, se porventura se levantar contra o projeto do porto passa a ser quase que ‘culpado pelo atraso econômico local’. A partir do transcorrer do processo de instalação, e todos os problemas decorrentes, a insatisfação passa a ser corrente no município.

Até aqui elencamos apenas a relação empreendimento e grupos sociais, quando transpomos isso aos conflitos territoriais e ambientais desencadeados, em efeito cascata

pelo processo de construção do porto, o nível de complexidade excede a possibilidade de transcrição total em palavras. O município teoricamente perderia seu papel de fornecedor de alimentos, principalmente: abacaxis, cocos, quiabos, maracujás, e pimentões, além de sua atração turística (veraneio) de mineiros e campistas, e passaria a polo industrial, logístico e portuário.

Nessa constatação é pertinente rever o que Santos trata em *Metamorfoses do Espaço Habitado* (1994), quando se refere à construção do artificial e como os lugares podem se especializar regionalmente independente de onde estejam, visto o desenvolvimento da técnica. Para esse mesmo autor, se um determinado espaço passar a ser de interesse do capital, ele (o capital) cria qualquer tipo de estrutura para solução de suas próprias demandas, nesse sentido é possível relacionarmos as proposições de Santos (1994) com os atuais acontecimentos em São João da Barra- RJ.

No bojo das mudanças espaciais em SJB podemos destacar as remoções de pessoas, a refuncionalização dos espaços e as operações urbanas oriundas do processo de instalação do empreendimento. Partes feitas como medidas compensatórias pelas empresas com caráter obrigativo legal, parte feita pelos governos municipal e estadual (INEA, CODIN). Para além, algumas das intervenções são fruto de parcerias público-privado (PPP), é importante ressaltar o papel de muitas obras, trata-se, em verdade, da criação prévia de estruturas que facilitem o processo de instalação do complexo industrial e facilitem o exercício pleno do capitalismo nessa fração do território fluminense.

Dentre as principais obras, destacam-se: a drenagem da Baixada Campista (INEA – inconclusas), a construção, pavimentação e manutenção de estradas de rodagens próximas ao canteiro de obras do empreendimento (Grupo EBX e Governo do Estado - finalizadas), criação de distrito industrial (CODIN – ampliando). Como medidas compensatórias: construção de entreposto pesqueiro em Atafona (Consórcio Anglo American - obra paralisada), construção de escolas voltadas ao seguimento pré-escolar e ensino fundamental I, e a construção de um polo turístico/gastronômico em Grussaí (concluído).

A pauta do planejamento urbano tem ocupado um destaque em SJB principalmente a partir do penúltimo governo municipal, da prefeita Carla Machado. Em sua gestão, a prefeitura de SJB contratou o arquiteto e urbanista Jaime Lerner²² para

²² Jaime Lerner é arquiteto e urbanista, foi responsável pelo planejamento urbano de Curitiba-PR, apresentado e premiado como um dos projetos de intervenções urbanas de grande valia na

apresentar um projeto de reformulação urbana. Alegavam se tratar da construção de uma integração da indústria emergente, do urbano em expansão e do agrícola no município. De modo que a revisão do macroplanejamento (zoneamento) municipal (anexo 01) e a revisão do Plano Diretor Municipal (anexo 02), apresentada em 22 de janeiro de 2013²³, estavam sendo orientada pela implantação do porto, do complexo industrial, e de toda a gama de transformações em decorrência.

O capítulo apresentou argumentos e breve cronologia das ações que fazem parte da história do município de SJB e que de certa forma o caracterizam. Evidentemente, sem maiores preciosismos históricos buscamos apresentar elementos econômicos, sociais, e demográficos que caracterizavam a região, o município de Campos e de SJB para que com isso possamos nos aproximar da compreensão das alterações em curso nessa fração territorial no presente.

A partir desse conjunto de informações nos debruçamos, no próximo capítulo, em descrever o processo de instalação do empreendimento desde sua gênese até sua conformação atual. Para além, bem maior que uma mera descrição, o capítulo trará uma discussão que abarca a mudança de percepções dos grupos sociais ‘afetados’ frente às ações dos grupos corporativos. Especificamente apresentaremos a situação dos agricultores familiares, pescadores artesanais e assentados na chamada Vila da Terra.

contemporaneidade. A partir da notoriedade acabou concorrendo e vencendo as eleições no posto de prefeito da cidade de Curitiba e duas vezes como governador do Estado Paraná, atualmente presta serviço em zoneamentos e planejamentos municipais e estaduais no Brasil e fora do país, além de consultor das Nações Unidas.

²³ Disponível em <http://www.sjb.rj.gov.br/plano-diretor> no dia 02/01/2014.

CAPÍTULO II: DESENVOLVER PARA EXCLUIR? O PARADIGMA DA INDUSTRIALIZAÇÃO

O presente capítulo visa apresentar o processo de instalação do complexo do Superporto do Açu e seus desdobramentos desencadeadores de conflitos territoriais com grupos historicamente fixados no município. Pautados na construção de um cenário municipal de atraso, o Estado e o Grupo EBX apresentam argumentos de superação, mediante a introdução de mudanças paradigmáticas orientadas pela ideia do desenvolvimento do local e da introdução ou fortalecimento do que denominam como ‘vocação industrial’.

O cerne da presente fração textual   a apresenta o dos atores sociais envolvidos no processo de instala o, evidenciando a luta daqueles que durante o transcorrer das a oes têm sido, em linhas gerais, negligenciados e prejudicados: agricultores familiares, reassentados e pescadores artesanais. Para orientar nossos argumentos, serão abordadas implicitamente/explicitamente as seguintes assertivas: o convencimento da necessidade da industrializa o, a introdu o da ideia de voca o industrial como forma de supera o ao atraso vigente, a emergência do paradigma do desenvolvimento municipal, a apresenta o dos ‘atores sociais’ afetados negativamente.

2.1. A Constru o da ‘voca o industrial’: o paradigma do desenvolvimento

O projeto de porto surgiu no início da década de 2000 com uma proposta do Governo do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa do Governador Anthony Garotinho, ao empresário Sr. Eike Fuhrken Batista, até então sócio majoritário do Grupo EBX. O processo pode ser observado através da exposi o feita por MARTINS (2013:29) quando, em sua argumenta o, traz a entrevista do então Secretário de Energia, Indústria Naval e Petróleo do Estado – Wagner Victer, no mandato do governador mencionado. Segundo a autora, em abril de 2010, o secretário em entrevista concedida ao Jornal O Globo disse:

Tínhamos em nosso plano de a o a preocupa o de desenvolver um projeto estruturante para a região norte do estado do Rio de Janeiro. Afinal, como todos sabem, o petróleo que   extraído na Bacia de Campos   um recurso finito, que está gerando riquezas para aquela região, assim como desenvolvimento. Entretanto, quando seu ciclo cessar poderá deixar para tr s um rastro de miséria e desemprego, caso não fossem desenvolvidos projetos de desenvolvimento permanentes

na região, que pudessem manter os empregos e desenvolvimento permanentes na região, que pudessem manter os empregos e desenvolvimento gerados no setor. VICTER (2010) apud. MARTINS (2013:29).

A proposta inicial, como quase sempre ocorre em se tratando de “Grandes Projetos de Investimentos – GPIs” como denomina CRUZ (2009:02), foi recebida com satisfação por boa parte da população do município e dos municípios vizinhos. Isso porque em 2010 cidadãos ouvidos declaravam abertamente sua satisfação, incorporaram e, imediatamente, difundiam a ideia do desenvolvimento local e da geração de emprego e renda ao município, associada à instalação do empreendimento e à necessidade de industrialização do local. Pequenos agricultores ouvidos também em 2010 relataram que acreditavam que se tratava de uma obra pública e que poderiam acionar o serviço portuário para escoar suas produções para a capital e outras UF’s.

Outro grupo que comemorava tal investimento era o dos empresários sanjoanenses e campistas. Acreditavam que a Petrobrás compraria a ideia de integrar-se ao projeto, inicialmente apenas de porto, utilizando-o como base de apoio as atividades de prospecção de petróleo da chamada Camada Pré-Sal na Bacia de Campos. Contudo, notou-se imediatamente que a possível associação da Petrobrás ao porto tratava-se apenas de falácia sem nenhuma comprovação, já que, no mesmo ano, a empresa, através de representantes, atesta que, por questões operacionais e logísticas, não manifestava interesse em tal projeto. A partir do exposto, o projeto do porto foi sendo arquitetado, mas, efetivamente, o licenciamento e início das obras só ocorreu no ano de 2007, já no mandato do Governador Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho, ou conhecido, Sérgio Cabral.

A título de apresentar essa “engenharia do poder” por traz do processo de instalação, é válida a exposição de breves apontamentos que configuravam o cenário político no estado. O ainda hoje governador foi eleito em julho de 2006, sendo aliado político e, conseqüentemente, com apoio tanto do ex-governador Anthony Garotinho, quanto de sua esposa e ex-governadora “Rosinha Garotinho”. Logo no início do primeiro mandato Sérgio Cabral rompe as alianças políticas com os ex-governadores, especificamente, no dia 18 de janeiro de 2007 em cerimônia de assinatura de medida provisória no Palácio das Laranjeiras. O já governador rompe publicamente com o casal mediante a uma plateia repleta de petistas e da imprensa. Em sua fala, trata as ações dos mesmos quando estavam à frente do governo, como “mesquinhas e sem sentido”, já que

se negavam a receber muitos incentivos do Governo Federal (incluindo incentivos fiscais).

O então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em sua fala na mesma oportunidade, retomou a ideia de parceria entre a UF e a União, e afirmou: “Não existindo pequenez política de parte a parte, a possibilidade de acertar é muito grande. O que está em jogo é a recuperação da dignidade e da autoestima do Rio. O potencial do Rio estava sendo jogado fora por alguns políticos que passaram pelo governo²⁴”. Iniciava-se, então, um processo de coalizão de forças políticas que ganhou ainda mais força depois das eleições municipais em 2008, com exercício de mandato de 2009 a 2012.

Retomando a ideia da construção da vocação industrial em SJB, ainda no ano de 2007, o projeto do porto ganha novas conotações industriais associadas. A maior mudança no que vinha sendo difundido tanto pelo Governo Estadual, quanto pelo grupo empresarial em questão (Grupo EBX), foi no que diz respeito à funcionalidade do porto que começava a ser construído. Em outras palavras, o projeto logo em fase inicial perde seu caráter simplesmente portuário, o grupo passa então a apresentar como a maior “obra industrial portuária das Américas” de acordo com o Relatório da AGB/Agrária (2011:04).

Trata-se a partir de então, não apenas de um porto, mas sim, de um grande terminal privado de uso misto no conceito porto indústria: no mesmo espaço coabitariam atividades portuárias clássicas de transporte de minérios, incrementadas pela concentração industrial no entorno imediato, ainda acrescidos da criação de estruturas de escoamento como linhas férreas, estradas de rodagem, hidrovias, minerodutos, além da produção de energia própria com a construção de uma termoelétrica movida a carvão.

A ideia da industrialização como saída para uma diversificação produtiva, para a geração de emprego e renda, e para o fomento ao desenvolvimento local, foi ainda mais difundida pelos empresários e pelos gestores públicos. O porto e tudo que era previsto a ser construído configurariam a ‘alavanca’ para tais aspirações no município e, para isso, difundir a ideia de persistente atraso econômico era, de certa forma, uma ferramenta de convencimento da sociedade em geral. Outro argumento chave no bojo da ideia de ‘desenvolvimento local e vocação industrial’ é a associação clara do Estado à

²⁴ Informações mais bem detalhadas em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Cabral-Filho-rompe-com-o-casal-Garotinho/4/12496> em 03 de dezembro de 2013.

corporação, isso pode ser observado quando o próprio Estado reconhece o porto e o distrito industrial como área de interesse público. Podemos aferir o desdobrar desse processo na fala de MARTINS (2013:37):

De forma a viabilizar todo esse empreendimento, foi publicado o Decreto Estadual nº 42.834, de 03 de fevereiro de 2011, que declarou como interesse público 7.036 hectares do 5º Distrito de São João da Barra para a construção do Distrito Industrial do Porto do Açú. Outro decreto foi publicado posteriormente ampliando a área.

Outro importante argumento apregoado e que favorecia a construção de um ideário de bem-estar com a instalação do empreendimento, foi a ideia difundida de que o município de SJB tinha sido escolhido como sede de um projeto de interesse nacional, e por isso, ou melhor, a partir disso, seria incluído no cenário de competição no mercado global. Contudo, é extremamente relevante pensarmos no que Cruz (2009) defende quando discute o que denomina como “Grandes Projetos de Investimento – GPI’s” recente no Norte Fluminense, incluindo o projeto do porto até aqui apresentado.

Segundo o autor, um dos primeiros problemas a serem considerados é que tais investimentos não produzem significativas mudanças nas históricas disparidades intra e inter-regionais, que perpetuam estruturas pretéritas de estagnação econômica e não trazem promoção social à região. Além disso, e crucial para a compreensão do ‘rastros’ do projeto do Superporto do Açú, citando Vainer (s/d) e Piquet (2007):

Nesses projetos predomina o capital privado internacionalizado, o que significa que os centros de decisões estão fora da região e são orientadas pela competitividade internacional e pelos interesses de corporações que se referenciam no espaço mundial e não no território local, ou regional (CRUZ, 2009:08).

Especificamente, no presente, os problemas relacionados à implantação do porto por parte da sociedade civil e dos movimentos sociais, que serão mais bem descritos *a posteriori*, ganharam maiores destaques na mídia alternativa e em alguns trabalhos acadêmicos. Isso se deu mediante um aumento da exposição dos problemas deflagrados no município, a partir da elevação de categoria do empreendimento. De simples porto e retroárea reduzida, passa à categoria de complexo logístico e industrial – associando inclusive, o projeto, a um distrito industrial de grande porte proposto pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Discussões que serão mais bem descritas no próximo subitem do capítulo.

2.2. A Elevação à Categoria de Complexo Industrial

Em se tratando de ações corporativas, planejamentos em gestão empresarial e parcerias público-privadas, de curto, médio e longo prazo, podemos presumir, especificamente do caso do Superporto, que tal mudança na configuração, extensão e funcionalidade do empreendimento possivelmente era prevista no plano de ação dos gestores do grupo desde sua gênese. Fatores diversos fortalecem essa suposição, aparecendo, por exemplo, mediante a enorme quantidade de área que foi adquirida por diferentes empresas antes mesmo do início das obras e mudança de projeto.

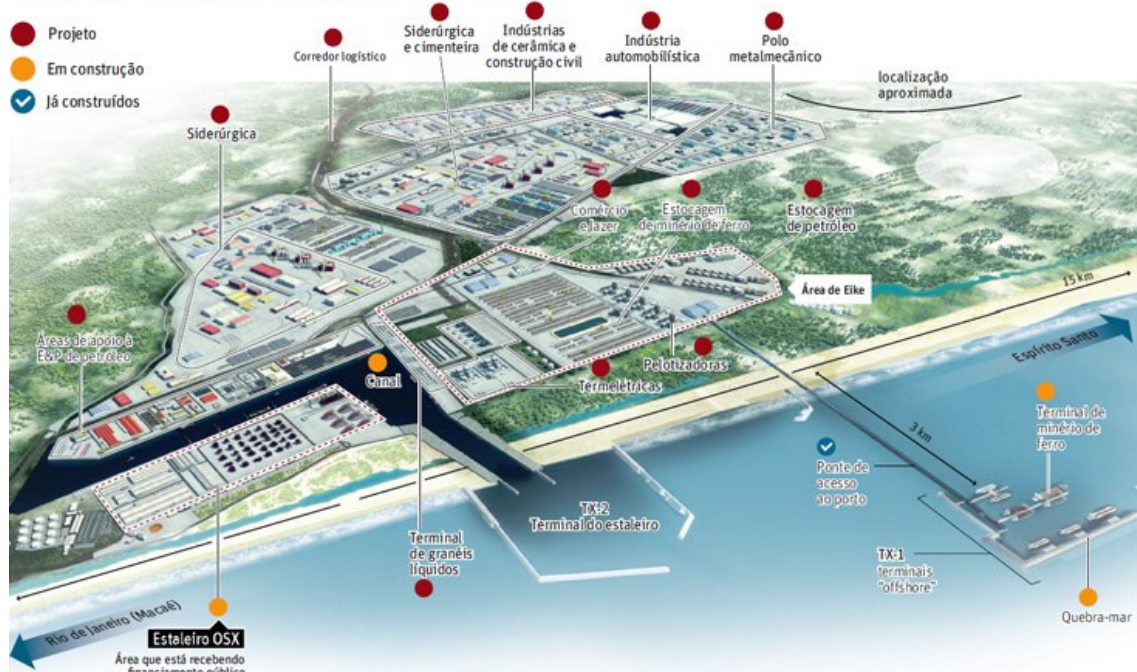
Evidentemente os que mais se surpreenderam com a ampliação, foram a sociedade civil em geral, e principalmente, aqueles que, de certo modo, teriam suas vidas (entende-se tanto aspectos imateriais, subjetivos simbólicos, quanto aspectos materiais) alteradas. Aliás, os mesmos que estão, até a contemporaneidade, à margem dos processos decisórios e sem muitas informações a respeito de seus próprios futuros, caracterizando um cenário de incertezas e especulações.

A partir de então, o projeto passa a ser denominado como Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú - CLIPA (associação do porto com a retroárea industrial mais distrito industrial). Estamos diante não mais de um projeto de porto, mas sim, de um grande projeto de construção privado, legitimado pelo Estado na medida em que cria estruturas facilitadoras, com inúmeras implicações de cunho, social, político, ambiental, e econômico, até pela extensão do projeto. A figura 05, de procedência do Grupo EBX, é um esquema em que apresentavam até julho de 2013 como seria a disposição dos objetos e a espacialidade/magnitude do empreendimento, além disso, apresentavam diversas funções em cada quadrante da obra.

Figura 05: Projeto do Complexo em 2012

COMO SERÁ O COMPLEXO

Porto do Açu, onde está o estaleiro OSX, receberá navios maiores



Fonte: llx.com.br em 16 de outubro de 2012.

Em visita guiada à sede do empreendimento em 2010, aliás, única oportunidade de visita e diálogo a respeito dos pontos de vista dos gestores, os representantes da LLX que nos receberam apresentavam o projeto como sendo o segundo maior porto do mundo, estando apenas atrás do Porto de Roterdã na Holanda. Além disso, alegavam que teria o maior calado²⁵ da América Latina (figura 06) sendo passível a atracação dos navios tipo Chinamax²⁶, trata-se de um dos maiores do mundo com capacidade de transporte de 400 mil toneladas, inclusive maiores do que os do tipo Panamax, que foi por décadas exemplo de modernidade e capacidade de carga.

²⁵ Calado é uma medida náutica que refere-se à profundidade total entre o assoalho oceânico e a superfície.

²⁶ Melhores informações a respeito da diferenciação dos tipos de embarcação, capacidade de carga e demais assuntos relacionados em http://transportemaritimoglobal.files.wordpress.com/2013/11/tipologia-de-navios_antonio-costa.pdf.

Figura 06: Esquema Comparativo Entre Tipo de Embarcação e Necessidade de Calado

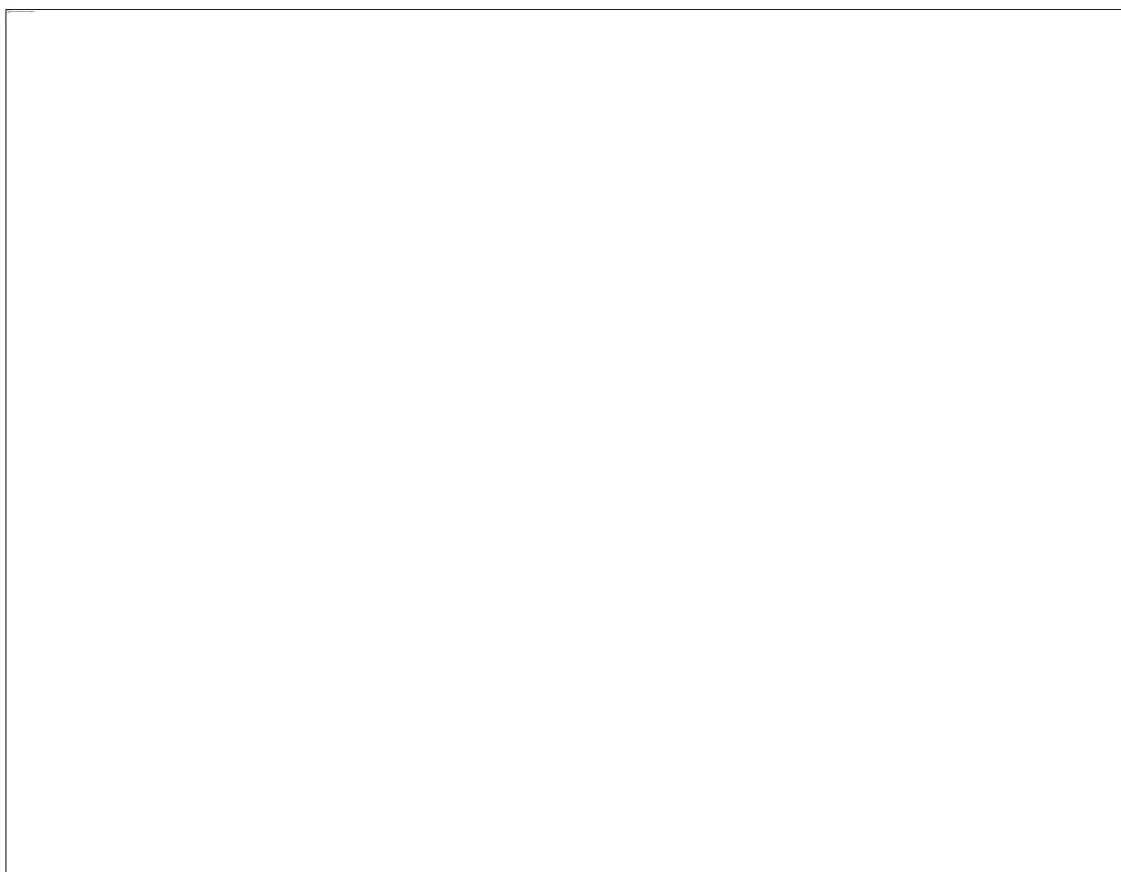


Fonte: llx.com.br em 16 de outubro de 2012.

A mesma visita guiada contou com uma apresentação em vídeo do projeto, com a explanação diante de uma maquete com poucas informações e um momento bem mais breve de perguntas. Logo após essa estada na sede, a visita passa a ser feita em um ônibus que percorreu parte do canteiro de obras e parte do píer já construído naqueles dias, sem direito a parada durante o trajeto. Como dito, essa foi a única oportunidade de visitação e de questionamento aos representantes da empresa, de modo que, desde o ano de 2010, muitos acontecimentos alteraram os planos, estouraram-se os prazos de entrega, além da emergência de uma possível crise financeira do grupo (julho de 2013) que pode mudar essencialmente tudo que vem sendo descrito até aqui.

Configurando a noção de complexo industrial, o projeto passou a contar com uma grande retroárea industrial contígua, sendo proposta a alocação dos seguintes investimentos: plantas de pelletização, indústrias cimenteiras, um polo metal- mecânico, unidades petroquímicas, siderúrgicas, montadora de automóveis, pátios de armazenagem, usinas termoelétricas, um grande mineroduto (figura 07) ainda em construção.

Figura 07: Mineroduto Sistema Minas Rio



Fonte: agloamerica.com.br, organização PRADO (2013).

O mineroduto denominado Sistema Minas-Rio é um grande projeto associado exclusivamente à existência do Superporto do Açú, trata-se de uma enorme obra de engenharia de mais de 500 quilômetros ligando o município de Conceição de Mato Dentro - MG até SJB. A primeira parte visa o transporte do minério das minas até o município de Alvorada de Minas-MG para ser beneficiado, num segundo trecho, o minério será transportado, se a obra for conclusa, e será despejado diretamente nos navios atracados no Superporto do Açú.

Apesar de não ser especificamente objeto da presente análise, é notadamente necessário destacar alguns pontos referentes ao projeto do mineroduto, que tem estreita relação com o empreendimento estudado. Assim como no caso do Superporto, a construção do mineroduto tem sido responsável pela remoção de inúmeras famílias de pequenos agricultores, similares às famílias de SJB. Outro importante destaque é que, desde a fase inicial das obras, o projeto do mineroduto tem desencadeado conflitos em diferentes âmbitos: social, ambiental e econômico, mas a degradação ambiental e a

remoção de agricultores familiares são o que mais tem sido levantado por pesquisadores durante o processo de instalação e incluído na pauta das audiências públicas.

Retornando a ideia da elevação de porto à complexo industrial, muitas informações, não confirmadas, ao longo do processo de levantamento de dados e redação, foram trazidas por interlocutores em campo, uma dessas, e que até o presente persiste, é de que além de todas as empresas já confirmadas para operações no complexo, existiria uma multinacional estadunidense interessada em instalar-se no perímetro do complexo. Possivelmente, ainda de acordo com alguns interlocutores ouvidos, a empresa fabricaria no Brasil equipamentos eletroeletrônicos: laptops, *tablet's*, dentre outros. Tal informação foi questionada durante a visita guiada em 2010, e como resposta preferiram alegar que estavam negociando a vinda de um “gigante” dos eletroeletrônicos para SJB.

Durante a mesma visita de 2010 o discurso da geração de emprego e renda, e de rompimento com a pretérita estagnação econômica, foi evocado a todo o momento pelos representantes da LLX/EBX. Naqueles dias, o discurso pautava-se na superação da pobreza e da falta de oportunidade e, por isso, era necessário que o município passasse por um processo de reformulação que incluía industrialização, e que o porto e todas as indústrias que para lá seriam atraídas cumpriram esse papel.

Quando questionados dos inúmeros problemas da instalação de um empreendimento de tal magnitude, os representantes alegaram desconhecer qualquer tipo de conflito entre os residentes e a corporação. Inclusive, abruptamente, não aceitaram tais questionamentos, alegando que mesmo antes da construção atingir o ápice já existiam mais de três mil empregos diretos no complexo. Em oposição a essa resposta, está a fala de muitos ouvidos, que somadas a outras declarações mostravam-se insatisfeitos com a inexistência dos empregos prometidos. Descreveram que, quando empregavam os residentes em SJB, o vínculo empregatício não ultrapassava os três primeiros meses.

Fomentando o contexto de incertezas, ao contrário do que era previsto pela população em geral, a retroárea do empreendimento não está delimitada por completo, podendo ainda aumentar consideravelmente. Até o ano de 2012, o tamanho do empreendimento era estimado em 7.200 hectares e já tinham sido gastos US\$ 40 bilhões com capital público (através do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e financiamentos junto ao BNDES) e capital privado. Segundo informações dos próprios representantes do Grupo EBX, a maior parte dos investimentos privados era de origem

asiática, sendo dada uma ênfase especial aos investimentos oriundos de empresas chinesas.

Os *píeres* de atração são os projetos mais adiantados, as obras iniciaram em 2007 e já foram praticamente finalizadas, totalizam 17 km de *píeres* e quarenta berços de atracação, visando alcançar a movimentação de 350 milhões de toneladas de minérios por ano. O caso das demais indústrias, apresentadas anteriormente, a situação é bem mais delicada. Investimentos que haveriam de ser feitos, com queda do Grupo EBX e suas ações, investimentos e vencimentos de empréstimos em julho de 2013, poderão não se concretizar num futuro próximo. O que podemos de antemão destacar, nesse momento, é justamente o descontentamento geral pela incerteza, seja pelas ações das corporações até o presente, seja pela não concretização do empreendimento.

A construção e muitos dos grandes investimentos foram praticamente paralisados, o projeto do polo metal-mecânico, especificamente, foi abandonado antes mesmo de iniciar as obras. As empresas chinesas e espanholas que já estavam instaladas em São João da Barra encerraram as atividades, nesse contexto de crise, deflagrada em julho de 2013. Muitos dos trabalhadores envolvidos na construção das empresas estrangeiras ou diretamente do Superporto foram demitidos. Nesse período boa parte da força de trabalho já tinha realizado a migração de retorno, muitos trabalhadores, oriundos do nordeste brasileiro, da cidade do Rio de Janeiro, poucos chineses e espanhóis retornaram a suas áreas de origem, deixando para trás o ‘rastros’ de sua estada, com pousadas, pensionatos, restaurantes e transportadoras de trabalhadores, a maior parte, em vias de falência.

O cenário sanjoanense entre o ano de 2007 até o início do ano de 2013, caracterizado pela ideia de desenvolvimento local, de pujança econômica e lócus de oportunidades diversas, desde a derrocada das ações da corporação gestora, apresenta-nos um nítido rastro de desemprego, de investidores de diversas partes do país que perderam seus investimentos, pequenos empresários que adquiriram dívidas para ampliar os negócios e não conseguiram prosseguir, desde a redução dos postos de trabalho em junho de 2013.

No último campo, ainda em julho, foram ouvidos mais de dez pequenos empresários em SJB, especialmente no distrito de Pipeiras, que construíram pousadas para mensalistas, pequenos restaurantes, bares, empresas de transporte de material e pessoas, que com a evasão dos funcionários não veem um futuro promissor. Podemos afirmar que, para esses, a falácia do desenvolvimento do local já se revelou. Um dos

entrevistados, cabeleireiro, nascido no 5º distrito, com 47 anos de idade e dono de um pequeno estabelecimento, afirmou que todos os pequenos empresários da localidade de Mato Escuro, incluindo ele mesmo, ampliaram seus negócios, contrataram funcionários, e não sabem como pagarão as dívidas.

Contiguamente ao Complexo do Superporto do Açú, está sendo construído o distrito industrial de SJB, formalmente de responsabilidade da CODIN, o distrito foi criado pelo Estado no intuito de atrair mais indústrias para a região. De acordo com MARTINS (2013:38):

Ainda que a CODIN seja formalmente responsável pelo distrito, foi estabelecido um termo de cooperação técnica com a LLX, delegando à empresa atribuições específicas para a sua atuação no processo de licenciamento. Também cabe à LLX implantar as infraestruturas de uso comum do Distrito Industrial, como abastecimento de água, rede de esgoto, sistema de drenagem, ruas, linhas ferroviárias, emissários e rede elétrica. Nesse sentido, o Porto do Açú e o Distrito irão compor o chamado Complexo Logístico e Industrial Portuário do Açú.

A partir de julho de 2013, assim como já apresentado referente ao Superporto do Açú, o projeto do distrito industrial careceu também de revisões, imediatamente após a possível ‘derrocada’ do grupo gestor majoritário, novos usos e novas empresas a serem atraídas foram repensados. A CODIN passou a oferecer espaços intradistrito industrial a inúmeras empresas, que passaram, de certa forma, a vislumbrar a implantação de seus negócios no complexo. Outro ponto importante, na configuração do presente, é a mudança de nome da empresa responsável pela construção do Superporto do Açú, deixando de ser LLX para se chamar Prumo, controlada por um novo grupo, denominado Grupo EIG²⁷.

O grupo assumiu o controle, detendo 53% do capital da companhia e, nessa nova organização, coube ao Sr. Eike Batista cerca de 21%. Segundo informações oficiais o Grupo EIG é um grupo consolidado de origem norte americana, possui um passado focado em investimentos de grande porte, tratando-se de um fundo de infraestrutura com operação em dezenas de países.

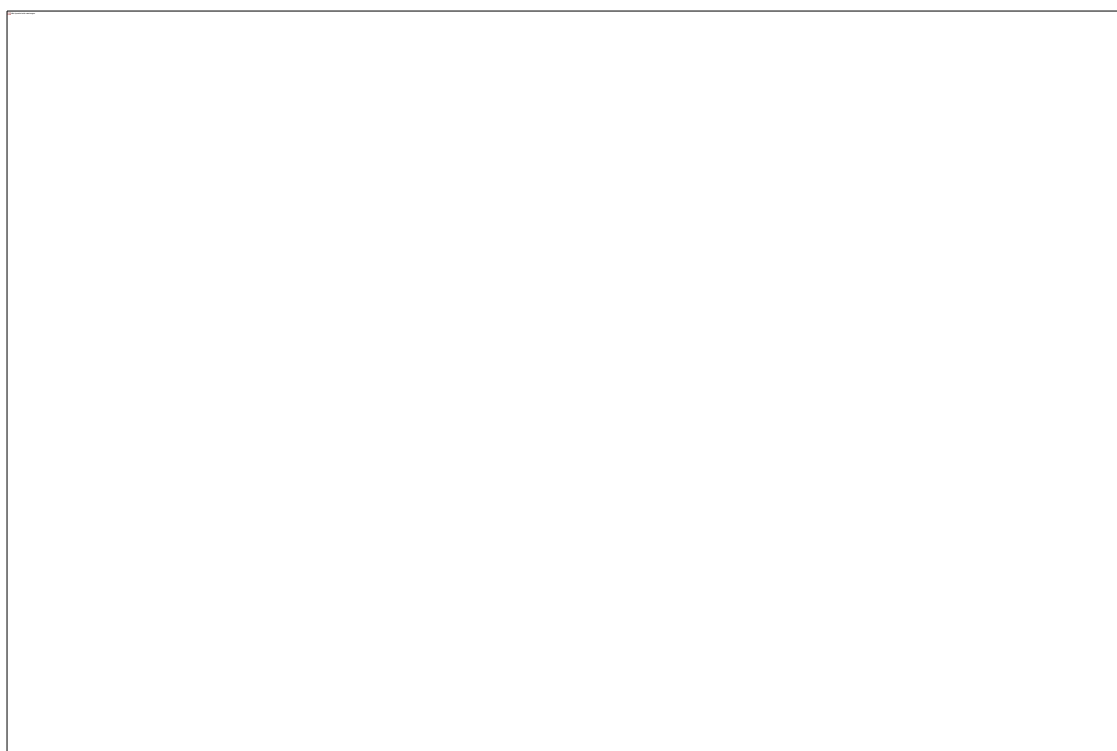
Mais recentemente, o novo projeto do complexo foi apresentado em divulgação oficial com maiores detalhamentos através do esquema de alocação dos investimentos (figura 08). Algumas empresas já iniciaram suas construções, outras estão em vias de iniciarem, o que ainda persiste e que marca o presente é a continuidade das

²⁷ Informações oficiais extraídas no sítio virtual em 24 de dezembro de 2013. Para maiores detalhamentos da mudança e dos novos projetos ver: <http://www.prumologistica.com.br/pt/imprensa/Paginas/LLX- agora-%C3%A9-Prumo.aspx>.

desapropriações de terras no entorno imediato e a afirmação de que o porto entrará em operação ainda no ano de 2014. O atraso na conclusão de parte das obras se deu por conta dos problemas enfrentados pelo Grupo EBX, podemos ainda questionar se esse novo prazo será respeitado, já que ainda em tempo presente, não se nota o mesmo ritmo na construção como no ano de 2013.

No dia oito de julho de 2013, o então Secretário de Desenvolvimento Industrial - SEDEIS do Rio de Janeiro, Sr. Julio Bueno, em coletiva de imprensa, apresentou a insatisfação com os recentes acontecimentos ao Grupo EBX, mas afirmou que o projeto do complexo industrial se concretizaria. Para o secretário existem três empresas implantando-se no local com investimentos de US\$ 1 bilhão. Além disso, outras empresas, que não as citou, já manifestaram interesse na localização e buscam espaço no empreendimento junto a CODIN.

Figura 08: O Complexo do Superporto do Açu na Contemporaneidade



Fonte: <http://www.prumologistica.com.br/pt/superporto-do-acu/Paginas/o-empreendimento.aspx> em 24/12/2013.

A continuação das obras sem a transparência necessária e sem a clareza de qual será o futuro do complexo no que tange a magnitude total, previsão de operações, a alocação de novas empresas, associadas à maneira com que estão sendo conduzidas as desapropriações e demais impactos, perpetua o cenário de especulação, violência,

conflitos territoriais e fomenta a emergência de novas territorialidades. Partindo dessa explanação, o próximo subitem dedica-se a apresentar quem são os atores sociais negligenciados no processo da instalação do empreendimento para que, a partir disso, possamos conhecer quem de fato sentirá os maiores reflexos negativos. Trata-se de agricultores familiares, pescadores artesanais, reassentados na chamada Vila da Terra (que estão inseridos nas duas categorias anteriores).

2.3. Os ‘atores sociais’ afetados diretamente pela instalação do Complexo do Superporto do Açú

Assim como em outras obras de engenharia modernas de grande porte, muitos conflitos tem se engendrado desde 2007, tendo como ápice o ano de 2010. MONIÉ & LEITE (2013:08) afirmam que “a análise das rivalidades provocadas pela instalação de um complexo industrial portuário deve também levar em consideração grupos de variáveis relacionadas à natureza do projeto, aos atores envolvidos e às formas de mobilização dos grupos em conflito”. Além disso, especificamente tratando da questão do Complexo do Superporto do Açú, apresentam em forma de quadro, que reproduzo abaixo, os principais conflitos e impactos relacionados às duas principais atividades.

Quadro 02: Conflitos e Impactos da Instalação do Complexo do Superporto do Açú

	Conflitos	Impactos
Atividade Portuária	<p>Conflitos de usos: Tráfego de navios X pesca</p> <p>Impactos ambientais: Efeitos da construção do porto</p> <p>Poluição atmosférica e do espelho d’água;</p>	<p>Crise na pesca artesanal (restrições da área de pesca; insegurança; perda do direito ao seguro-defeso);</p> <p>Erosão costeira, alteração da sedimentação da praia; perdas de vegetação de restinga e de biodiversidade;</p> <p>Perdas de biodiversidade; alteração da qualidade da água;</p>
Atividade Industrial	<p>Conflitos de uso: Indústria X agricultura</p> <p>Conflitos ambientais: Poluições</p> <p>Conflitos de proximidade: Indústria X espaços residenciais</p>	<p>Perdas de terras cultiváveis; desapropriação de lotes agrícolas;</p> <p>Salinização das terras = perda de produtividade da terra; perdas de biodiversidade;</p> <p>Remoções.</p>

Fonte: MONIÉ & LEITE (2013:08).

Evidentemente, o quadro exposto apresenta um conjunto de conflitos e impactos verdadeiramente notados, mas que carecem de maiores detalhamentos na presente análise. Os conflitos deflagrados no município e na região NF como um todo são imensuráveis, sendo assim, por questões também operacionais, será melhor explorada a situação de três grupos especialmente: agricultores familiares, reassentados oriundos já das áreas desapropriadas e pescadores artesanais.

2.3.1. Agricultores Familiares

Apresentamos, no primeiro capítulo, breves apontamentos a respeito da caracterização demográfica na região NF, no município de SJB e especificamente no quinto distrito (Pipeiras). Contudo, ainda é de suma importância apresentar elementos que caracterizem esse grupo que é, sem dúvidas, os que mais têm sentido reflexos negativos, desde o início das obras em 2007.

Inicialmente concorda-se com WARDERLEY (2009:41) quando descreve a noção de agricultor familiar. Parafraseando a autora, trata-se do indivíduo que tem na centralidade familiar sua forma de reprodução social e a construção de seu patrimônio. Obviamente a família, nesses casos, não está estanque aos fatores externos, mas torna-se centro de decisão e gestão da propriedade e do processo produtivo. Outra relevância no que diz respeito à categorização e nomenclatura de agricultor familiar é que se assemelha ao que preteritamente denominava-se como camponês²⁸. Segundo WARDERLEY (2009:40):

Em certa medida, pode-se dizer que estamos lidando com categorias equivalentes, facilmente intercambiáveis. Nesse sentido, o adjetivo familiar visa somente reforçar as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorrem da centralidade da família e da construção de seu patrimônio [...] a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido.

Ainda visando apresentar elementos que caracterizem a agricultura familiar, é importante que reconheçamos certa mudança paradigmática ao longo da história do

²⁸ Segundo WARDERLEY (2009:38) “O Estado faz uso de eufemismos para substituir a própria palavra camponês, associada ao banido movimento das Ligas Camponesas, tais como pequenos produtores e produtores de baixa renda, todos eles desprovidos de referências positivas a essa categoria de agricultores”. Dessa perspectiva é que se fortalece o acréscimo “familiar” ao agricultor.

Brasil, trata-se do reconhecimento da importância desse grupo na sociedade brasileira. MARAFON (2006:18) atesta que, desde a década de 1990, proliferaram-se os estudos sobre a produção familiar e, ainda citando WANDERLEY (2000), reconhece que desde essa década, pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi reconhecida como ator social.

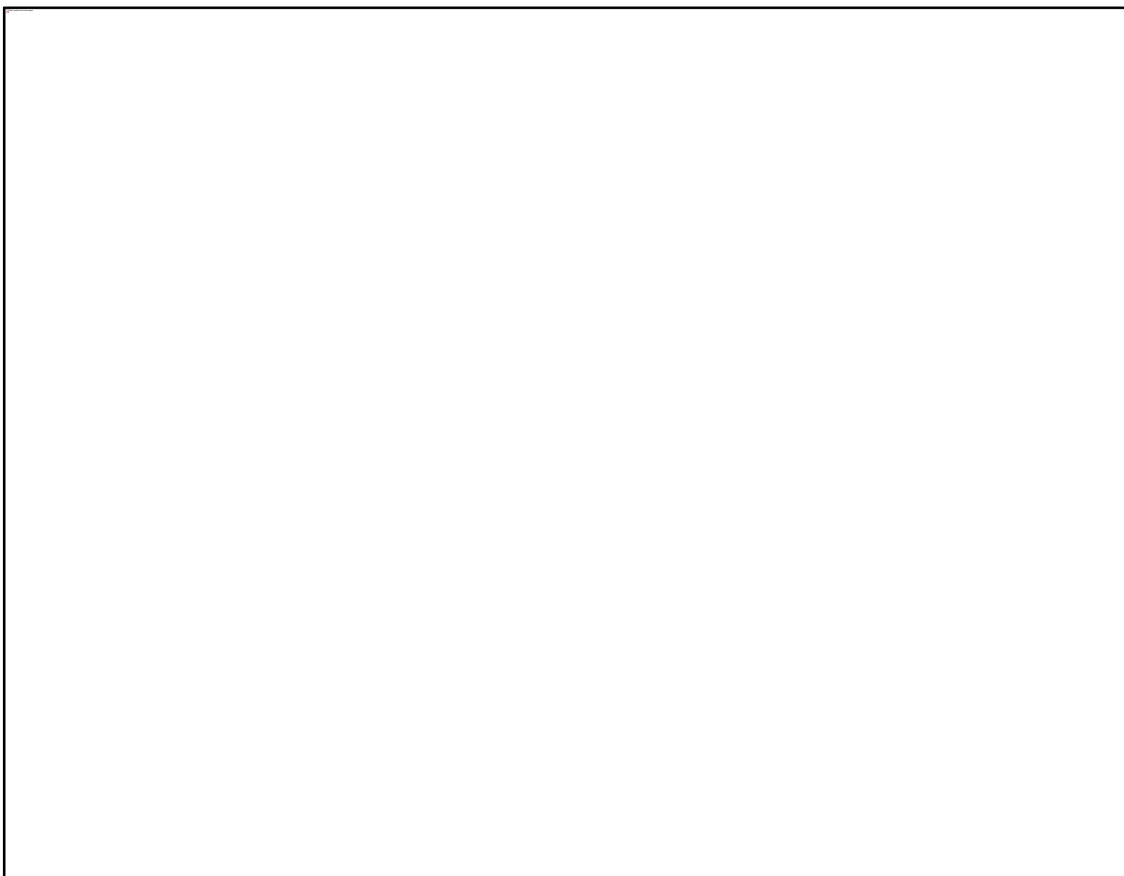
É, em tempo presente, ao menos em âmbito acadêmico, reconhecido o papel desses cidadãos como produtores de alimentos aos ditos urbanos, inclusive pauta que permeia discussões referentes à segurança alimentar. A agricultura familiar, também, já é reconhecida por sua capacidade/potencialidade de ocupar força de trabalho no campo, deixando para trás a falácia do rural enquanto atrasado, inerte, pouco desenvolvido. O reconhecimento da importância desses indivíduos reforça a noção de superação de “velhos mitos” referentes ao rural brasileiro, parafraseando sumariamente a expressão empregada por SILVA (2011).

O mesmo autor nos traz proposições a respeito da ocupação da força de trabalho, que reforça os argumentos anteriores. Segundo SILVA (1978:245):

O ponto fundamental no que diz respeito à mão-de-obra ocupada na agricultura brasileira é a presença marcante do trabalho familiar. A sua participação é inversamente proporcional ao tamanho dos imóveis; ou seja, quanto menor a propriedade em termos de área e/ou valor da produção, maior é a importância do trabalho familiar.

Com relação aos agricultores familiares de SJB (figura 09), mais precisamente, os atingidos com as remoções oriundas da implantação do empreendimento, trata-se de indivíduos que se enquadram em todas as acepções apresentadas anteriormente. Evidentemente, estamos cientes de que não se trata de um grupo homogêneo e, por isso, trabalhamos aqui com caracterizações e argumentos que unem a maior parte dos ouvidos em todo o processo de construção da pesquisa.

Figura 09: Localização das Principais Áreas voltadas a Agricultura Familiar em SJB/RJ



Fonte: elaboração própria do autor em 2013.

Primeiro devemos observar o histórico migratório desses indivíduos ocupados essencialmente na agricultura familiar de pequenos lotes. Grande parte dos ouvidos, desde o ano de 2010, fez referência à chegada de seus antepassados no município, oriundos essencialmente do nordeste brasileiro e do interior do estado do Espírito Santo. A atração de população era fomentada pela possibilidade de trabalho na pecuária inicialmente e, *a posteriori*, nos canaviais ou em pequenas propriedades de produção de alimentos. A fixação das famílias nas áreas rurais do município estudado se deu, pelo menos, a cerca de duzentos anos atrás, já que muitos relataram que seus bisavós já eram residentes nos lotes ou na região.

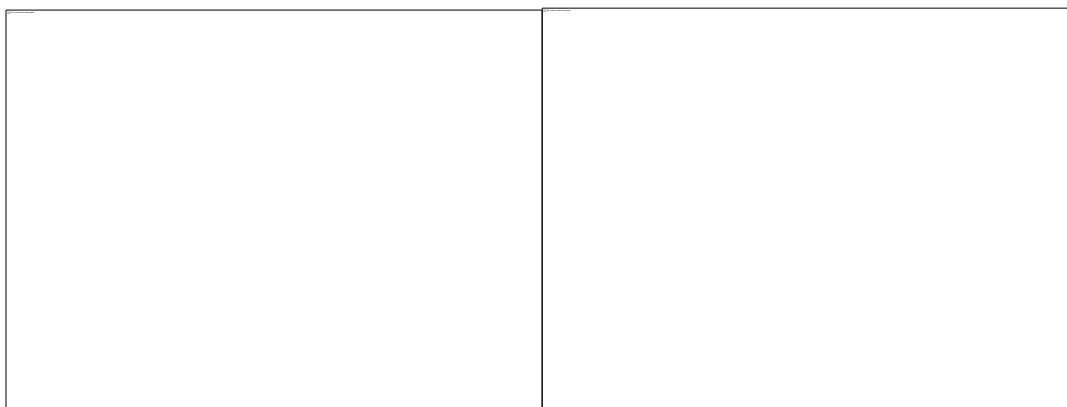
A produção de alimentos e a criação de animais são as principais atividades desenvolvidas por essas famílias, inclusive o processo de aprendizagem dos mais jovens começa ainda na infância, caracterizando uma continuidade do exercício da atividade ao longo dos anos. Em se tratando dos alimentos, a maior parte dos lotes possui plantações

diversificadas, principalmente: coco, abacaxi, maxixe, quiabo, batata doce, banana, laranja, tangerina, cana para alimentação do gado e para a produção de açúcar e álcool. Com relação aos animais, a maior parte são as aves, possuindo também suínos, bovinos (de leite e de corte). De acordo com o relatório da AGB/Agrária (2011:40):

As práticas agrícolas familiares no município se mostram de significativa importância para a reprodução social dos agricultores e pescadores artesanais. Em 2009, foram 4.600 mil frutos de abacaxi, 200 toneladas de batata doce, 179.200 toneladas de cana, 600 toneladas de mandioca, 100 toneladas de melão, 100 toneladas de tomate, 35 toneladas de banana, 1.600 mil frutos de coco da baía, 2.100 toneladas de goiaba, 54 toneladas de laranja, além de ser [o município] o maior produtor de maxixe e quiabo do estado do Rio de Janeiro.

Assim como em diversas partes do país, os agricultores familiares em SJB apresentam-se pluriativos²⁹, ou seja, exercem diferentes atividades dentro ou fora dos lotes (figura 10). Contudo, muitos relatavam que apesar das dificuldades com escoamento da produção, conseguiam sobreviver financeiramente com o exercício da agricultura e, em muitas famílias, a maior parte dos integrantes estava ocupada na produção e no lote da família.

Figura 10: Produção de Quiabos e Abacaxis em Pipeiras-SJB



Fonte: ambas do acervo pessoal do autor, captadas em 2010.

²⁹ De acordo com MARAFON (2006:24): A pluriatividade remete a um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem se desenvolver no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração – industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva – que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ ou em seu entorno (ANJOS, 2003). A pluriatividade, portanto, não se trata de um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista (ANJOS, 2003).

A partir do que foi exposto, podemos sumariamente perceber que a alegação dos gestores da EBX, no EIA-RIMA de algumas empresas³⁰ que ali serão ou seriam alocadas, é leviana. Em EIAs e RIMAs produzidos pelo Estado (em se tratando do Distrito Industrial de SJB) e pelas empresas do Grupo X, implicitamente apresentam a área em que está sendo construída o complexo como um grande vazio populacional, já destinado as atividades industriais pelo PDM³¹ de SJB. Por isso, ainda segundo o RIMA do DISJB não necessitariam de grandes remoções de pessoas.

A falácia de que o PDM/SJB já previa a mudança de uso nos espaços de agricultura familiar sanjoanenses, foi apontada por diversos pesquisadores. Não obstante, desde o ano de 2010, todas as cópias oficiais do PDM/SJB (que devem estar disponíveis pelo menos na Prefeitura Municipal, na Câmara dos Vereadores, e nas Secretarias Municipais) “sumiram”, além disso, a versão digital que era disponibilizada no site oficial da prefeitura também desapareceu. Tal ocorrência fere o direito urbanístico, já que o mesmo aponta o “princípio da divulgabilidade” como prerrogativa legal do cidadão.

Na busca por averiguar tal situação, percorremos, em diversas oportunidades, a Secretaria Municipal de Planejamento e Informação, a própria Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores. Apenas, mais recentemente, em julho de 2013 tivemos uma resposta com a promessa do então Secretário Municipal de Planejamento e Informação, Sr. Luciano Pinheiro Machado Aguiar, que nos enviaria um arquivo digital por web mensagem contendo o PDM/SJB em vigor nos anexos, fato, aliás, que nunca ocorreu. Contudo, o novo PDM/SJB foi divulgado ao término de 2013 na página oficial da prefeitura, transformado boa parte do 5º distrito em área de uso industrial ou uso misto.

Muitos outros equívocos foram cometidos durante a confecção do RIMA do DISJB, que é apenas um dos muitos RIMAs produzidos para o complexo. O principal equívoco/negligência no documento trata-se da caracterização da população na Área de

³⁰ Nesse fragmento falou-se em EIA de algumas empresas no sentido de esclarecer que todo o processo de licenciamento ambiental do Complexo do Superporto do Açú foi e ainda vem sendo feito de maneira fracionada. Em outras palavras, cada empresa ou o próprio Estado licenciam obra por obra, mesmo estando alocadas continuamente e estando inseridas num grande projeto contínuo. Alguns movimentos sociais, incluindo também pesquisadores, alegam que tal comportamento se trata de uma estratégia da corporação associada ao Estado visando mascarar os impactos que um empreendimento desse porte potencialmente deflagra.

³¹ Instrumento básico do planejamento municipal, o plano diretor ganha *importância* nas discussões do direito urbanístico, quando da sua previsão na Constituição Federal de 1989 (C.F., art. 182 e 183) e, sobretudo, no Estatuto da Cidade (Lei 10257/01, art. 4º e 39 a 42). Nesta última lei, é concebido fundamentalmente como um plano físico, destinado basicamente a disciplinar os espaços urbanos, CARVALHO FILHO (2006).

Influência Direta – AID (2011:52). Alegam, implicitamente, que se tratava de agricultores que viviam precariamente da agricultura, já que produziam poucos produtos, que a qualidade da água não era boa, que existia distância de centros de serviços e consumo, e que não existia facilidade de mobilidade. Tais argumentos expressam justamente o oposto visualizado em visitas de campo. A maior parte dos agricultores ouvidos alegava plena satisfação com todos os aspectos da vida material e imaterial antes da chegada do porto e que seus maiores problemas foram desdobrados desde o ano de 2007.

De certo, estamos diante de visões antagônicas do processo entre os agricultores familiares residentes, a corporação e o próprio Estado. Evidentemente, não se trata de polarizar a disputa em dois lados visando vitimar ou ‘demonizar’ um dos lados, como comumente observa-se em trabalhos acadêmicos pouco criteriosos. De modo que descrevo fielmente a fala de alguns agricultores fortalecendo a argumentação aqui exposta. No dia 02/01/13 em reunião da ASPRIM³² muitos agricultores, antes mesmo da reunião começar de fato, espontaneamente expuseram suas percepções a respeito dos acontecimentos. A contribuição dessas falas, mesmo que deveras despreziosas, expressam o conflito na ótica dos ‘ignorados’.

Essa empresa, meu rapaz, é maldosa! Tenho mata com duzentos anos, não quero vender, meus avós eram índios e dinheiro nenhum pagará minha terra. Quero preservar pro meus netos e tô dizendo: farei o possível pra eles não arrancarem a história da minha vida! Agricultor ‘X’ residente no Distrito de Pipeiras.

A expulsão é muito triste, não é ruim o desenvolvimento, mas cadê o social, o sustentável? Onde está o respeito ao agricultor de São João da Barra? Estávamos bem, e agora o que eu vou fazer da minha vida? Só sei plantar, colher, comer e vender meus ovos, minhas frutas. O governo tá só criando apoio a eles, pouco se importa com nosso povo! Agricultora ‘Y’ residente do Distrito de Pipeiras, na ocasião já tinha sido notificada sua desapropriação juntamente com seu marido e filho.

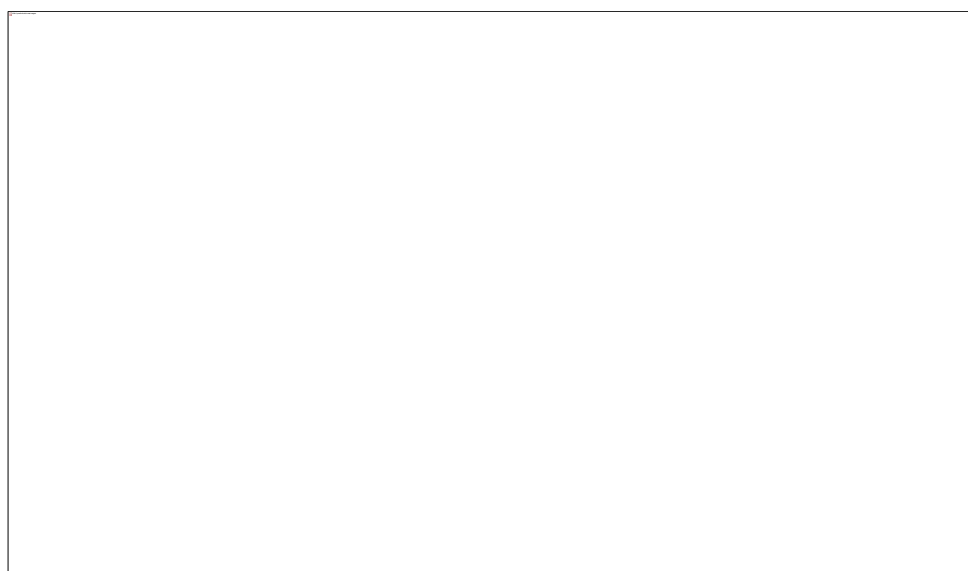
³² ASPRIM: Associação dos Agricultores do 5º Distrito de São João da Barra. Anteriormente, denominavam-se: Associação de Proprietários de Imóveis Rurais do 5º Distrito de São João da Barra.

Ainda no ano de 2011, antes mesmo da captação dessas falas, pudemos ouvir o Senhor Antonio Toledo³³, na ocasião, esse agricultor, chefe de família, dono de um pequeno lote, já tinha sido desapropriado. A notoriedade dessa figura emblemática na luta dos agricultores em SJB se deu mediante a gravação e difusão de um documentário produzido por pesquisadores da UFF - Campos dos Goytacazes e movimentos sociais, intitulado: “Narradores do Açú”.

Na ocasião, imagens captadas logo após a desapropriação, o Sr. Antonio narrava sua experiência de expulsão truculenta por parte da polícia militar. Segundo nos contou pessoalmente em abril de 2011, ele acordou como de costume antes das seis horas da manhã e deslocou-se para seu lote, no caminho foi violentamente abordado por PMRJs armados que o impediram de entrar. Já tinham soltado o gado, destruído parte das plantações e colocavam no ato de sua chegada placas informando o “novo dono da terra” (Figura 11).

De acordo com o que nos contou ele era conhecido por “sua boa mão na roça sem uso de nenhum veneno”, disse que vendia a produção, mandava para a cidade do Rio de Janeiro, mas principalmente era de consumo da família e doava como ele mesmo narra “a qualquer pessoa que pedisse”.

Figura 11: Destruição das Materialidades no Lote Desapropriado e Instalação de Placas



Fonte: acervo pessoal do autor, captada em julho de 2013.

³³ Especificamente nesse caso, o nome do agricultor consta no corpo do texto a pedido do próprio Senhor Antonio Toledo, alegando que não poderia perder mais nada em sua vida e por isso fazia questão de ser mencionado.

A propriedade era na localidade chamada de Areia Branca e por mais de sessenta anos produziu quiabos, mandioca, muitas frutas. Continha bovinos, suínos (vinte cabeças), muitas galinhas e peixes. Fez questão de enfatizar que tirava o alimento de sua família todos os dias da terra e que nunca solicitou ajuda de “prefeitura e de governo”. Emocionalmente abalado, alternando momentos de indignação e pranto trouxe um dos mais importantes discursos a respeito do ocorrido com essas pessoas.

Tô esperando essa justiça nossa, como ela vai ser comigo de agora para frente, eu hoje, tudo o que eu fiz no final foi tudo destruído enterrado na terra, como enterrou minhas coisas, enterrou eu. Eu queria ser enterrado junto, porque eu perdi mamãe esse dias, por causa disso também, eles estão matando nós aos poucos, matando sem jeito! [...] tudo o que eu comprei, minhas coisas, foram enterrados no chão, fora o meu peixe que eu tirava pra comer. Eu perdi tudo o que eu tinha, perdi a vida completa, porque tudo o que eu tinha tava lá naquela terra, invadiram minha terra com muita polícia, e foi o que o menino disse, desse jeito que tá sendo vai ter confronto, porque aqui não tem marginal não [...] O pior é que eles apanharam pra não usar, tá lá na Areia Branca tudo destruído, pegaram meu serviço todo e largaram lá parado! Tem mais de um mês que ninguém me procurou pra falar nada, não me procuraram antes de me tirar e nem muito menos agora. Nada me paga a minha vida que tava lá [choro], o que eu plantei era o que eu queria, não é dinheiro não, porque eu nunca trabalhei por dinheiro, toda vida eu fui pobre eu nunca quero ser rico, eu queria ter a minha vida que eu tinha. Eu faço o dinheiro não é dinheiro que me faz não, desde aquele dia, eu não sei mais o que vai ser da minha vida!

Ao analisarmos as inúmeras falas, a dor da perda material e imaterial, principalmente, é aparente, muitos outros agricultores familiares, apresentavam sinais fortes de depressão, duas pessoas relataram que tentaram suicídio, pode-se afirmar que o cenário por parte dos agricultores familiares reflete uma espécie de luto generalizado. E

como descrito em frações anteriores no primeiro capítulo, o que mais dói a essas pessoas é a incerteza das ações, se perderão suas terras, ou se os desapropriados poderão retornar associadas à falta de perspectiva de futuro. Alguns jovens que desde seu nascimento se viam nesse contexto sócio espacial não sabem da possibilidade de, no futuro, poderem exercer a mesma atividade ensinada por seus pais, nem muito menos se terão suas terras.

Ainda pensando nos efeitos da alocação desse investimento nessa fração do território fluminense na ótica dos agricultores familiares, destaco a narrativa de um agricultor, que nos estimula ainda mais compreender a geografia do presente no contexto espacial estudado. As terras desse agricultor são bem maiores que as demais, já que, por uma decisão familiar, os patriarcas e seus filhos compraram terras contíguas e gestionam coletivamente a propriedade. De acordo com o que descreveu essa forma de organização facilita o uso de pequenas máquinas, aumentado a produtividade, já que também podem realizar o pousio.

Infelizmente, as terras em questão estão em uma área de interesse do Grupo EBX visando instalar redes de transmissão de energia elétrica, dutos e o mineroduto do Sistema Minas-Rio. Especificamente nesse caso, se realmente vierem ainda a perder sua propriedade, cerca de quarenta e cinco indivíduos perderão, no mesmo momento, todo seu passado (i)material. As terras são legalizadas, inclusive com escritura, o que dificultou as ações de desapropriação num primeiro momento, contudo, se as obras forem conclusas possivelmente terão de sair.

O patriarca, já falecido, deixou ao filho mais velho o papel de gerenciar e responder por todos os irmãos. De acordo com ele, a matriarca, por conta do falecimento do marido e logo com o contato da CODIN e depois, da própria EBX, informando da desapropriação, desenvolveu uma crise de cunho mental. Exigindo cuidados de parentes a todo o momento, sempre sedada. O grande pomar, bem diversificado em frutas, garante o sustento de toda família, e a grande incerteza trouxe nesse senhor um desabafo que merece também transcrição fiel.

Nenhum ser humano quer passar pelo que estamos passando, tá faltando muito autoridade no Brasil, antes de qualquer porto queremos respeito, minha mãe teve doze filhos e durante dez anos passamos muita fome, até que encontramos o caminho: plantar, colher, e sair da fome, nós produzimos pra comer!

Dizem que hoje está vindo riqueza eu vejo é destruição, como um porto pode trazer emprego se ele tá desempregando? Clamamos por respeito ao homem do campo, ser humano não come cimento, petróleo, ele come alimentação e da onde vai vir alimento se tão nos tirando da roça? Agricultor ‘Z’ residente no Distrito de Pipeiras- SJB.

Acirrando ainda mais essa disputa por territórios em múltiplas escalas, outro grande problema se instaura: como o licenciamento ambiental é feito de maneira fracionada não se pode, com certeza, definir a extensão total do complexo, sendo assim mais questionamentos se apresentam e a incerteza perpetua-se. Quantos agricultores familiares ainda serão removidos? Quantos mais serão atingidos negativamente pelas obras e atividades portuárias? Diante de nós então, se encontra o problema também das estatísticas, o vice-presidente da ASPRIM, Sr. Rodrigo Silva, em todas as entrevistas afirmou que cerca de mil e quinhentas famílias de agricultores familiares serão atingidas pelas as atividades do complexo, ou seja, passíveis de remoções.

Já os representantes do Grupo EBX, em visita oficial às obras do empreendimento em 2010, alegaram que haveria a necessidade da remoção de aproximadamente cem famílias. Para esses, ainda segundo eles, estava sendo preparado um loteamento no modelo de agrovila, contando com posto de saúde, escola e creche, todas as obras de infraestruturas (vias de acesso, iluminação, esgotamento, rede de abastecimento de água). Além disso, seriam contemplados com apoio financeiro (inicialmente de dois anos) e com apoio técnico proveniente da própria empresa e de convênios com entes públicos. Essa localidade acabou realmente existindo, não com o que foi prometido evidentemente, e foi denominada Vila da Terra, que será mais bem trabalhada na próxima fração desse capítulo.

2.3.2. Reassentados em Vila da Terra

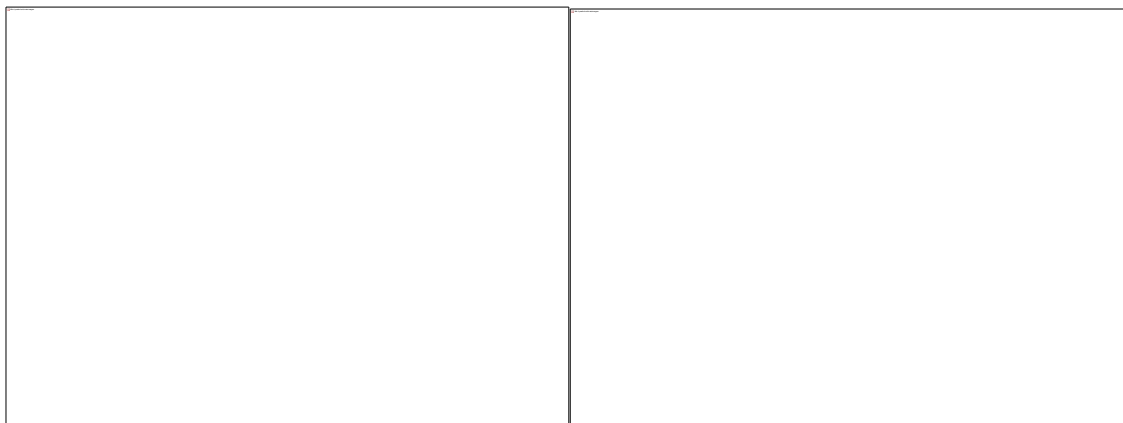
A denominada Vila da Terra consiste num conjunto de 33 casas construídas até o presente (figura 12), em vias de ampliação do assentamento. Padronizadas em lotes de dois hectares de comprimento por dois hectares de largura estão dispostas em duas ruas asfaltadas principais. As casas foram construídas para alocar uma parcela dos

agricultores e/ou pescadores desapropriados que aceitaram negociar com a CODIN ou diretamente com o Grupo EBX.

Provenientes de diferentes localidades do 5º distrito: Campo da Praia, Areia Branca, Água Preta e Praia do Açú, os ali residentes puderam ser ouvidos em quatro oportunidades. Além das casas construídas destinadas à moradia dos reassentados, existem ainda três outras construções semelhantes, não destinadas à moradia, mas com funções administrativas: um centro de atendimento local da CODIN, uma base de segurança privada e da Polícia Militar - PMERJ e uma casa destinada ao auxílio técnico agrícola para os atuais residentes³⁴.

Nas visitas feitas ao local, em quatro oportunidades, nos anos de 2011, 2012 e 2013, foram realizadas entrevistas com dezesseis famílias que vivenciaram o processo de desapropriação e reassentamento em Vila da Terra. As demais dezessete unidades foram encontradas fechadas, e, segundo relatos dos demais residentes, em muitos desses lotes, os reassentados tomaram posse, mas efetivamente não residem no local. A partir dessas entrevistas, portanto, foram aferidas impressões dessa realidade de realocação involuntária.

Figura 12: Perspectivas em Vila da Terra: principal rua e Habitação dos Reassentados



Fonte: ambas do acervo do autor, captadas em janeiro de 2012.

Com relação à infraestrutura, é notável que essas casas apesar de recém-construídas, já apresentam problemas estruturais como rachaduras nas paredes. Os

³⁴Durante todas as visitas realizadas esta unidade não estava em funcionamento, e relatos dos moradores em 2012 apontavam que em nenhum momento receberam apoio técnico agrícola prometido pelo Grupo EBX. Em 2013 o apoio técnico já foi mencionado por alguns dos entrevistados, inclusive, parte alegou que estava descontente com as ações desse departamento.

terrenos são caracterizados por precária infraestrutura básica, de modo que os residentes não possuem água encanada, sendo esta proveniente de caminhões pipa, e não há tratamento sanitário de esgoto. Além disso, os moradores possuem acesso limitado a serviços públicos fundamentais (escolas, hospitais e comércio), o que é agravado pela precária oferta de transporte público.

As casas são construções que remetem a espaços urbanos, o que se contrapõe, em parte, ao modo de vida da população realocada, formada predominantemente por agricultores. Da mesma forma, os móveis fornecidos não correspondem às características encontradas nos espaços de origem e, por isso, alguns são subaproveitados pelos moradores devido à falta de instrução e/ou contato anterior com alguns tipos de eletrodomésticos (microcomputadores, aparelhos de DVD e máquinas de lavar). Além disso, alguns desses móveis, em menos de um ano de uso, estavam apresentando sinais de baixa qualidade e, pela fraqueza do material, possivelmente já estão em desuso/descarte.

Ao analisar o perfil da população reassentada em Vila da Terra, percebeu-se que nove dos dezesseis entrevistados pertencem a grupos etários mais envelhecidos, ou seja, com mais de 50 anos de idade ou idosos (65 anos ou mais) e, em geral, a composição familiar desses entrevistados era formada por um casal. Esse grupo apresentou-se, em sua totalidade, com baixo ou nenhum nível de escolaridade, vivendo com o rendimento de aposentadorias referentes, em média, a um salário mínimo e, em alguns casos, recebendo um auxílio temporário, fornecido pela corporação, em função do processo de desapropriação. Em relação à ocupação, antes da realocação, desenvolviam atividades relacionadas à pesca, à agricultura de pequena escala, à criação de animais e à administração de pequenos estabelecimentos comerciais.

Outro grupo populacional encontrado foi de jovens e adultos, entre 20 e 49 anos de idade (sete entrevistados), escolarizados no máximo até o nível fundamental I, em geral filhos de agricultores, que exerciam atividades similares e residiam na mesma propriedade de residência anterior dos pais. Nesse caso, trata-se de famílias conviventes, ou seja, quem já tinha constituído família, mas ainda residia com a família dos pais e que, no processo de desapropriação, receberam mais de um lote em Vila da Terra. Para esse grupo a desapropriação foi relativamente mais positiva, na medida em que os benefícios conquistados compensaram, um pouco, as perdas materiais e imateriais.

A partir da caracterização apresentada, torna-se pertinente discorrer, mesmo que sem comprometimento histórico detalhado, sobre os últimos acontecimentos na vida dos

atuais residentes de Vila da Terra. Foi possível detectar na fala da maioria dos entrevistados, onze dos dezesseis, significativa insatisfação com o processo de desapropriação conduzido pela CODIN e pelo Grupo EBX. Essas pessoas relataram que preferiam viver nos locais em que residiam anteriormente, pois tinham suas ocupações e rendimentos já estabelecidos, acesso fácil a serviços, relações sociais construídas com a vizinhança, e relações de proximidade e afinidade pautadas na distribuição espacial/territorial.

Somada à dificuldade em lidar com a mudança, treze dos dezesseis entrevistados relataram que durante a abordagem para a desapropriação, houve pouca capacidade de negociação e muita pressão por parte dos responsáveis. Sendo assim, indiretamente o potencial de articulação e resistência da população envolvida foi consideravelmente reduzido, não restando opções de recusa principalmente aos mais idosos.

De acordo com o relato de quatro moradores, essa abordagem contou com a visita de representantes fazendo medições nas propriedades, recenseando as famílias, inventariando as produções e conversando sobre a necessidade de desapropriação, sem, contudo, apresentar as reais intencionalidades. No âmbito do discurso, alegavam que haveria melhoria na qualidade de vida dos moradores, ganhariam um imóvel mais confortável e mobiliado, seriam indenizados e contariam com outros benefícios.

No entanto, a partir dos sinais de insatisfação, antes mesmo da desapropriação dos moradores, a negociação ganha novos contornos e passa a ser baseada em ameaças, com a possibilidade real de uso policial para esvaziar os imóveis e derrubar as plantações. Assim, quatro entrevistados relataram o uso de violência e outros quatro, que não vivenciaram isso, alegaram que foram pressionados pela experiência dos vizinhos. O resultado de tais ações foi a instauração do medo coletivo, em virtude não só da violência, como da possibilidade de, ao resistir, permanecer isolado e não receber as possíveis indenizações. Na fala do agricultor 'A' no ano de 2012 podemos observar o potencial da coação policial no processo:

Tava lá em casa, chegaram e mediram tudo dizendo que era da prefeitura, depois me avisaram que a terra foi desapropriada e que nós iria ter que sair. Eu na hora disse não, que era minhas terras e ponto. Na outra semana, meu vizinho foi tirado de dentro de casa com mais de cem polícia, o cara acho que até já morreu, pelo que falaram foi de desgosto. Teve briga,

*arrastaram ele, e ainda por cima ele saiu sem direito a nada!
Logo depois a moça da CODIN veio e falou que se nós aceitasse
negociar ia ser melhor, e como num sou bandido não queria me
meter com polícia, acabei conversando com a mulher e viemos.*

Apenas como apontamento, em horas de conversas com esse casal de residentes, um dos primeiros a serem levados para lá, a dimensão real de um processo de reassentamento mostrou sua verdadeira face. A senhora, com quase sessenta anos, relatou que o sofrimento é tanto que só pensa em se suicidar, disse que passa muito mal com variações de pressão e em duas oportunidades quase morreu pela distância do hospital. Uma fala dela merece nossa atenção, em todas as visitas durante a construção desse trabalho ela denomina a Vila da Terra como “inferno”. Já o senhor, muito indignado, diz que vai ter um dia que ele enfrentará a PMERJ e resolverá a situação deles.

Realizada a mudança para a Vila da Terra, a insatisfação dos demais moradores aumentou em função da descoberta de informações não passadas anteriormente e do não cumprimento das promessas realizadas pelos responsáveis: a construção de um poço artesiano em cada propriedade para consumo e futura irrigação dos cultivos; o recebimento da indenização pela antiga propriedade; o benefício mensal de um salário mínimo prometido aos reassentados por dois anos; mudas, adubos e orientação técnica para o exercício da agricultura em alguns casos não ocorreu.

Em concordância com o cenário de insatisfação dos atuais residentes de Vila da Terra, existe a impossibilidade de construção de benfeitorias na propriedade cedida, ou seja, não podem erguer nenhum cômodo de alvenaria, garagem ou plantações arbóreas. Essa impossibilidade está intimamente ligada ao fato de nenhum morador ter recebido ainda o título permanente de propriedade da terra, prometido em até seis meses após o reassentamento.

Para agravar a situação, a localidade em que está situada a vila, eram da antiga Fazenda Palacete, voltada, no passado, à produção de cana de açúcar e tomada pelo poder público por dívidas da dona. Atualmente a Fazenda se encontra em processo de litígio judicial, ou seja, está sendo contestada pelos antigos donos e, se esses ganharem a causa, os moradores podem ser novamente reassentados, o que certamente gerará maior insatisfação e a emergência de novos conflitos.

Durante a última visita em julho de 2013, o cenário até aqui exposto sofreu acanhadas transformações. Por resistência dos reassentados e indignação, muitos, mesmo ainda proibidos, iniciaram o plantio de cultivos que realizavam anteriormente nos lotes de origem: quiabos, melancia, melão, coco anão, cana. Os cultivos arbóreos ainda estão suspensos, mas para três ouvidos, só a possibilidade de plantar já é uma ganho considerável. Outra positividade do presente é o fornecimento de caminhões de adubo por lote, isso se deu também mediante a pressão dos reassentados sobre a corporação. Muitos agricultores dizem que o solo é muito ruim, já que eram antigos canaviais e nisso nada que era plantado chegava à fase de maturação e colheita.

Outros aspectos ainda são causa de insatisfação, os reassentados continuam sem o título de propriedade da terra, algumas famílias já estão a três anos reassentadas e ainda não receberam nem a escritura e nem parte em dinheiro negociada antes do reassentamento. A qualidade da água foi outro ponto de insatisfação apontado por muitos, a distância de parentes e dos centros de serviço e consumo também permaneceu nas falas. Assim sendo, o reassentamento das famílias ainda é um processo que pode desencadear diferentes conflitos, pode também, configurar-se em um fracasso total, já que outras famílias enfrentaram processos semelhantes de reassentamento e nunca estiveram satisfeitas com a mudança.

Mesmo diante da possibilidade de crise financeira do principal grupo gestor, novas casas estão sendo construídas na vila. Os reassentados disseram que mais trinta casas estão sendo construídas e que as desapropriações ainda continuavam. A próxima fração textual apresenta a situação de outro grupo que tem sido negligenciado pela corporação em suas ações, trata-se dos pescadores artesanais do município.

2.3.3. Pescadores Artesanais

O grupo dos pescadores artesanais de SJB, durante todo o processo de levantamento de dados, esteve no centro de disputas por espaço, direitos e legitimidade com a corporação e o Estado. Esses atores sociais estão historicamente fixados no município, sendo a pesca de rio no Paraíba do Sul e nos complexos lagunares (CLGI), associada à pesca em mar aberto. De acordo com LITTLE (2002:09) os pescadores se enquadram na categoria de tradicionais, se “tendem a ser reconhecidos pelos produtos que extraem e vendem no mercado”. Especificamente, no recorte espacial de análise, a

maior parte dos pescadores se enquadra na proposição anterior. Enriquecendo essa discussão trazemos as observações de SILVA (2011:02), para a autora:

Na pesca artesanal, na maioria das vezes, o trabalhador é dono dos meios de produção: o barco, a rede, os apetrechos e a técnica de pescar. Faz parte dos circuitos produtivos a coleta de pescado e maricultura, o beneficiamento, a venda em atacado e a varejo, a produção de redes, de embarcações, conserto de redes e embarcações.

Notam-se no município diversas áreas de adensamentos desse grupo (figura 13), tendo como as principais: Atafona (que é a localidade da sede da Colônia de Pescadores Z2), Barra do Açu (localidade mais próxima do empreendimento) e Grussaí. Contudo, foram também observados diversos casos de pessoas que não se apresentavam como pescadores artesanais, dispersos no município de SJB, que se descreviam como agricultores, mas que acessavam a pesca em algumas oportunidades, semanalmente, para alimentação da família ou para a venda informal esporádica.

Figura 13: Localização das Principais Áreas de Pesca no Município de SJB/RJ



Fonte: elaboração própria do autor, 2013.

Na maior parte dos casos, os adensamentos de pescadores artesanais, são de pequeno porte, denotando também relações de parentesco e vizinhança historicamente construída, que perpassa ao exercício da atividade e de todo o processo produtivo. Ainda SILVA (2011:04 e 05), nos aponta um conjunto de características:

No que se refere à estrutura da atividade, esta, de caráter familiar e/ou comunitário, ocorre por meio de parceria entre os trabalhadores do barco, ou seja, os parceiros são, em geral, familiares ou com algum grau de parentesco/amizade nos elos da comunidade-vizinhança; não se tem carteira assinada e as relações de trabalho são de parceria e meeiro. Apesar da pesca artesanal ser responsável pela grande maioria da produção no mercado fluminense, em particular, atinge mais de 50% da produção, a atividade vêm passando por forte processo de crise que tem acelerado sua precarização, apesar do quadro de lutas de seus trabalhadores e de reivindicação junto ao Estado por políticas públicas de trabalho e de estímulo ao desenvolvimento do setor.

Apenas considerando os postos de trabalho, a pesca em SJB é reconhecidamente uma atividade de relevância até em escala estadual. Tal relevância pode ser observada pela concentração de pequenas e médias empresas de pesca nas localidades pesqueiras do município. Notadamente, existem grandes diferenças entre os empresários do ramo da pesca, ou denominados também como pescadores industriais, e os pescadores artesanais, os primeiros possuem melhores meios de articulação com o mercado consumidor, como possibilidades nas negociações de preços.

No contexto da empresa de pesca notam-se barcos maiores, com maiores capacidades de carga, câmaras frias ampliadas e motores mais potentes, possibilitando o exercício da pesca em mar aberto com maior segurança e capacidade de carga. Outro aspecto diz respeito ao maior alcance espacial no escoamento dos produtos dos empresários do ramo pesqueiro sanjoanense. A possibilidade de aquisição de meios de transporte, como caminhões frigoríficos, permitem uma ampliação considerável de mobilidade até os maiores centros de consumo relevantes, como a própria metrópole fluminense.

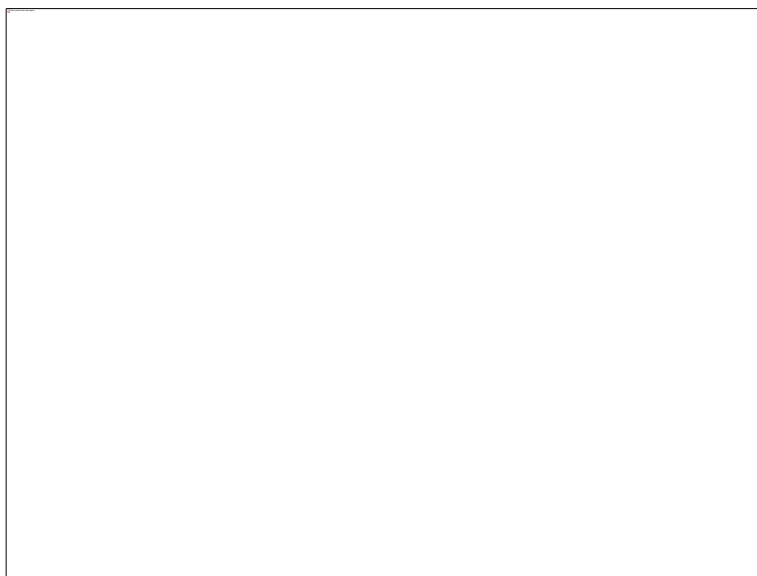
Segundo AGB/Agrária (2006:40) o município de SJB é o terceiro maior produtor de pescado do estado do Rio de Janeiro, abastecendo os maiores mercados de pescado da metrópole. De acordo com o que foi levantando em campo, os principais pescados comercializados são: pescadinha, peroá, dourado e cações na categoria dos peixes. Outro importante produto extraído na pesca de mar aberto é o camarão, a relevância se dá mediante a informação apresentada pela colônia de pescadores de que

grande parte do camarão do tipo rosa e do camarão do tipo sete-barbas consumido no Rio de Janeiro é proveniente de SJB.

No RIMA do DISJB (2011:53) a pesca é considerada como atividade relevante no município “ainda hoje, a pesca ocupa posição importante na base econômica e social desta região, gerando numerosos empregos e uma atividade comercial [...] além de atividades de subsistência relevantes em corpos hídricos interiores que compõem o ecossistema costeiro”. Além disso, o RIMA apresenta tipologias de pescadores referentes estritamente a sua localização geográfica: pesca marítima e pesca continental, para os responsáveis pela confecção do RIMA, a pesca de mar é caracterizada pela presença de pescadores industriais e artesanais, já na fração continental a pesca é caracterizada pela presença de pescadores artesanais e de subsistência.

Percorrendo os três principais adensamentos de pescadores artesanais: Atafona, Barra do Açu e Grussaí, observa-se um conjunto de apontamentos que nos levam a conhecer um pouco mais a figura do pescador artesanal do contexto estudado e quais são seus novos dilemas e desafios mediante a construção do Superporto do Açu. A primeira afirmação é a ignorância, em estatísticas oficiais, desse grupo. Segundo dados obtidos junto ao BME/IBGE (2010) o município conta com apenas com 642 pessoas ocupados na pesca, seja artesanal ou industrial. A partir do que foi coletado na Colônia de Pescadores Z2 em Atafona (figura 14), cerca de 1.400 pescadores estão cadastrados, o próprio presidente da colônia, Sr. Willian Pereira, ouvido em julho 2013 e hoje já falecido, afirmava na ocasião que acreditava na existência pelo menos duas mil pessoas que acessam a pesca (artesanal) sem estarem vinculados à colônia e sem terem a documentação necessária.

Figura 14: Sede da Colônia de Pescadores Z2 em Atafona, São João da Barra/RJ



Fonte: acervo pessoal do autor, captada em julho de 2013.

Ainda sobre o contingente, em valores absolutos, de indivíduos que se enquadram na categoria de pescadores artesanais, durante as entrevistas cinco pescadores ouvidos relataram que não foram visitados pelos recenseadores do IBGE e nem nunca fizeram parte da Colônia Z2. De modo que, estamos diante de uma considerável defasagem estatística desse contingente populacional, transformando-os em verdadeiros “invisíveis” e fortalecendo os argumentos apresentados pelo ex-presidente.

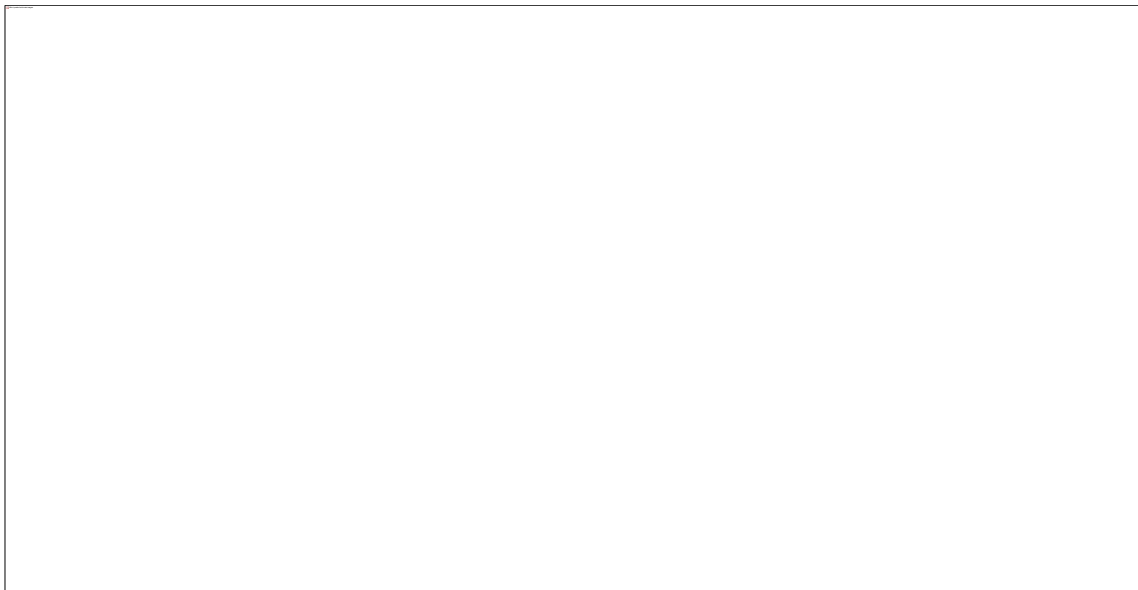
Um segundo ponto de relevância, ainda referente à pesca artesanal no município, é a relação que os indivíduos têm com as zonas pesqueiras. Para SACK (1986) essa relação é oriunda de um esforço humano de converter o ambiente físico disponível em seu território. De modo que, nas falas de todos os pescadores ouvidos, vinte e duas pessoas, fora os dirigentes da colônia, foram perceptíveis a insatisfação às mudanças ambientais observadas desde 2007, que serão mais bem detalhadas no próximo capítulo. E também no que denominou um pescador artesanal como “invasão do que é nosso”, referindo-se a chegada de novos barcos e transeuntes no Rio Paraíba do Sul e na costa litorânea.

Ainda no intuito de apresentá-los, um assunto merece ser destacado, que é o sentimento de coletividade do grupo. Muitos ouvidos, espontaneamente, narravam uma preocupação com os pescadores artesanais, não legalizados, principalmente os que

pescavam nas lagoas de Iquipari e Grussaí. Segundo os relatos, desde 2010, nessas lagoas, o pescado reduziu drasticamente e, a partir da instalação do empreendimento, diversas restrições foram impostas aos pescadores sob a alegação de segurança. Assim sendo, muitos indivíduos, principalmente dos barcos a remo, não podem mais extrair os peixes nessas áreas e nem podem acessar o mar sem motores.

Diferentemente de outras áreas de adensamento de pescadores artesanais e de subsistência, Atafona - SJB concentra muitas pessoas ocupadas nessa atividade (figura 15), um número considerável de famílias depende essencialmente da pesca. A partir da extração do produto, ou negociam com meeiros locais, ou vendem diretamente o pescado. Sendo assim, a instalação de um porto com todos os desdobramentos, como: poluição sonora, residual, por tráfego de grandes embarcações, pode desarticular todo esse contingente populacional, obrigando-os a migrarem de atividade e possivelmente deslocarem-se no espaço.

Figura 15: Concentração de Embarcações em Atafona/SJB



Fonte: acervo pessoal do autor, captada em julho de 2013.

Um dos objetivos principais do capítulo que se finda foi o de estabelecer um paralelo entre a elevação de categoria no projeto (ampliando a magnitude e o alcance dos impactos) sob a égide da superação de uma “estagnação econômica”, e o aumento considerável de pessoas na iminência de serem afetadas negativamente. Os indivíduos descritos fazem parte dos grupos populacionais que mais tem a perder com a instalação

do complexo e, paradoxalmente, os que menos têm capacidade de enfrentamento e reconhecimento de suas atividades frente ao Estado e as corporações.

Buscou-se apresentar a importância das atividades exercidas localmente por essas pessoas e, implicitamente, apresentar as territorialidades das mesmas, seja através das relações homem-meio ou das relações entre os seres mediatizadas nos territórios, como é o observado nas três categorias apresentadas. Com isso, o próximo capítulo dedica-se essencialmente a transcorrer a respeito dos dois principais conceitos abordados no presente trabalho: territórios e territorialidades, apresentando a configuração de um conflito iminente territorial em SJB e a emergência de novas territorialidades por parte desses grupos.

CAPÍTULO III: TERRITÓRIOS DE DISPUTA E DE EXCLUSÃO: A EMERGÊNCIA DE NOVAS TERRITORIALIDADES ENTRE OS AGRICULTORES FAMILIARES, REASSENTADOS EM VILA DA TERRA E PESCADORES ARTESANAIS

A proposta do terceiro e último capítulo fundamenta-se na apresentação do que até aqui foi tratado como emergência de novas territorialidades em SJB, a partir da implantação do complexo. Para que possamos atingir minimamente a proposta capitular, faz-se necessária a apresentação dos dois principais conceitos que fundamentam a pesquisa: territórios e territorialidades. Além disso, é de extrema relevância discutir, reconhecendo, desde já, que trata-se de apontamentos a respeito do emprego da noção de desenvolvimento.

Em tempo presente, os conceitos e a noção de desenvolvimento parecem que se encontram no centro de muitos trabalhos acadêmicos e, por isso, associados à polissemia conceitual, têm sido, em muitos momentos, empregados levemente. De modo que o presente capítulo visa apresentar uma discussão conceitual, que privilegie não os conceitos ‘reificados’, como se tem visto no presente, mas sim, buscando observar de que modo os agricultores familiares, os pescadores artesanais, e os assentados na Vila da Terra, foram condicionados, a partir do início das obras, a construir novas territorialidades, ou como HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES (2006:131) denominam, foram obrigados a se “des-re-territorializarem”.

Para fins exclusivamente didáticos, o capítulo encontra-se dividido em subitens, que tratará das seguintes discussões: os conceitos abordados em tempo presente, o conceito de território, de territorialidades, a noção de desenvolvimento e, por fim, o subitem denominado: “A Emergência do Conflito Iminentemente Territorial”, central nesse capítulo, onde estreita-se com a última fração que é a apresentação da emergência das novas territorialidades no caso dos três grupos até aqui apresentados.

3.1. A “reificação” do “territorial” no presente.

É em nosso tempo notória a elevação do conceito de território nas ciências ditas humanas e sociais. Se não bastasse o uso corrente da mídia fruto do *senso* comum, a ciência e o próprio Estado têm colocado o território como uma noção por vezes

autoexplicativa e/ou por vezes sinônima de fronteiras meramente físicas. SOUZA (2009:58) aponta argumentos semelhantes quando escreve que desde meados dos anos de 1990:

O conceito de território tornou-se, no Brasil, uma coqueluche, com várias das características de um modismo. [...] o território é, volta e meia, encarado de abusivamente “preferencial”, como se ele fosse, *a priori*, mais importante ou rico que conceitos como, por exemplo, “lugar” ou paisagem. [...] um malefício é a *hipertrofia da capacidade explicativa do conceito*, que poderíamos denominar “*momento da embriaguez conceitual*”; o outro, que aparece mais cedo ou mais tarde, é o da “fadiga”, seguida de nefasto e desproporcional *declínio do interesse*, situação que pode ser chamada, desenvolvendo a analogia, de “*momento da ressaca conceitual*”.

O mesmo autor apresenta-nos que processo semelhante já ocorreu em outras oportunidades no Brasil, especificamente, relata a reintrodução do conceito de “redes” nos anos de 1990. Da mesma forma com o que hoje se vê no conceito de território, as redes retornaram ao centro do debate acadêmico como grande ‘chave’ para diferentes explicações de fenômenos e processos. Quase que instantaneamente foram sendo adicionados os mais diferentes adjetivos a essa ideia, gerando, ao fim dessa euforia temporal, o que o mesmo autor descreve como “efeito colateral” de desinteresse conceitual.

Corroborando com essa perspectiva, outros autores têm relatado certa preocupação do uso exacerbado do conceito, implicando em um significativo “empobrecimento” teórico reducionista e generalista. BRANDÃO (2004:58) é um desses autores, quando descreve que, nem na década de 1950 em que se tinha como pauta o desenvolvimento nacional, ou posteriormente até 1980, o debate a cerca das questões territoriais era tão “entusiasmado”.

O mesmo autor, de modo bem claro, descreve “nesse contexto de verdadeiro deslumbramento em que se parece que tudo se tornou territorial” (2004:58) e enriquece mais os argumentos até aqui apresentados quando afirma:

O território passa a ser como que o grande regulador autômato de relações, dotado da propriedade de sintetizar e encarnar projetos sociais e políticos. Ou seja, personifica-se, fetichiza-se e reifica-se o território, ao preconizar que o mesmo tenha poder de decisão, desde que dotado do adequado grau de densidade institucional e comunitária. À ação pública caberia apenas animá-lo e sensibilizá-lo, construindo confiança e consensos duradouros (BRANDÃO, 2004:58).

Outra grande preocupação a respeito do uso indiscriminado do conceito de território e, por conseguinte, do conceito de territorialidades humanas, é a crença de que equivale aos conceitos de espaço geográfico e de lugar. Autores como Raffestin (1993), Corrêa (1994), Souza (2009), e o próprio Milton Santos (2006) fazem parte daqueles que acreditam na distinção entre cada um desses conceitos amplamente discutidos em âmbito da ciência geográfica.

Na contemporaneidade a discussão do referido conceito permeia diferentes ciências e é pauta corrente não apenas dos espaços acadêmicos, incluindo as corporações, o planejamento e gestão urbana e/ou metropolitana. Os resultados dessa utilização em massa poderão apresentar-se paradoxalmente, se por um lado podem resultar em um enriquecimento conceitual e no uso em uma abordagem mais criteriosa, por outro, e infelizmente é o que tem se observado no presente, é a crescente distorção conceitual. Isso, aliás, nos remete a possibilidade de descrédito em um futuro próximo.

Especificamente neste trabalho o uso dos aportes conceituais básicos obedeceu aos critérios até aqui apresentados criticamente. Em primeiro lugar, não há um comprometimento com a visão simplista, generalista e homogeneizante do que atualmente se traduz como território. Assim como apresentado anteriormente, nessa concepção de território existe a clara distinção entre o mesmo e os conceitos de espaço e lugar. Além disso, é mais do que evidente que o território não se apresenta apenas na ótica das materialidades, ou seja, a concepção de território fundamenta-se tanto em aspectos materiais quanto em aspectos imateriais/simbólicos e, por isso, dotados de subjetividades.

Uma segunda proposição fundamental para este trabalho é que a escolha conceitual básica não obedece ao “modismo” temporal de valorização do conceito de território nos trabalhos acadêmicos. Tal preocupação foi enfatizada por Souza (2009), permeou também o processo de elencar conceitos na presente pesquisa: discutir territórios e territorialidades atende a necessidade de compreensão da temática proposta, visto que temos como pressuposto estar diante de um conflito iminente territorial.

O problema em que se detêm a pesquisa trata especificamente de uso de poder corporativo e do Estado para delimitar, apropriar, controlar e usar uma fração do espaço geográfico. O segundo conceito, não de menor importância, é um aprofundamento de questões territoriais, é plausível entendermos como os indivíduos tem se portado espacialmente em âmbito material e imaterial a partir das (re)configurações no espaço, criando e sobrepondo novos territórios a todo o momento.

Na busca do subsídio teórico para o que se propõe esta pesquisa, evidencia-se a pertinência de revisão de conceitos fundamentais na pauta da discussão das novas territorialidades. Atualmente, e cada vez mais, os conceitos de território e territorialidades são adotados em diferentes ciências e, por isso, o conceito têm se apresentado de maneira polissêmica, onde delimitar os aportes escolhidos nessa proposta se faz notadamente necessária. Com tais explanações, o próximo subitem capitular apresenta justamente um debate acerca das concepções de territórios, desde sua gênese até o presente.

3.2. Território: uma abordagem conceitual

A discussão a respeito do conceito de território é ampla e não pretendemos, nessa fração textual, reproduzir detalhadamente a cronologia do conceito desde sua gênese³⁵, nem muito menos esgotar a discussão. Contudo, é válida a construção de argumentos que se fundamentam também em aspectos históricos referentes ao conceito. Especificamente na história da ciência geográfica, que por décadas discute diretamente ou indiretamente o conceito, existe clara distinção em pelo menos duas abordagens, fruto, também, da própria relação entre formulação conceitual histórica e a espacialidade/temporalidade de onde foram cunhados os conceitos.

A primeira abordagem, hoje descrita por diversos autores como “conservadora ou tradicional” considera o território enquanto território nacional, relacionado diretamente com o Estado – gestor do território por excelência. SILVA (2013:34) escreve que essa abordagem “refere-se à dimensão político-jurídica que está diretamente associada à noção de soberania do Estado”. HAESBAERT (2011:21), tratando da dissociação dos conceitos de espaço e território (que ainda hoje persiste como sendo similares), apresenta um aspecto relevante ainda nessa primeira abordagem:

Território só vai emergir como categoria analítica muito mais tarde do que espaço, e o contexto em que isto ocorre é também, sintomático de uma necessária distinção – o território tendo sido acompanhado, sem dúvida, pela afirmação do Estado-nação, especialmente a partir da unificação de países como a Alemanha (daí um geógrafo como Friedrich Ratzel ser sempre citado como um dos precursores desse debate).

³⁵ Para maior compreensão da gênese do conceito de território ver os trabalhos de HAESBAERT (1995, 1997, 2001, 2002, e 2006), além de SOUZA (1995), RAFESTTIN (1993).

Muitos autores nacionais e internacionais, geógrafos ou não, já nos alertaram implicitamente da superação dessa abordagem. Na atualidade, mediante aos avanços científicos do século XX, entender o território restrito apenas ao plano político parece algo bem pouco criterioso. (SAQUET et. al.:2010:58) apresenta-nos um conjunto de autores que se preocuparam em tratar dessa distinção, para ele:

Jean Gottman, Robert Sack e Claude Raffestin, e os geógrafos brasileiros como Souza, Haesbaert e Saquet já questionaram a restrição do conceito de território à escala nacional e procuraram demonstrar a multiescalaridade e a multiterritorialidade dos territórios e das territorialidades.

A segunda abordagem, amplamente aceitável no presente, relaciona o território com identidades, grupos sociais e subjetividades que encontram nas ‘relações de poder’ o elemento fundamental caracterizador do que se concebe enquanto território. SANTOS (1994) traz uma importante discussão sobre como o território pode ser apropriado nos diferentes estudos das ciências humanas e sociais. Para o autor, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (SANTOS, 1994:15) e, por isso, carece de constantes revisões históricas. Ainda na concepção do mesmo autor, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano” (SANTOS,1994:16).

Nessa segunda e última abordagem referente aos estudos territoriais, diversos autores fazem questão de clarificar uma distinção real dos conceitos de espaço e território. A maior parte considera que o espaço é anterior ao território, já que o segundo se forma a partir da apropriação abstrata ou concreta do primeiro. Raffestin (1993) diz que “o território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993:144). CORRÊA (1994:251) também faz parte desse grupo de autores: “território não é sinônimo de espaço [...] etimologicamente território deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação”.

Partindo dessa explanação inicial, nota-se um privilégio da segunda abordagem referente ao conceito de território na presente pesquisa. Para além, destaco plena concordância com o que propõe Souza (1995) quando se refere a uma primeira aproximação conceitual, para o autor “o território é fundamentalmente um espaço

definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995:78). Assim como Neves (1994:271) aponta que “os territórios são espaços de ação e de poderes”.

Parafraseando o último autor, o poder aparece como “capacidade de decisão” exercida sobre fragmentos territoriais, que se adaptam as contradições circunstanciais no tempo e no espaço. Corroborando com a ideia de poder inerente a uma abordagem territorial, temos o que propõe Sack (2011) que diz que os territórios diferentes de lugares comuns “requerem esforços constantes para estabelecê-los e mantê-los [...] resultam de estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações” (SACK, 2011:76), ou seja: são organizados através do poder.

Dessa forma, discorrer, mesmo que de maneira simplória, a respeito da concepção de poder se faz necessário. Ainda em plena concordância com SOUZA (1995) pautado na noção de poder proposta por ARENDT (1985) o autor nos apresenta aspectos que denotam o que chama de poder. O primeiro deles é que o poder só existe mediante a legitimação do grupo, outro apontamento é que o poder não é de propriedade individual, pertence a um grupo apenas enquanto estiver unido. Ainda segundo SOUZA (1995:80): “para Arendt, o poder não carece de justificativas, já que seria inerente à existência de qualquer comunidade política; no entanto, demanda legitimidade”. Para além, afirma que poder diferencia-se de violência já que são elementos distintos, clarificando: onde há presença da violência significa ausência de poder, ou *vice versa*.

As discussões sobre o conceito de território na atualidade carecem de um maior esforço analítico e respectivas adequações históricas, como aponta SILVEIRA (2001). HAESBAERT (2011) faz, com grande nível de detalhamento, um conjunto de importantes proposições a respeito do conceito. O autor defende a ideia que o conceito de território, assim como aconteceu com o conceito de região nas ciências humanas, tende a ser interpretado e conduzido conforme a proposição filosófica dos pesquisadores. Atesta que a maioria dos trabalhos visa o território em duas vertentes: uma no “binômio materialismo idealismo” (mais amplo ou privilegiando dimensões sociais específicas) e a outra na vertente da “historicidade do conceito”.

A contribuição da discussão de território por Haesbaert (2011) não se restringe ao exposto. O autor ainda nesse trabalho aponta um importante caminho a ser observado pelos que se propõem a discutir o conceito: “devemos reconhecer que vivenciamos hoje um entrecruzamento de proposições teóricas” HAESBAERT (2011:46), e vai além:

As questões do controle, do ordenamento e da gestão do espaço têm sido sempre centrais nas discussões sobre o território. Como elas não

se restringem, em hipótese alguma, à figura do Estado, e hoje, mais do que nunca, precisam incluir o papel gestor das grandes corporações industriais, comerciais, de serviços e financeiras, é imprescindível trabalhar com o território numa interação entre as múltiplas dimensões sociais (HAESBAERT, 2011:52).

Ainda nessa perspectiva SAQUET et. al. (2010) descrevem detalhadamente o poder emanado de instituições que não tem relação com o Estado. Para os autores, pautados na argumentação proposta por David Harvey em 1989 é que “além do Estado, outras instituições (religiosas, políticas, sindicais, patronais e culturais) e, principalmente, o mercado e as grandes corporações, são responsáveis pelo exercício do poder” (SAQUET et. al.:2010:59). Contribuindo ainda mais e corroborando com a visão adotada a respeito do território, expõem:

Entendendo que o que define um território são as relações de poder, fica claro que existem territórios nas mais variadas escalas (local, regional, estadual, nacional, global, entre outras que podem ser definidas), sendo esses territórios influenciados por objetos, normas e ações que podem abranger diversas escalas espaciais possíveis (SAQUET et. al.:2010:59).

Uma importante contribuição da ciência humana brasileira é a relativização do conceito de território, até então pautado ou em aspectos puramente materiais (fronteiras e divisões territoriais/físicas) ou em aspectos puramente da organização social (economia, política, cultura). Ambas as posições, isoladamente, não se apresentavam eficazes na construção de um conhecimento coerente com a realidade, já que a sociedade nem é puramente material e nem é puramente imaterial, são sinérgicas. Ainda Rogério Haesbaert em 2011 aponta uma discussão referente:

Podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de envolver uma relação complexa entre processos sociais e o espaço material [...] Além disso, outra consequência de enfatizarmos o sentido relacional do território é a percepção de que ele não significa simplesmente enraizamento, estabilidade, limite ou fronteira. Justamente por ser relacional, o território inclui também o movimento, a fluidez, as conexões (HAESBAERT, 201:56).

Para Corrêa (1994), o território carrega intrinsecamente à ideia de apropriação em dois significados: o primeiro em apropriação material de fato (controle, limites, demarcação territorial) e o segundo como uma apropriação “que assume uma dimensão afetiva”. Considera o território como: “um conceito subordinado a outro mais abrangente, o espaço, isto é, à organização espacial. O território é o espaço revestido da

dimensão política, afetiva ou ambas” (CORRÊA, 1994:251). E justamente nesse ponto de vista, que a relação entre diferentes ciências que tratam do conceito de território têm se estreitado, isso tem sido explorado por diferentes correntes da ciência geográfica mais atuais, como: humanística, humanista e cultural. Além de uma grande afinidade com a antropologia, economia, os estudos urbanos e regionais, e a sociologia.

3.3. Territorialidades

Levando em consideração a apropriação afetiva do território, descrita por Corrêa (1994), além das demais abordagens apresentadas referentes ao conceito anterior, torna-se pertinente na presente fração textual discorrer o que se entende por territorialidades humanas. Essa abordagem se faz necessária na medida em que as desapropriações provenientes da construção do complexo, coordenadas inicialmente pela CODIN e também pelo Grupo EBX, têm violentamente destruído e negligenciado a história dos lugares e as relações sociais históricas construídas entre os indivíduos mediatizadas nos territórios. Destituindo-os de suas pretéritas territorialidades, induzindo-os, forçosamente, a estabelecerem novas.

Esse cenário de (des)construção do local, em virtude de demandas corporativas específicas, tem obrigado agricultores familiares, na maior parte, antigos residentes do 5º distrito, também os reassentados em Vila da Terra e pescadores artesanais, a construir novas territorialidades nos novos locais de residência ou de exercício de atividades, além de novas relações de vizinhança e de uso do espaço. Os que tiveram, por meio das indenizações, possibilidade maior de escolha de realocação em outras áreas do município, vivenciam o mesmo processo, evidentemente com as suas ações bem menos “controladas” pelos gestores da corporação e do Estado, como é o caso dos que aceitaram o reassentamento em Vila da Terra.

O conceito em questão, durante anos, foi pouco discutido nas ciências humanas justamente por sua gênese. O estudo da territorialidade humana advém das ciências naturais quando o foco era averiguar como os animais se apropriavam de uma fração de área para ser seu *habitat* e realizar suas atividades. Por décadas pensou-se que o conceito não poderia ser aplicado aos seres humanos, já que os mesmos possuem a capacidade plena do raciocínio e não agem instintivamente como os demais animais.

No entanto, muitos autores questionam essa analogia animal associada a gênese do conceito, e contribuem significativamente, quando apontam que cada ação antrópica

é territorializada, mesmo sem que o próprio ser humano perceba. SAQUET (2011) é um desses autores, para ele:

Há múltiplas atividades e territorialidades em nossa vida cotidiana, produto e condição da totalidade existente entre os níveis local, regional, nacional e internacional. [...] elas acontecem ao mesmo tempo, articulando sujeitos, lugares, territórios em redes próximas e distantes, formando cruzamentos, nós e malhas que estão na base da formação de qualquer territorialidade e território em qualquer relação espaço-tempo. Vivemos uma época das simultaneidades, bem como das superposições de territórios, da dispersão, dos cruzamentos, das relações próximas e, sobretudo, das distantes (SAQUET, 2011:83).

A territorialidade é entendida para SOJA (1971) como um fenômeno comportamental de organização espacial (esferas de influência ou de demarcação de territórios) por seus ocupantes ou por agentes que assim os definam. Complementa-se a definição com questões referentes à temporalidade, considerando-se um importante fator a ser observado. SILVEIRA (2011), num detalhado trabalho de revisão conceitual referente às territorialidades, descreve o desafio de repensar os conceitos em cada período histórico, já que necessitam, por conta das diversas mudanças, de constantes readequações. A autora entende territorialidade da seguinte maneira:

Se pudermos entender o território como a extensão apropriada e usada, a territorialidade pode ser definida como o sentido de pertencer àquilo que nos pertence. É um sentimento de exclusividade e limite que alcança também animais, quando se considera a área de vivência e reprodução. (SILVEIRA, 2011:39).

Raffestin (1993) considera que a territorialidade vai muito além de uma simples relação homem-território, sendo complementada como a relação entre seres humanos mediatizadas no território. Em outras palavras, a territorialidade implica em, necessariamente, relações sociais engendradas e construídas territorialmente. Dessa forma, as territorialidades seriam "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional: sociedade-espaço-tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema". (RAFFESTIN, 1993:160).

Considerando-se a dinâmica dos fatores envolvidos nessa relação, seria possível a classificação de vários tipos de territorialidades, desde as "mais estáveis às mais instáveis" (RAFFESTIN, 1993:160). O autor parte da ideia de que:

É urgente abandonar as analogias animais da territorialidade humana. [...] Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com outros atores. (RAFFESTIN, 1993:161).

Para Sack (2011) a territorialidade é um comportamento humano espacial; uma expressão de poder que não é nem instintiva e nem agressiva, apenas se constitui numa estratégia humana de uso social do espaço, abarcando escalas do nível individual ao internacional. O mesmo autor admite que o território é um espaço sob o controle de uma autoridade (não necessariamente institucional), o que já era apontado por Souza (2007) e Soja (1971), ao considerarem o território como um espaço organizado politicamente.

Tanto em SACK (1983, 2011) quanto em RAFFESTIN (1993) nota-se um privilégio de uma abordagem relacional aos conceitos de territórios e de territorialidades. A incorporação da dimensão simbólica, feita pelo último autor citado, associada à dimensão política e econômica, é um elemento de riquíssima contribuição e de mudança paradigmática com visões anteriores. Ainda esse mesmo autor nos apresenta uma rica contribuição a respeito do conceito: a territorialidade “adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (Raffestin, 1993:158).

Arruzzo (2009) é outra autora que trabalhou minuciosamente os conceitos de territórios e territorialidades na abordagem relacional de Sack e de Raffestin. Para a autora:

Essa forma de entender o território [consequentemente as territorialidades] é muito importante, pois desnaturaliza o atuar territorialmente como algo sempre necessário, ou seja, sempre ‘bom’ para determinado grupo social, ressaltando o jogo constante entre custo e benefício de uma ação territorial (ARRUZZO, 2009:18).

Sack (2011) evidencia ainda a questão da acessibilidade a recursos, como uma propriedade da territorialidade, descrita como "uma estratégia para estabelecer diferentes níveis de acesso a pessoas, coisas e relações" (SACK, 2011:78). A territorialidade se manifesta, então, como um tipo de delimitação espacial, onde vigora uma forma de comunicação que evidencia controle de acesso, tanto ao conteúdo interno quanto ao externo. Em outras palavras:

Uma das características dessa proposta [discorrendo sobre a proposição de SACK (1983)], que diferencia das outras abordagens, é considerar a territorialidade como um meio, pelo qual se tenta ou cria-se territórios. Ou seja, mais do que identificar o que seriam territórios ou não, o autor procura entender como se formam territórios, que estratégias e ações são utilizadas e que vantagens podem trazer para o grupo ou indivíduo que procura estabelecer um território ou realmente o faz. Territorialidade, para o autor, não é meramente uma área geográfica, nem mesmo circunscrever coisas no espaço, mas sim a ação de um grupo ou indivíduo de controlar recursos ou pessoas através do controle de uma área (ARRUZZO, 2009:21).

Por isso e mais, SACK (1983, 2011) defende a assertiva de que a territorialidade não pode ser considerada apenas como controle de área, pois se constituiria numa definição “reduzida”. O conceito “envolve a tentativa por parte de um indivíduo ou grupo, de influenciar ou afetar as ações de outros, incluindo não humanos” (SACK, 2011:76) e define: “territorialidade será definida como a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (SACK, 2011:76). Por fim, destaca-se: “o espaço social é multifacetado, e o território (a territorialidade) é uma dessas facetas” (SOUZA, 2009:68).

3.4. Apontamentos Referentes à Noção de Desenvolvimento

A separação de um tópico voltado a apontar elementos a respeito da noção de desenvolvimento, justifica-se, principalmente, porque a construção de um projeto de tal magnitude logicamente obedece, grosso modo, a uma estratégia de desenvolvimento. Evidentemente proposta por atores hegemônicos, esse “desenvolvimento” engendrado naquela região, e especificamente no município de SJB, têm (re)configurado em múltiplas escalas os pretéritos territórios. De modo que o debate teórico em torno de uma noção de desenvolvimento torna-se fundamental para a compreensão dos processos até aqui elencados.

Em princípio, antes da proposição ‘norteadora’ do subitem, também se faz necessário que apontemos proposições a cerca do que se entende por desenvolvimento na presente pesquisa. O primeiro ponto, é que partimos do pressuposto de que o desenvolvimento não deve ser tratado como um conceito, muito menos como ‘conceito duro/fechado’, ou seja, não sendo passível de revisões espaço/temporais. Os que caminham por essa lógica, no presente muitos autores o fazem, possivelmente são confrontados com mudanças paradigmáticas da sociedade, que podem colocar suas teorias e ideário simbólico/imaterial de desenvolvimento no campo da falácia.

Bem mais que um conceito, que traz em si a marca da temporalidade, espacialidade e concepções pessoais diversas, entender o desenvolvimento enquanto uma noção referenciada aos processos sociais, econômicos, culturais, geográficos, nas mais diversas escalas, convida-nos a rever proposições e reconhecer que estamos diante

de uma noção passível de reformulações temporais e adequações aos diferentes espaços e, porque não dizer, diferentes territórios.

A proposição anterior é relevante quando consideramos, mesmo que de maneira generalista, as inúmeras subjetividades atreladas à ideia de cada um do que é desenvolver-se. Em outras palavras, desenvolver-se para cada indivíduo carrega consigo um conjunto de elementos imateriais/simbólicos distintos. Apenas realizando uma análise morfológica e semântica da palavra ‘desenvolvimento’ nota-se a polissemia associada ao termo, sendo privilegiado, geralmente, o desenvolvimento enquanto ideia de ‘fazer crescer’, de ‘progredir’.

Especificamente nessa proposta de pesquisa buscaremos revisitar a literatura sobre o desenvolvimento territorial. A relevância dessa associação se apresenta precisamente por conta do objeto de análise, no qual as transformações engendradas no Norte Fluminense, e especificamente em SJB, através da instalação de grandes projetos de cunho logístico/industrial podem ser mais bem compreendidas utilizando-se o arcabouço teórico sobre desenvolvimento territorial. Veiga (2002) atesta que não estamos diante de um fenômeno novo:

Durante a “era de ouro” (1948-73), a preocupação de minorar as distorções espaciais fatalmente provocadas pelo crescimento econômico levou à montagem de estruturas administrativas cuja principal missão seria a de “planejar” ou “ordenar” o povoamento (ou ocupação) de territórios nacionais mediante determinadas orientações de investimentos públicos em infraestrutura e várias formas de incentivos e regulamentações sobre os investimentos privados (VEIGA, 2002:14).

O Estado, ao longo da história, era o responsável pelo planejamento ou ordenamento territorial buscando a criação de estruturas que levassem a um desenvolvimento econômico. Atualmente, o que se percebe é o oposto: as corporações passaram a demandar cada vez mais, do Estado, um ordenar espacial que as favoreça no processo de acumulação. O capital passa a intervir nos espaços, criando territórios e, com isso, o dotam de significados e assimetrias de poder, ao passo que, ao Estado cabe à criação de estruturas de favorecimento (no que tange à facilitação burocrática, logística, fornecimento de infraestruturas) ou de legitimação de tais ações.

Nas recentes pesquisas sobre os processos decorrentes dos megainvestimentos no Rio de Janeiro, ou mesmo nas análises propostas por instâncias do Estado, é usual a utilização de uma abordagem de desenvolvimento territorial sem o mínimo de critérios,

não se preocupando com as implicações negativas que possivelmente resultem disso. Nessa concepção temos a definição de PECQUEUR (2005:12) onde: “o desenvolvimento territorial se caracteriza a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico”. Esse ponto de vista converge como uma distorção corrente referente à noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico.

Oliveira (2002) enriquece a discussão ao argumentar que “muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos” (OLIVEIRA, 2002:38). O autor se propôs a fazer uma importante revisão conceitual sobre desenvolvimento à luz da ciência econômica e, em suas palavras, o elemento de unificação dos diferentes pontos de vista é a melhoria na qualidade de vida onde “o desenvolvimento, em qualquer concepção [econômica], deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida” (OLIVEIRA, 2002:40). E encerra acrescentando outras dimensões na concepção econômica de desenvolvimento:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002:40).

Outra importante contribuição é feita por Brandão (2004). De acordo com o autor, a proposição territorial associada ao discurso de desenvolvimento - por parte dos atores sociais - passa ser, em nossos dias, uma estratégia para criar um ideário de suplantação de um Estado ineficaz e “na verdade, parece existir uma opção por substituir o Estado (“que se foi”) por uma nova condensação de forças sociais e políticas (abstrata) que passa a ser chamada de território” (BRANDÃO, 2004:58).

Evidentemente, para pautar a discussão da implantação do Complexo do Superporto do Açú, não será considerada a visão simplista de desenvolvimento enquanto incremento de divisas a São João da Barra. Para além, partimos de uma noção de desenvolvimento territorial que é antagônica quando relacionada com o que tem sido proposto em tempo presente, como um caminho de resolução de problemas estruturais físicos e sociais, que na maioria das vezes, fica apenas no âmbito do discurso.

Para além dos aspectos econômicos, uma proposta de desenvolvimento territorial deve considerar a história dos lugares, a transmissão de saberes, os modos de vida (mesmo que isso soe como abstração), as formas de reprodução social, os limites materiais e simbólicos do grupo, e principalmente, aquilo que cria a unidade e fornece “elo” entre os seres humanos mediatizados nos territórios.

A ideia do desenvolvimento apenas como incremento de renda em um espaço necessita de reflexão aprofundada e merece ser sempre revisitada e questionada, justamente porque os exemplos na história da humanidade nos provam o contrário. Não existem garantias de que aumentar o aporte de rendimentos em um local traz a horizontalização na distribuição dos recursos, trazendo ‘a reboque’ promoção social aos indivíduos e nem promovendo ascensão social e intelectual dos mesmos.

Uma análise mais reflexiva nos aproxima da concepção teórica de Sen (2000) e Hirschmann (1971 e 1986). Grosso modo, para estes autores um dos objetivos essenciais para toda e qualquer estratégia de desenvolvimento deve visualizá-lo como um processo de expansão da liberdade de escolha e de ação social que resulte na ampliação das oportunidades reais dos seres humanos de desenvolver suas potencialidades e capacidades (“capabilities”), permitindo ao indivíduo e/ou grupos sociais escolherem seu estilo de vida e dotando-os de instrumentos e oportunidades de escolhas. O cerne da concepção de desenvolvimento contemporâneo, nas palavras de Sen (2000), é garantir o “processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas” (SEN, 2000:23). Assim, o papel instrumental da liberdade no desenvolvimento tem múltiplos componentes que se inter-relacionam.

Por fim, por concordar ainda com Brandão (2004) reproduzo parte da concepção do autor quando se propõe a discutir a construção do desenvolvimento “em múltiplas escalas espaciais e instâncias de poder”, encerrando essa fração capitular:

O desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Esse processo deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Nesse sentido, o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas e emancipatórias, envolvendo, portanto, tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos (BRANDÃO, 2004:70).

3.5. A Emergência do Conflito Iminente Territorial

Semelhantemente a outras localidades, em que foram alocados grandes projetos de engenharia, os residentes do município de SJB, desde o ano de 2007, enfrentam conflitos iminente territoriais. Contudo, não pretendemos com essa afirmação fornecer a falsa impressão de que não havia conflitos preexistentes dessa natureza no município. Tanto que abordo no primeiro capítulo o caráter problemático associado à região como um todo, em que, ainda hoje, é considerada, por parte da literatura consultada, “região problema do estado” CRUZ (2005), principalmente quando focalizam em questões agrárias e das desigualdades socioespaciais persistentes, mesmo com os altos investimentos procedentes da indústria do petróleo.

O próprio processo de instalação do empreendimento, antes mesmo de sua alocação de fato, já fez parte de uma disputa territorial, que foi delineada em frações anteriores do texto. PECQUEUR (2005:13) descreve que:

Na competição entre territórios (aqui tratando de limites político-administrativos), a oferta de serviço às empresas é crucial. No caso mais comum, um espaço localizado vai atrair a atividade oferecendo serviços na base de suas dotações em fatores os mais numerosos: uma mão de obra não qualificada e disponível com baixo nível de salários, ou ainda, um disponibilidade em recursos naturais, etc.

Acrescento a argumentação do autor, pautado no presente estudo de caso, que a competição para que o Superporto do Açú fosse alocado, no município em questão, contou com outros artificios dos governos em escala municipal, estadual e federal, como incentivos fiscais de diferentes naturezas, financiamentos, criação de infraestruturas de favorecimento, leiam-se: pavimentação, ampliação e criação de novas estradas de rodagem, ampliação da rede de abastecimento de água, drenagem e retificação da Baixada Campista, expansão de redes de energia elétrica em capacidade de transmissão, consequentemente da iluminação pública, dentre outros.

A competição municipal em SJB, pautada no que correntemente denominam gestores municipais e de corporações como “vantagens comparativas”, se deu também no âmbito burocrático/legal. A gestão municipal vigente naquele tempo, em virtude exclusivamente da implantação do empreendimento, refez o PDM e principalmente a fração correspondente ao zoneamento municipal, que transformou instantaneamente áreas agrícolas – incluindo a orientação de alocação de projetos de reforma agrária, em áreas de interesse industrial e/ou de uso misto. Outra forma de fomentar a implantação

do empreendimento, agora já em âmbito estadual, é a elevação de categoria da obra, transformando-se em obra de interesse público.

Uma decorrência do processo de pôr o município em uma espécie de “vitrine” para empresários, é que para a efetivação dos acordos e possível fixidez dessas empresas, os gestores municipais apresentam o município enquanto mercadoria. Fato que pode ser observado nas inúmeras propagandas voltadas a investidores externos, onde apresentam uma série de “vantagens comparativas” a quem assumir a empreitada³⁶.

Cruz (2011), tratando dos impactos oriundos dos novos investimentos da região NF, principalmente do Complexo do Superporto do Açú e do complexo em Barra do Furado, apresenta uma importante contribuição referente ao papel das prefeituras no presente e faz um alerta de tendência das mesmas, para o autor o que ocorre é uma:

Tendência à instrumentalização das administrações municipais, possuidoras de recursos fartos decorrentes das rendas petrolíferas, para obtenção de toda a sorte de facilidades, isenções e apoio financeiro – as prefeituras locais arcam com parte dos investimentos de infraestruturas – bem como para legitimar suas práticas, ritmos e estratégias, uma vez que são recebidos como “investimentos redentores” CRUZ (2011:09).

Na busca por agradar e despertar o interesse corporativo, os gestores públicos, em muitos casos, ignoram a existência, a permanência/fixidez, os modos de vida, as atividades historicamente desenvolvidas por seus habitantes, e porque não acrescentar, a total desconsideração das territorialidades pré-existentes. Outro aspecto de suma importância é a procedência desses grupos investidores. Por se tratar da atração de grandes grupos empresariais e corporações multinacionais, os centros de gestão estão fora das áreas de atuação. Isso distancia o processo decisório e supõe o território apenas enquanto substrato espacial, percepção condenada na maior parte das discussões territoriais do presente.

A respeito desses grupos empresariais alocados no NF, ainda CRUZ (2011:08) apresenta a:

Existência de potencial de instrumentalização do território como plataforma de exportação, com perfil de economia de enclave acionada de e para fora da região onde se instala, em decorrência do baixo grau de interatividade com a economia e os agentes sociais e

³⁶ No caso de SJB essa propaganda ganhou destaque no novo site oficial da prefeitura: <http://www.sjb.rj.gov.br/por-que-investir> em que apresentam um conjunto de fatores locais e de recursos humanos incentivando novos empresários investirem.

econômicos locais. O território é utilizado como trampolim, dada a falta de articulação com os empreendimentos e com a sociedade local e regional, transformado em mero suporte físico de investimentos em k fixo com especialização em produtos primários e semibeneficiados, do tipo *commodities*.

Na perspectiva de outros autores, predominantemente de cunho marxista, essa total desvinculação corporação-território é uma estratégia do capitalismo em tempo presente, visto que permite que diante da emergência de maiores “vantagens comparativas” em outro local, podem transferir-se. A corporação, que visa à acumulação, pode repensar todo seu plano estratégico decidindo transferir-se para qualquer fração do globo terrestre que lhes for mais aprazível, em virtude da disponibilidade da técnica, como atesta SANTOS (2006). Dessa forma, ao território, que alocava materialmente ‘braços’ da corporação, resta apenas rastro negativo da estada: desemprego, desarticulação da força de trabalho, sem mencionar os ônus ambientais e demais aspectos de cunho social, econômico e político.

CORRÊA (1994:252) afirma: “o capital, especialmente aquele associado às grandes corporações multinacionais e multilocalizadas, possui seu próprio território”. Santos e Silveira (2006), ainda em parte introdutória de sua obra, nos apresentam certa preocupação quando descrevem “o peso do mercado externo na vida econômica do país”, acabando por orientar a própria organização territorial interna, resultando na “criação de regiões do mandar e regiões do fazer” (p.22).

O município de SJB se enquadra nessas abordagens, em virtude das demandas das corporações que ali estão em processos de instalação criaram, os empresários e os gestores públicos, uma série de conflitos. Para além das disputas por espaço, criaram verdadeiras disputas territoriais, que como já explicitado, são oriundas das formas e intensidade de poder de cada grupo, principalmente, em uma tentativa de subjugar os grupos de indivíduos descritos no segundo capítulo. A partir das percepções obtidas em campo concorda-se com o que apontam MONIÉ & LEITE (2013:09):

Na região do porto do Açú os conflitos se manifestam de formas diferenciadas, dependendo do tipo de ator [...] os conflitos em tela em São João da Barra evidenciam que um dos grandes debates da atualidade que as problemáticas da territorialidade, do lugar e da identidade constituem elementos chave de mobilizações marcando a expressão de um direito a construir o espaço em contextos caracterizados pela grande complexidade dos interesses em jogo. A desestruturação da economia local, a destruição da paisagem, a precarização da qualidade de vida da população, os impactos ambientais dos grandes projetos e a verticalidade do planejamento

territorial alimentam lutas que, longe de serem consensuais na sociedade local, encontram um eco crescente.

As próximas frações capitulares visam abordar a emergência das novas territorialidades, justamente porque a implantação do empreendimento tem alterado não apenas paisagens, ou “grandes vazios” populacionais, mas fundamentalmente, a vida (em seus diferentes sentidos) de inúmeras pessoas. Tais indivíduos construíram sua história de vida e suas territorialidades em uma lógica dissonante a que atualmente tem sido colocada de maneira involuntária pela corporação naquele município e legitimada pelo Estado.

Munidos do discurso do desenvolvimento local, regional e nacional os empresários tem modelado o território sanjoanense (em um primeiro momento o Grupo EBX e hoje a junção de empresas mais o Grupo EIG) como lhes apraz. Nessa perspectiva de ‘desenvolver’ um município sinônimo de atraso, miséria e desemprego, a população que resiste e luta, através de movimentos sociais, passa a ser associada à imagem dos “enclaves” à chegada do emprego e renda na região. De forma que, de vítimas do processo, são apresentados como causadores da desordem municipal e da estagnação econômica.

Os próximos três subitens apresentarão de fato o que tenho descrito como emergência de novas territorialidades aos três grupos de pessoas. Pautado na proposição apresentada por Sack (2011) buscar-se-á identificar e descrever como a corporação tem feito para “afetar, influenciar e controlar” cada grupo. Por outro lado, como cada grupo tem feito, se é que existe essa possibilidade, suas territorialidades dentro destas mesmas três proposições.

3.5.1. Agricultura Familiar e as Novas Territorialidades

Como afirmado em frações anteriores do texto, a agricultura familiar no município é histórica, representa o sustento de muitas famílias e possui sua representatividade na produção de certos alimentos consumidos pelos grandes centros consumidores. Esses argumentos, por si só, já denotam importância e a valorização que esses indivíduos deveriam ter, frente às ações governamentais e empresariais no município.

Inicialmente pensaremos, apenas, na emergência de novas territorialidades impostas pela corporação aos agricultores familiares. Em entrevista no ano de 2010, os

representantes do Grupo EBX subestimavam os números de indivíduos que seriam obrigados a deixar suas terras. Cerca de 1500 famílias estão nessa situação, de acordo com movimentos sociais e parte dos pesquisadores, já a corporação reconhecia, naquele momento, que cerca de apenas cem famílias seriam removidas.

Outro problema já apresentado é o desconhecimento da totalidade do projeto, já que até 2012 tinha sido revisto e ampliado algumas vezes. Nesse sentido, outros agricultores familiares, incluindo em Campos, souberam que poderiam estar inclusos nas remoções e nos relataram profunda preocupação. Ainda sobre o assunto e no mesmo ano, integrantes do MST no Assentamento Zumbi dos Palmares I e II relataram que o “Corredor Logístico” possivelmente seria construindo nas terras do assentamento.

O Corredor Logístico é uma das obras que estão associadas diretamente ao empreendimento ligando Campos a SJB visando a facilitação do escoamento dos produtos. Os rumores que tanto o Assentamento Zumbi dos Palmares, quanto o Assentamento Che Guevara, seriam atravessados por essas obras de engenharia, cessaram quando a Prefeita de Campos, Sr.^a Rosângela Mateus, garantiu aos assentados que não seriam também removidos.

No intuito de ‘afetar’ esse grupo, os gestores propuseram estudos, que foram apresentados oralmente na visita guiada de 2010, onde claramente inviabilizavam a agricultura familiar enquanto atividade. Apresentavam-na como rudimentar, atrasada, pouco rentável, pouco competitiva em relação ao agronegócio, mediante ao questionamento da responsabilidade social/ética desses estudos, apenas alegavam que se tratava de estudos científicos e que não estavam autorizados a divulgá-los. Isso nos mostra, que as relações homem-meio são ignoradas pelos gestores, avaliando a relação desses agricultores com a terra apenas por critérios mercadológicos minimamente duvidosos.

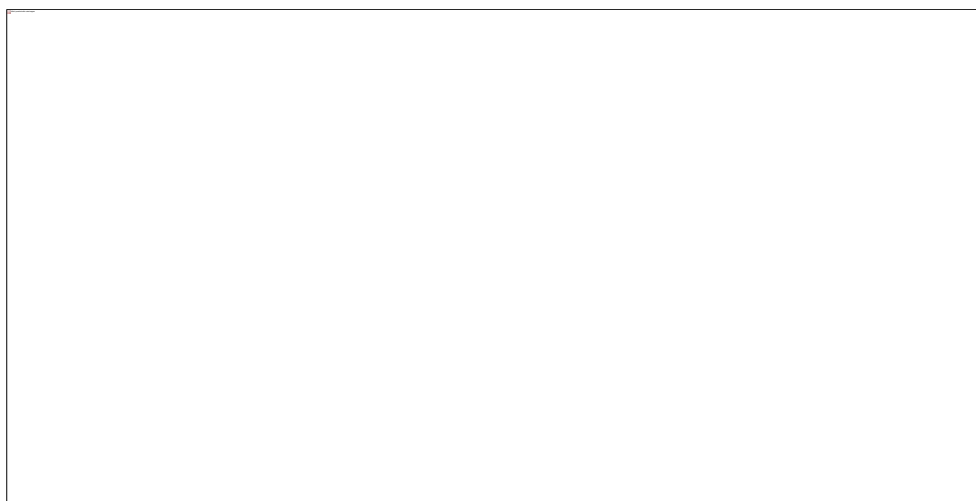
Uma das formas mais claras da tentativa de ‘influenciá-los e controlá-los’ (agricultores familiares) é os vincularem ao grupo corporativo, seja empregando, seja prometendo-lhes cursos técnicos. De acordo com o responsável, o Grupo EBX estava construindo centros de treinamento de pessoas nas seguintes áreas: marcenaria, operação máquinas de transporte, solda (três tipos), construção civil (pintores, eletricitistas, pedreiros), além da área de mecânica de automotores. Explicitamente, descreveram que o intuito era de ‘ocupar’ os agricultores familiares nessas atividades do presente, alegando inclusive, que se tratava de uma benesse que a empresa lhes

proporcionava. E que, possivelmente, seriam ocupados nos três mil postos de trabalho que ainda estavam desocupados pela carência de mão de obra.

Um modo claro de ‘afetar’ aos agricultores a aceitarem as desapropriações, era o discurso de melhora e da possível expulsão das terras pela polícia. Trinta e dois entrevistados (exceto os de Vila da Terra que serão mais bem descritos *a posteriori*) relataram as etapas de processo de desapropriação: os representantes da CODIN e do Grupo EBX chamavam à porta, se apresentavam e já lhes diziam que teriam de sair das terras de produção e/ou de moradia. Em âmbito do discurso, diziam que se tratava de chance de melhoria, que seriam bem indenizados e que ganhariam um lote na Vila da Terra.

Os que se mostravam reticentes aos representantes da CODIN e da EBX, perceberam uma mudança de estratégia na conversa. Relataram que as responsáveis, sempre trataram no feminino, diziam que era melhor negociar do que ter forças policiais e oficiais de justiça nas propriedades. Dessa forma instaura-se um processo de coação se desdobrando em medo coletivo, que acabou por fazer com que muitos aceitassem a remoção. Mediante o transcorrer das ações de desapropriação realmente o uso de força policial existiu (figura 16), foi narrado por muitos agricultores ouvidos, e apresentado principalmente por mídias alternativas ou locais de pouco alcance³⁷.

Figura 16: Uso de Força Policial em Desapropriações no Quinto Distrito



Fonte: <http://pedlowski.blogspot.com.br/2013/02/procurador-da-asprim-esclarece-situacao.html> disponível em 20/01/2014.

³⁷ Apenas a título de exemplificação, sem maiores comprometimentos analíticos da reportagem, ver: <http://www.ururau.com.br/cidades11478>, <http://www.canalbase.org.br/justica-denuncia-violacoes-de-direitos-em-construcao-de-mineroduto/>, <http://pedlowski.blogspot.com.br/2013/02/procurador-da-asprim-esclarece-situacao.html>.

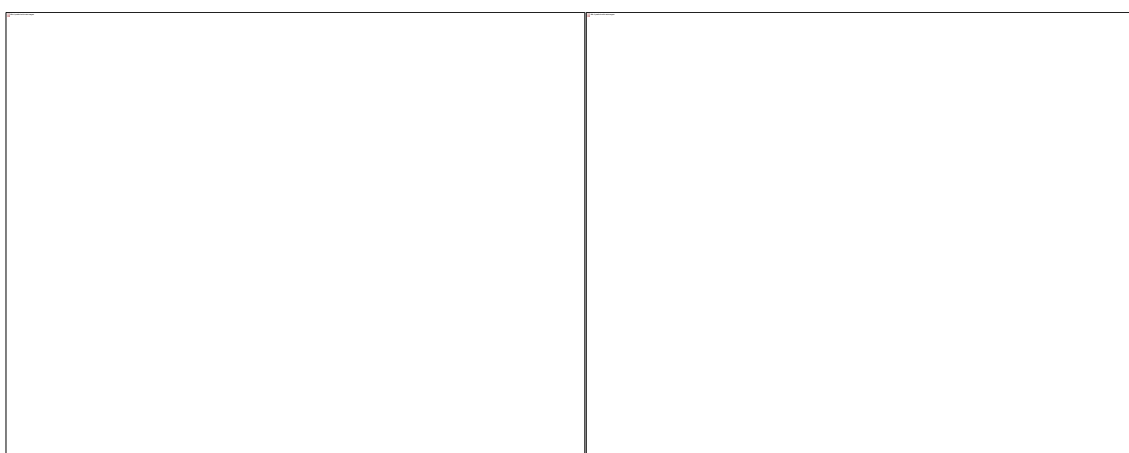
Em se tratando das novas estratégias de territorialização da corporação, temos a descaracterização material dos lotes, no ato da remoção, destituindo-os da configuração de local de produção de alimentos. Literalmente, ao destruírem as plantações, ‘barracões’, as casas e outras concretudes, destroem aquilo que TUAN (1980) chama de topofilia, grosso modo, trata-se relação homem e lugar, a demarcação de um espaço que os humanos consideram como ‘seu’, espaços ‘vividos’ como nos propõe Milton Santos.

Essa estratégia corporativa faz parte também de outra estratégia fundamental da emergência de territorialidades, que é comunicação do exercício desse novo poder. Seja de modo sutil ou brusco, como SACK (2011:79) apresenta:

Territorialidade pode ser afirmada de inúmeras maneiras, incluindo descrições de trabalho, direitos legais de terras, força bruta ou poder, normas culturais e proibições sobre o uso de áreas e formas sutis de comunicação [...] mas, [...] se a afirmação não é clara e compreensível, então não está claro se determinada territorialidade está sendo exercida.

Com base nesse arcabouço teórico, podemos afirmar a existência da emergência de novas territorialidades oriundas da ação dos grupos corporativos em associação ao Estado. De maneira bem pouco sutil, (re)ordenaram pelo menos um terço do município e deixaram claras suas marcas, como demarcações territoriais, sinalizações de propriedades privadas, da responsabilidade legal se uma dessas áreas for adentrada (figura 17). E, principalmente, uso de força se qualquer uma dessas normas for infringida.

Figura 17: Formas de Comunicação das Emergentes Territorialidades



Fonte: acervo pessoal do autor, captadas em 2012 e 2013 respectivamente.

Por fim, em se tratando das estratégias das corporações, temos o que também aponta SACK (2011) como fundamento da territorialidade, trata-se do ‘controle’, e

afirma que o “território pode ser usado não apenas para conter ou restringir, mas também para excluir” (p.78). E para que a exclusão de fato seja assegurada, o Grupo EBX, agora Grupo EIG, mantém vinte e quatro horas três empresas de segurança privadas no empreendimento em loco ou nas áreas já desapropriadas.

Um segurança privado da área de construção do complexo, ouvido em 15 de abril de 2012, nos relatou que as empresas Braço Forte, Angels e Vezan, tinham, em conjunto, um forte esquema de segurança. Isso incluía as imediações do complexo e as áreas já desapropriadas, que, ainda segundo ele, eram mais conflituosas por conta da resistência dos agricultores em retornar.

Ainda em se tratando do ‘controle’, temos o que por tantas oportunidades no texto descrevi como associação corporações e o Estado. O mesmo entrevistado relatou que em algumas oportunidades o próprio Exército Brasileiro foi acionado e esteve apoiando nos momentos mais conflituosos, informação que não pode ser averiguada. Contudo, quando questionado da existência de força policial, ele imediatamente nos apontou diversas viaturas da PMERJ no interior do complexo e afirmou que existe um acordo entre as corporações e a polícia. Durante todos os demais campos, essa informação foi sendo confirmada, incluindo um episódio em que durante entrevistas aos agricultores no quinto distrito a PMERJ fez uma abordagem solicitando esclarecimentos. Especificamente no caso de Vila da Terra, o uso da força policial é ainda mais bem elucidativo.

Mediante o cenário exposto, de total vulnerabilidade, especialmente com a população do quinto distrito, um movimento social surge, a ASPRIM, criada em agosto de 2010. Analisando sumariamente esse processo de criação de um movimento de luta e resistência, podemos afirmar que tal processo é um reflexo da tentativa desses agricultores de perpetuar seus modos de vida, lutarem pela garantia do direito a propriedade e, de forma simplista, lutarem pela continuidade de suas territorialidades.

Assim como a corporação, ao longo de sua existência tem criado estratégias de luta, que perpassam a questões territoriais, como a valorização das identidades e da relação histórica do homem do campo com a terra. Em 2011, ano de primeiro contato com o movimento, o vice-presidente da associação, Sr. Rodrigo Santos apresentou a cronologia das ações da corporação e a gênese do movimento. Criticou abertamente a forma com que as ações estavam transcorrendo, deixando claro que a luta do movimento não se expressa em embargo das obras.

Apresentou-nos, na oportunidade, as principais bandeiras de luta da associação. Para ele, lutam pela garantia dos direitos da população rural, amparados “no Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, além do direito a moradia e do Estatuto das Cidades”. Para além, o grupo se expressa como um grupo de agricultores que lutam pelo direito à subsistência e pela valorização da agricultura familiar como principal responsável pela produção de alimentos aos ditos urbanos.

Discursando com apreço a causa, relata que passou a integrar essa diretoria quando viu familiares de sua esposa sendo tirados de suas terras e na vivência da dor dessas pessoas, resolveu criar uma comissão que discutiria as ações com a CODIN, disso nasceu a associação. Nos levantamentos da própria ASPRIM estimavam que cinco mil pessoas pudessem ser afetadas diretamente pela construção do complexo, cerca de 1500 famílias poderiam ser removidas e centenas seriam obrigadas a sair por conta dos impactos de vizinhança industrial (poluição sonora, de suspensões particuladas, visual, além do tráfego de navios, e veículos pesados).

Ainda nessa primeira entrevista, afirmou que a criação do movimento se dá como forma de resistir, fiscalizar e controlar as ações da corporação sobre os agricultores familiares. Evidentemente, como todo movimento social, existem as heterogeneidades claras, como divergências de opinião, intencionalidades diversas e, principalmente, interesses distintos por parte dos integrantes.

Uma forma de apresentar essa última argumentação, não pretendendo descaracterizar a luta dessas pessoas, são as inserções de membros da própria direção da ASPRIM que não podem ser considerados agricultores familiares. Tal observação só foi obtida ao longo da vivência nos trabalhos em campo e visitas à sede do movimento em momentos de reuniões. Contudo, as ações e a forma da representação de luta do movimento mostram-nos que estamos diante de um grupo transparente, que realmente tem lutado pela causa, acionando dispositivos legais, através métodos não questionáveis e buscando apoio em pesquisadores, técnicos ambientais e, até, políticos, na câmara dos deputados estaduais e federais.

Durante o acompanhamento podemos compartilhar ganhos desse grupo, como: trouxeram visibilidade à luta com manifestações e fechamento de estradas, por exemplo; o que acabou obrigando maiores investigações pelo MP e as grandes mídias se viram obrigadas a divulgar a causa, claro que com anos de atraso e depois de muita remoção já ter ocorrido. Através dos laudos técnicos, dentre eles o aqui citado, produzido pela AGB/Agrária (2011), conseguiram paralisar as obras, frear as desapropriações e, em

alguns casos, até pediram a reintegração de posse, já que muitas das terras desapropriadas ainda estão sem uso.

Evidentemente, não poderia nessa fração textual negligenciá-los como forma de representação de luta, mas de antemão reconhece-se que apenas analisar esse movimento social já é uma nova forma de compreender o fenômeno. Inúmeras impressões e falas ainda carecem de um maior esforço analítico e de revisões temporais já que a luta persiste. A ASPRIM é, sem dúvida, um campo riquíssimo como exemplo de movimento de resistência, um marco na agricultura familiar em SJB e um exemplo de compreender as territorialidades na ótica dos próprios agricultores.

Além de toda luta coletiva do movimento, existe uma forma de lutar, por parte dos agricultores familiares, tão importante quanto integrar ao movimento que é a luta individual. Muitos agricultores familiares ouvidos não faziam parte efetivamente da ASPRIM, mas, suas falas nos revelam centenas de impressões, que aqui privilegio as falas associadas à importância das territorialidades na vida dessas pessoas.

Um elemento que foi evocado centenas de vezes, por diferentes pessoas ouvidas desde o ano de 2010, é a relação temporal terra/propriedade/família. Em suas falas, apresentavam que nenhum outro lugar seria igual ao que vivem e que a iminência de serem expulsos era avassaladora. A história de muitas famílias se deu nos lotes, nascimentos, batizados, casamentos, negócios, falecimentos, foram lembranças que vinham à tona mediante as falas. Em outros momentos usavam do discurso de repúdio, por estarem visualizando maus tratados a vizinhos, parentes, amigos que tiveram de sair ou que perderam essa relação histórica com o local de origem.

Não podemos negligenciar, contudo, a existência de agricultores que não relataram nenhuma mudança em suas vidas. Para poucos, o discurso do desenvolvimento ainda é mais lógico, outros que não tinham sido notificados com desapropriações, disseram que nada mudou em suas vidas e que estavam satisfeitos. A grande maioria, ao contrário, mostrava-se desolada.

3.5.2. Reassentados de Vila da Terra

Em se tratando da Vila da Terra a emergência das novas territorialidades são mais nitidamente observáveis, em primeiro lugar por conta do número reduzido de famílias efetivamente residindo nos lotes e, segundo, porque lá a corporação se faz bem

mais presente, com uma série de normas, controle territorial de todas as formas até aqui descritas.

Como ponto de partida, temos a apreciação da Associação dos Geógrafos Brasileiros- AGB (2011) a respeito do reassentamento das famílias na localidade:

Trata-se, neste caso de uma política de reassentamento compulsória, muito comum nas ações de “compensações” de grandes projetos de desenvolvimento, onde acredita-se que a troca de “terra por terra” atende aos critérios de sustentabilidade dos empreendimentos, se eximindo de considerar os efeitos destes deslocamentos nos modos de vida das populações e em suas relações afetivas, simbólicas, culturais (AGB, 2011:44).

A partir das perspectivas conceituais e empíricas apresentadas para subsidiar o entendimento da construção de novas territorialidades em Vila da Terra, trazemos as estratégias da corporação e dos próprios reassentados. Naturalmente, trata-se de visões antagônicas dos processos em curso.

Os reassentados entrevistados alegaram não ter tido a possibilidade de expor suas demandas e pontos de vista, sendo colocados numa situação de total passividade frente às desapropriações. Com o reassentamento em Vila da Terra emergem conflitos relacionados à adaptação, distância de parentes e antigos vizinhos, carência de serviços básicos e ruptura do exercício de atividades historicamente construídas. Na ótica dos gestores, alegam estar em conformidade com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e a legislação vigente (Plano Diretor Municipal de 2013), já que foram realizadas audiências públicas consultivas em diferentes partes do município e terem criado condições de favorecimento à adaptabilidade dos desapropriados.

No início das ações de implantação do complexo industrial portuário, no intuito de afetar a população potencialmente atingida, o Grupo EBX inicia sua abordagem oferecendo benefícios para facilitar a negociação com cada família. Isso porque, nos discursos dos desapropriados, mesmo para os que não aceitaram ir para Vila da Terra, os representantes afirmavam que a desapropriação não seria revogada. Quem aceitasse sair de seus lotes residenciais ou produtivos, portanto, teria direito a benefícios, tais como: indenização pela antiga propriedade; um lote com um imóvel novo e mobiliado; a possibilidade de plantar, incluindo a doação de mudas, insumos agrícolas e auxílio técnico agrícola; presença de serviços básicos; perfuração de um poço artesiano por lote e um auxílio mensal no valor de um salário mínimo por dois anos, a partir da data de desapropriação.

Tendo em vista a grande quantidade de pessoas idosas nas áreas de desapropriação, assim como na grande maioria das áreas rurais brasileiras, foi relativamente mais fácil para os gestores do grupo influenciá-los primeiro. Por isso, durante o levantamento dos dados primários, notou-se a predominância de grupos populacionais mais envelhecidos, com menor capacidade de articulação e resistência frente ao discurso da empresa.

Para além, as ações do Grupo EBX, no sentido de afetar a população, foram legitimadas pelo Estado, na medida em que ocorriam com auxílio da CODIN, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Sendo assim, nos casos de não aceitação, o processo foi pautado num discurso mais opressivo e no uso da violência, o que acelerou as desapropriações. Muitos entrevistados em Vila da Terra relatam que aceitaram imediatamente a proposta dos representantes da empresa influenciados pelas violentas experiências passadas por seus vizinhos.

Nos lotes dos que resistiram ao processo e, conseqüentemente, não foram para Vila da Terra e nem foram indenizados, além da destruição, foi construída uma “vala” no perímetro do lote dificultando o acesso. A partir desses indícios, pode-se afirmar que, a condução do processo de desapropriação e reassentamento das famílias consolidou, em tempo presente, o controle do território pela corporação e suas demandas por espaço e poder.

No que concerne ao reassentamento, o grupo empresarial tenta estabelecer o controle em Vila da Terra através de ações, discursos e proibições que limitam o exercício pleno/involuntário da construção de novas territorialidades pelos moradores. Uma ação simbólica e comunicativa consiste na existência de placas informativas das obras do grupo em toda a extensão das duas principais vias, na área de reassentamento e em todas as outras áreas já desapropriadas.

Outra ação de controle na vila consiste na presença constante de empresas de segurança terceirizadas e de rondas da Polícia Militar. Implantados sob o discurso de segurança pública, acaba por ‘mascarar’ uma estratégia de manutenção da “ordem” no local. As proibições tornam-se mais evidentes no contrato da empresa com os reassentados, onde muitas cláusulas do contrato de reassentamento dizem respeito à restrição de plantar, criar animais, construir benfeitorias de alvenaria e vender o lote.

Essa forma de controle contratual vem perdendo força no último ano, não se configurando mais como um fator limitante de ação para os reassentados. Os residentes mais antigos, já em Vila da Terra há dois anos, majoritariamente insatisfeitos, não

aceitam mais as proibições que os impedem de exercer as atividades relativas à sua reprodução social. Sendo assim, desrespeitando as cláusulas do contrato com a empresa, alguns lotes já contam com um pequeno número de animais e plantações incipientes, o que se constitui numa estratégia dessa população de se impor e usar efetivamente o lote. E, dessa forma, estabelecem, ainda de que maneira inconsciente, um controle do território, que se materializa numa tentativa embrionária de construção de uma territorialidade no novo local.

A mudança de postura dos reassentados pode ser atribuída ao fato de não terem recebido ainda o título de propriedade do lote, prometido em até seis meses após a mudança. Outro fator que pode ser atribuído a essa mudança de postura é que o ano de 2013 marca o fim do auxílio financeiro da empresa aos moradores mais antigos, que estão ficando sem nenhum rendimento mensal ou vivendo somente com aposentadorias e/ou auxílios governamentais. Essa postura é ratificada na medida em que, nas áreas de origem, muitas dessas pessoas eram consideradas pluriativas, ou seja, desenvolviam atividades agrícolas e não agrícolas que complementavam a renda. A inviabilidade dessas atividades em Vila da Terra se dá em virtude do isolamento da área em relação aos serviços de consumo, da baixa oferta de transporte público, da pouca interação entre os moradores e, principalmente, da baixa qualidade do solo, não permitindo que certos cultivos cheguem à fase de maturação e colheita.

A questão da redução da produtividade agrícola em solos de antigas áreas destinadas a atividade canavieira, como é o caso de Vila da Terra, está intrinsecamente ligada à contaminação do solo e dos recursos hídricos pelo vinhoto e à exaustão física, por exercício repetido de uma mesma atividade. No caso de São João da Barra, como em toda a região Norte Fluminense, essa questão é agravada por se tratar de uma atividade historicamente exercida desde o Brasil Colônia. Houve relatos de que a água no local é perigosa para consumo humano e que não é possível irrigar nenhuma plantação, pois, segundo os reassentados, trata-se de “água contaminada”.

No ponto de vista da corporação, portanto, todos os discursos e ações elencados se deram de maneira legítima, pacífica e satisfatória a todos os desapropriados. No entanto, como foi possível observar, os casos de satisfação foram pouquíssimos, perto dos inúmeros casos de desaprovação com a chegada do empreendimento ao município e com a forma de ação da empresa.

3.5.3. Pesca Artesanal

Tratar especificamente da pesca no município torna-se uma tarefa não tão simples. Primeiro ponto a ser abordado é o problema das estatísticas oficiais. Evidentemente assim como descrito no capítulo II, estamos diante de números defasados. Um segundo ponto é que muitos dos entrevistados não se descrevem como pescadores artesanais, mas, acessam a pesca para a subsistência e para vendas esporádicas semanalmente. Nesse sentido, as políticas públicas ou as compensações ambientais do complexo acabam não os contemplando.

Estudiosos apontam também que áreas de tradicional pesca artesanal são muito delicadas e quaisquer modificações, ou chegada de novo ator social, podem desarticular a atividade completamente. Especialmente em se tratando de atividades portuárias o cenário da pesca artesanal passa a se complexificar ainda mais. SILVA & RAINHA (2011:10) analisando a associação da atividade pesqueira tradicional com a portuária nos apresentam:

O pescador artesanal se vê obrigado a buscar novas áreas para exercer sua atividade. Porém, toda essa situação gera um grave problema devido, principalmente, aos poucos recursos que possuem, já que suas embarcações são pequenas e não tem estrutura para navegar em mar aberto. Por conseguinte, tais pescadores são obrigados a realizar suas atividades em áreas de fundo e próximas as margens da baía, ou seja, onde se encontra menores quantidades de pescado. Além disso, o aumento da concorrência entre os pescadores também merece devida atenção, pois estes, agora, têm que se concentrar em áreas menores e disputar “peixe a peixe” com seus companheiros de profissão.

O desafio de se compreender a emergência de novas territorialidades no grupo dos pescadores ainda é um desafio maior dos que os dois últimos grupos apresentados. A heterogeneização do grupo é muito maior e isso dificulta a compreensão do presente e as possibilidades, mesmo que simplistas, de prever cenários futuros. Mesmo assim, por todos os atuais conflitos entre a corporação e eles, merecem ser mais bem entendidos nesse contexto de alterações de múltiplas escalas que o município de SJB vivencia.

Um primeiro apontamento referente à corporação é a descrição desse grupo. Na página oficial do antigo grupo gestor (EBX), descreviam que a pesca artesanal seria mantida e perpetuada no contexto espacial, já que é importante geradora de postos de trabalho. Para esse fomento, medidas compensatórias, passaram a ser pensadas especificamente para o grupo, principalmente na localidade de Atafona. A única restrição mais severa, ainda de acordo com RIMA/DISJB e de divulgações oficiais da

empresa, é a exclusão de antigas áreas de pesca alegando periculosidade em virtude do trânsito de mercadorias e grandes embarcações.

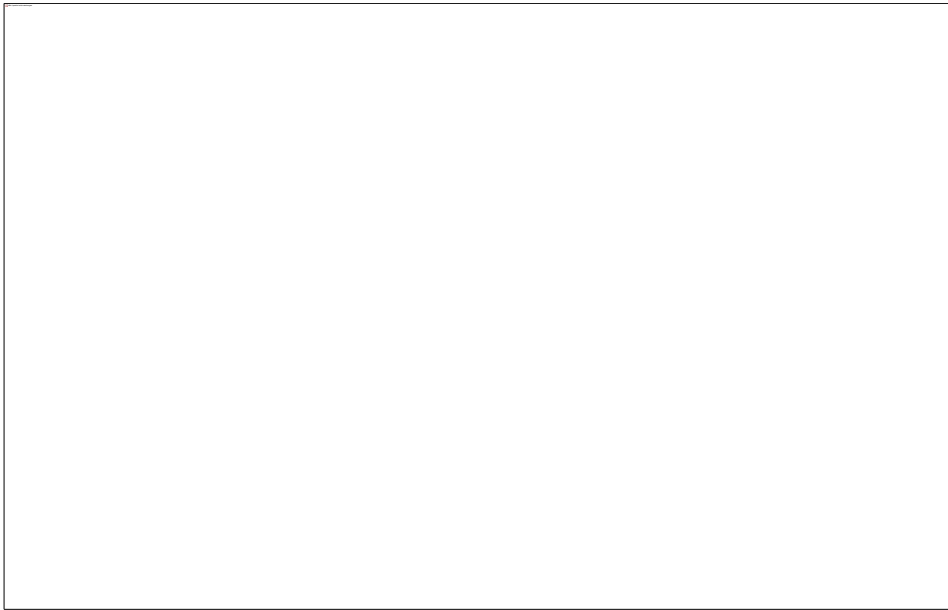
Uma forma de controlar os pescadores artesanais se deu por meio de reuniões periódicas com a diretoria da colônia de pescadores mais fortalecida de todo o NF, Colônia Z2, situada em Atafona/SJB. O que era dito pelos gestores do grupo, foi narrado posteriormente pelos próprios pescadores e nos foi apresentado através de atas e documentos dos acordos feitos entre as partes. O presidente da colônia, Sr. Willian Pereira³⁸, descreveu que a pesca artesanal em SJB “só perdeu com a chegada de empresa”. De acordo ainda com relato desse senhor, as promessas de melhorias foram muitas, mas que não se efetivaram.

Medidas compensatórias da construção do empreendimento são voltadas a esse grupo de pessoas, contudo, as mais importantes não saíram do âmbito de proposta. Quando questionados por representantes oficiais da empresa o que lhes interessava, os pescadores narraram suas principais demandas: a construção de um entreposto pesqueiro, com câmaras frias, fábrica de gelo e cais. Além disso, um centro de formação profissional para pescadores e seus descendentes, outra petição era a construção de “rampas reparadoras” dos barcos.

Tudo que foi pedido, no âmbito do discurso foi concedido, contudo, até o final do ano de 2013, pouco tinha sido efetivado. O centro de formação profissional foi construído no próprio terreno da sede da colônia (figura 18), amplo, arejado, mobiliado, está pronto para uso, entretanto, pelo não cumprimento da segunda parte do acordo, que era o envio de profissionais para ministrar os cursos, nunca foi usado. Nesse mesmo centro foi construído um anexo com um consultório odontológico e um consultório médico ambulatorial, pela não utilização, a colônia em reunião resolveu fornecer o espaço para que a própria Prefeitura de SJB alocasse profissionais e o material de uso diário. Contudo, mesmo a proposta sendo aceita pelo prefeito, representantes da colônia afirmaram que até a última visita (julho de 2010) o prédio continuava sem uso.

³⁸ Na ocasião da entrevista, o então presidente, solicitava a divulgação do seu nome, e por quatro vezes, solicitou-nos essa inclusão.

Figura 18: Centro de Formação Profissional na Colônia Z2- Atafona



Fonte: acervo pessoal do autor, captada em julho de 2010.

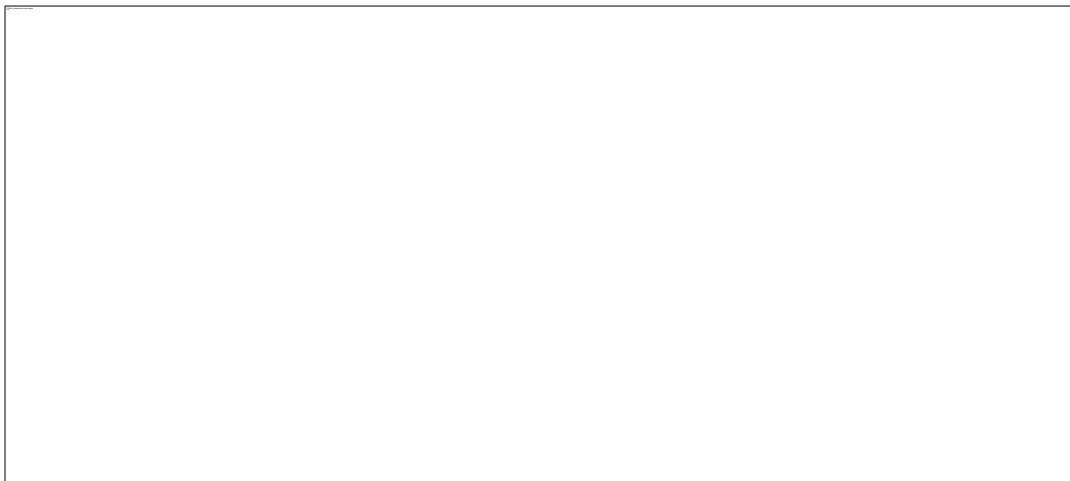
Ainda discutindo as dissonâncias nos acordos, temos a pauta mais polêmica na ótica dos pescadores artesanais do distrito, que é o projeto do entreposto pesqueiro e cais. Todos os ouvidos, associados ou não da colônia, elencaram esse projeto como o maior enclave ao exercício da pesca no local. A construção de um maior, mais funcional e legalizado entreposto pesqueiro é uma necessidade antiga em Atafona, por isso, antes mesmo da possibilidade de medida compensatória, a colônia tinha encaminhado a prefeitura um projeto, solicitando autorizações e possível apoio financeiro.

O entreposto é um espaço de uso coletivo, para um primário beneficiamento do pescado e condicionamento adequado, contando com uma pequena fábrica de gelo. A questão do condicionamento adequado é fundamental para a venda de um produto de qualidade e, no caso do gelo, o preço do pescado acaba aumentando pelo fato de terem de comprar as sacas. Se porventura conseguissem produzir seu próprio gelo, aumentariam seus ganhos e poderiam vender o pescado em condições de competir com as grandes empresas de pesca.

A partir dessas demandas todas, é que os gestores do empreendimento começam a articular essas possíveis medidas compensatórias, já que é judicialmente obrigada fazê-las. A empresa que representava o Grupo EBX, chamada Anglo American, tinha o papel de atuar como mediadora dessas ações e, segundo ainda os pescadores, a relação sempre foi boa, pacífica. Diziam que o diálogo era franco, aberto, e que isso possibilitou

ao pescador entender cada etapa, nesse momento conseguem o início da construção do entreposto pesqueiro (Figura 19).

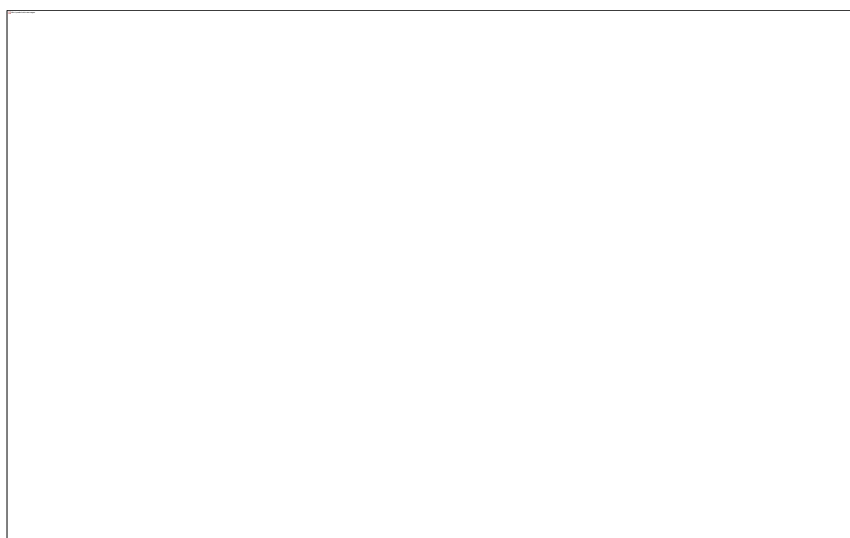
Figura 19: Construção do Entreposto Pesqueiro de Atafona/SJB



Fonte: acervo pessoal do autor, captada em julho de 2013.

A partir desse momento os pescadores destacaram que a relação piorou muito, a Anglo American saiu da mediação, as ações passaram a ser tratadas diretamente com o Grupo EBX, nunca mais foram ouvidos, ou sequer visitados. O projeto do entreposto foi amplamente modificado da promessa aos pescadores, acordado e assinado em 2008, previa possibilidade de embarque/desembarque de barcos de médio porte, áreas de abastecimento de caminhões, um espaço de beneficiamento e fábrica de gelo muito maior. Podemos observar sumariamente através do esquema abaixo (figura 20).

Figura 20: Esquema do Entreposto Pesqueiro de Atafona



Fonte: imagem parcial do documento de acordo entre as partes produzidos em 2008, captada em julho de 2013.

Outros projetos, como o de capacitação, beneficiamento de pescados e reparos navais, nada disso foi adiante. Contudo, a emergência de novas territorialidades a esse grupo especificamente, pode ser mais bem entendida, a partir dos conflitos de uso. O não cumprimento de medidas compensatórias é, sem dúvida, uma ilegalidade, mas, a mudança de territorialidades pretéritas, a partir dos conflitos de uso, como novos zoneamentos pesqueiros, é o que mais se sente negativamente, na ótica do pescador artesanal de SJB.

A territorialidade desse grupo se expressa fundamentalmente no mar, mesmo existindo acentuadamente a pesca de rio. Nesse sentido, ousou incluir nas definições de territorialidades até aqui apresentadas os territórios da pesca. Raffestin (1993) aponta-nos que são relações entre indivíduos mediatizadas nos territórios, donde incluem territórios da pesca. Os acordos, mesmo que de modo tácito, de usos, de distância entre barcos no ato da pesca, o tipo da pesca em cada estação do ano, eram historicamente mantidos. Com a mudança de uso em várias partes, destacando-se a proibição da pesca na Praia do Açú, houve uma desarticulação desses históricos laços e espaços da pesca.

O argumento pode ser entendido, quando na fala de doze pescadores de SJB, explicitamente apontaram que a proibição de pesca na Praia do Açú é o pior dos problemas desde a implantação do porto. Ainda de acordo com eles, essa parte oceânica sempre foi a melhor área da pesca do camarão, como dito anteriormente, boa parte do camarão consumido na urbe carioca é oriunda dessa região. Assim, podemos presumir que a implantação do porto tem raios de alcance maiores do que se pensa, incluindo a oferta de pescado da metrópole fluminense. Um entrevistado relata que o pescado que ele extrai, vende a um atravessador que revende para empresários em Vitória- ES, São Paulo-SP e para cidades que não soube dizer com detalhes no estado de Minas Gerais.

Outro ponto importante é a criação de que Acselrad (2002) denomina de “zonas de sacrifício³⁹”. Segundo o autor, são áreas em que são implantados grandes projetos com alto potencial poluidor, que por conta de questões locais, podem atrair outras empresas com características semelhantes. Sendo assim, criam-se espaços de exclusão com alto alcance poluidor, de modo que o projeto do complexo se enquadra nessa proposição desde sua gênese. Por conta da própria magnitude do projeto além dos

³⁹ Termo que se refere, ainda na ótica de ACSELRAD (2002), áreas geralmente composta de população de baixa renda, com forte risco ambiental, dentre outras negatividades, associadas ao potencial de atrair [pela concentração e pelos estímulos de determinados agentes políticos] mais empresas altamente poluidoras.

pescadores litorâneos, não podemos deixar de mensurar os efeitos nos pescadores, essencialmente dos sistemas lacustres atingidos.

O recorte espacial em questão conta com um grande número de lagoas e com parte do mais importante rio do estado, o Rio Paraíba do Sul, lagoas que desempenham um importante papel não só na configuração da paisagem, como também servem de base material ao sustento de inúmeras famílias que historicamente vivem da pesca. Os sistemas lagunares no contexto estudado apresentam ciclicamente a abertura de uma de suas bordas ligando-os com o mar, essa abertura propicia a entrada de água limpa no sistema e peixes. SUZUKI (1997) aponta o papel das lagoas no contexto espacial: fonte de pescado para sustento, fontes de água doce (em alguns casos) e também exercem um papel turístico, que incrementava a renda dos ali residentes.

O Complexo Lagunar Grussaí-Iquipari-CLGI, é um dos casos de antigas áreas de pesca que, em virtude da implantação do Superporto do Açú, não podem ser mais acessadas em boa parte. Tal informação dada pelos próprios pescadores em 2010 e 2011, quando questionados o porquê de tal proibição, reproduzem fielmente a fala do Grupo EBX alegando periculosidade de permanência. O impedimento se tornou aparente em 2012 quando foram instaladas guaritas de segurança e grades impedindo o acesso das pessoas de segunda à sexta feira ao complexo lagunar, seja para as atividades de pesca ou para o lazer. A revolta dos pescadores é aparente, a corporação, legitimada pelo Estado, conseguiu em uma ação anular uma atividade historicamente localizada, tendo implicações no modo de vida dessas pessoas.

Não podemos, a partir do exposto, pensar que os pescadores estão de forma passiva frente às ações das corporações. Assim como no caso dos agricultores familiares, desde o início do descontentamento, se articularam com a diretoria da Colônia Z2, que conta com uma filial no Açú, e passaram a reivindicar suas pautas: direito a pesca no mar, revisão do zoneamento, o cumprimento das medidas compensatórias legais e a permanência da atividade pesqueira no município. Nesse sentido, estiveram junto a Alerj em audiência, com representantes do INEA, do Ministério da Pesca, cobrando fiscalizações. Na ocasião foram prometidas visitas técnicas e prometido à parceria Governo Estadual e a “causa” dos pescadores, de fato vistorias ocorreram, mas os problemas elencados, segundo os pescadores não se resolveram.

Outra forma de afetar as obras do complexo foi descrita por alguns dos entrevistados. Realizaram dois protestos fechando a entrada marítima das obras do

porto, barcos médios de pesca foram com lotação máxima de pescadores partindo de Atafona. Nas duas ocasiões houve repreensão por parte da marinha e por seguranças do complexo, o intuito era pressionar e dar visibilidade a diminuição do pescado desde as dragagens que ocorrem na área do porto, que segundo eles, esse processo tem expulsado muitas espécies de peixes.

Por fim, e não menos importante, reproduzo uma fala que sintetiza alguns pontos da explanação e carece de reprodução fiel e total:

O futuro do pescador será complicadíssimo, só teremos ajuda se for do papai do céu [...] desde os nove anos de idade sou pescador, meu pai e avô eram pescadores aqui e aqui morreram, hoje tenho 52 anos de idade e só sei fazer isso, criei meus filhos e já tenho até neto. Não vejo futuro da pesca, quem pescava de 'caída' [pesca de rede ou de arrasto] em alto mar não pode mais, pro pequeno então pior. 90% dos pescadores aqui são analfabetos, sem a pesca que vão fazer? Esse pessoal do porto está acabando com os espaços de pesca e pior antes de funcionar, por conta dessas obras, já não se encontra mais o peixe imagine quando funcionar? Em geral esse porto vai afetar muitos seres humanos, o peixe é alimentação! Agora você me diga: sem peixe, sem pescador, estou errado? Pescador artesanal de SJB em julho de 2010.

3.5.4. Alterações no Ambiente que Impõem Novas Territorialidades

Apesar de não ser diretamente objeto de estudo dessa proposta de pesquisa, é impossível ignorar a existência de inúmeras ações ambientalmente duvidosas do grupo empresarial que têm sido destacadas pela população, como mais uma forma de conflito entre a população e os gestores. Trata-se de questões ambientais de grande influência na vida dos ali residentes, possíveis impactos que já estão sendo narrados desde o ano de 2011, e que, repetidamente, surgem como grandes problemas a serem enfrentados pela sociedade civil no presente.

O primeiro desses impactos são as alterações na disponibilidade hídrica na região como um todo, pescadores artesanais, alegam que pela captação de água e retificação de rios em SJB, estão impedidos de pescar não só pela baixa oferta de

matéria prima, como também pela redução da navegabilidade. Um ouvido relatou que áreas que tinham cinco ou seis metros de profundidade hoje não superam os oitenta centímetros.

Segundo, e já apontado pela mídia, é a salinização das terras no quinto distrito, em 2010, em entrevista, a Prof.^a Marina S. Suzuki (UENF), já nos alertava da salinização de áreas de agricultura familiar no município. A partir desses estudos e outros realizados desde então no Laboratório de Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Norte Fluminense, confirmou-se, através de análise temporal, um processo de salinização acentuadíssimo no município, incluindo as águas distribuídas pela concessionária de água no local.

Nos campos, a partir das falas de mais de quinze agricultores, além da diretoria da ASPRIM, a salinização foi evocada no discurso. Agricultores afirmaram que perceberam tal processo, mediante o gado não conseguir ingerir a água dos córregos e quando perceberam que nem a produção do abacaxi estava suportando os níveis de salinidade do solo. O canal do Quitunguti é o que mais foi afetado por essa mudança físico-química da água.

Outra desconfiança por parte dos atingidos, e que foi destacada por quase todos os ouvidos, que a dragagem e deposição de areia salgada e muito úmida, em regiões de espelho d'água, é uma estratégia da corporação para expulsar os resistentes. Uma espécie de guerra, ou até daquilo que correntemente usa-se no presente uma espécie de “expulsão branca”. Noêmia Magalhães, proprietária de um sítio no quinto distrito (Sítio do Birica), e hoje, uma das pessoas que tem representado o movimento dos agricultores familiares, na mídia, nas audiências públicas, dentre outros espaços, afirma que essa suposição é verdadeira, pois “sem água, quem vive? Como irriga a produção e como abastece o reservatório dos animais?”.

O Ministério Público foi acionado mais de uma vez a respeito dessa temática, e a partir dessas mensurações conseguiu embargar as obras do empreendimento e exigiu dos órgãos competentes a fiscalização e aplicação de multas. Trabalhos como os do Prof.^o Sofiatti (2012-2013), além da divulgação em sua coluna no Jornal Folha da Manhã de Campos, apontam os inúmeros problemas ambientais desencadeados por essa aglomeração de empreendimentos altamente degradantes reunidos, como é a proposta do Superporto do Açú. Para esse mesmo autor, existe uma grande possibilidade que questionamentos a respeito dos estudos e relatórios de impacto ambiental EIAs-RIMAs, além disso, o próprio licenciamento feito pelo INEA carece de revisões.

Outra questão se apresenta: mesmo aqueles agricultores e pescadores não removidos, podem e estão sendo afetados negativamente por esse processo de salinização. Relatos de agricultores de fora do quinto distrito, que se enquadram na categoria de familiares, relataram que perderam suas produções e animais e não sabem como corrigir essa concentração de sais no solo, se é que isso é capaz. Nesses casos, para a continuidade do exercício da atividade, terão de se mudar para outras áreas, implicando também no que denominei como territorialidades involuntárias.

Estudos de Impacto de Vizinhança-EIV são obrigatórios em grandes projetos de construção, contudo, nenhum EIV foi encontrado durante o levantamento da pesquisa. Tal estudo e, posteriormente, um documento, poderiam fornecer pistas do alcance espacial dos empreendimentos, dessa forma, poderíamos notar a emergência de novas territorialidades em áreas espacialmente mais distantes.

Outro impacto ambiental que possivelmente afugentará os que resistirem em suas terras é a construção de uma usina termelétrica a carvão no complexo. Segundo descreve CRUZ (2011), tal investimento é extremamente condenável por seu poder poluidor, no presente. Na Europa existem proibições diversas a construção desse tipo de termelétrica, de modo que o projeto do Açúcar configura-se em um retrocesso paradigmático mundial. De exemplo de modernidade, tem se configurado como grande junção de velhos erros da humanidade, desde o ambiental, até econômico e social.

Encerrando o capítulo, rever parte dos principais conceitos norteadores da discussão é uma oportunidade de retirar o problema da pesquisa do âmbito do discurso e trazê-lo à luz da ciência. A fim de mitigar interpretações deturpadas e subsidiar a pauta, revisitamos o que se entende por territórios, territorialidades humanas e desenvolvimento. Além disso, observar a emergência de novas territorialidades, especificamente nesses três grupos, tona-se um desafio incompleto no presente trabalho, por conta de estarmos em um processo em curso.

Reconhece-se com isso, que a temática do presente capítulo carece de maior esforço reflexivo, principalmente após julho de 2013, onde todo o projeto perde a configuração, por conta da possível derrocada do grupo gestor. A incerteza narrada nos capítulos anteriores persiste, a possibilidade de novas remoções não está descartada, a pesquisa encontra-se aberta. Com as falas e tudo que foi até aqui apresentado, encerro com a reprodução da fala de um dos pescadores ouvidos: “desenvolvimento é tirar nosso emprego e sustento?”.

Considerações Finais

O estado do Rio de Janeiro vivencia um momento peculiar em sua história mediante a retomada de grandes investimentos públicos, privados e parcerias público-privadas. Tais investimentos caracterizam-se pela grandiosidade e pelas alterações paradigmáticas de planejamento, gestão urbana e metropolitana, e tem sido responsáveis por reorientar novos investimentos.

Especificamente a região NF, segunda maior região na alocação de investimentos industriais, tem experimentado profundas transformações. Sua história é intimamente atrelada aos processos de ordenamento territorial oriundos de suas principais atividades: pecuária e agricultura, produção de cana de açúcar, olarias e, mais recentemente, a partir das décadas 1970 e 1980, a prospecção petrolífera na Bacia de Campos. Com as devidas especificidades, as atividades anteriormente descritas são responsáveis por caracterizar os territórios do presente, a partir de aspectos como: a configuração e a dinâmica populacional, arranjo interno das cidades, articulações político-partidárias, e municipalizações recentes.

O setor sucroalcooleiro foi um dos principais elementos de caracterização regional, já que além dos canaviais e todas as demandas oriundas da atividade, foi responsável pela inserção da indústria no contexto espacial. A força desse setor associado a um crescimento da produção de açúcar e álcool trouxe a região uma série de questões como: estímulo de migração de mão de obra, periferação das cidades, um fortalecimento das elites canavieiras, que por décadas atuam de certa forma com enclave a implantação de novos investimentos e por tentar através de pressões aniquilarem espaços de agricultura familiar com a monocultura da cana.

Por décadas o setor contou com grandes subsídios e investimentos dos governos, incluindo grandes aportes financeiros voltados à modernização do parque industrial. Fato que, aliás, é amplamente discutido na literatura como um dos agentes de maior impacto na região, já que detentora desses recursos, além das influências com os governos, passou a centralizar em Campos os centros de decisão regional, incluindo uma construção de uma elite política nos municípios. Com descrito, muitos autores apresentam que esse fortalecimento do setor se deu em detrimento de outros setores, que se fomentados fossem, poderiam dinamizar a economia regional e abrandar o poder dessas elites.

A partir da descoberta de petróleo na Bacia de Campos, da implantação da base continental da Petrobrás na década de 1970 em Macaé, os processos de ruptura com a atividade anterior acentuam-se. Isso se deu concomitantemente ao declínio do setor sucroenergético também na década de 1980, em que a existência era condicionada pelos incentivos federais. Outro importante fator que modelou o contexto espacial foi a promulgação da ‘Lei do Petróleo’ (Lei 9.478 de 06 de agosto de 1997), que atribui um aumento da alíquota básica dos *royalties*, de 5% para 10%, além de novas definições para o cálculo de cobranças municipais. Nota-se desde então, que em curto período (em anos), municípios, que na hierarquia urbana, estavam longe exercer qualquer centralidade e longe dos processos decisórios estaduais passam a serem novos agentes por sua polarização de riqueza.

Até esse momento da história, boa parte dos municípios do NF estava à margem na alocação de recursos públicos, uns exerciam uma incipiente função de balneário, outros eram predominantemente voltados à produção leiteira, tinham instaladas pequenas indústrias, e como já mencionados, tratados enquanto ‘problema’. Posteriormente, passaram a ter destaque no cenário nacional e polarizar riqueza. Evidentemente, não estamos propondo que por serem municípios detentores de divisas significativas que os problemas sociais e de distribuição de renda não existiam. Concentração de riqueza e grandes PIBs não significam distribuição horizontal de recursos e promoção social dos cidadãos. Autores, já mencionados, inclusive relatam o paradoxo regional, onde se veem altos PIBs, concomitantemente, são municípios em que perpetuam-se maiores índices de indigência e menores IDH do estado.

A partir dos anos 2000 a região passa por novas mudanças, dessa vez, na alocação de investimentos industriais de grande porte, reflexo também de uma mudança paradigmática na orientação estadual. Associada a essa nova configuração, incontáveis obras públicas de grande porte também começam a ser materializadas naquela fração territorial. É válido destacar que ao longo de todos esses processos a agricultura familiar e a pesca artesanal resistiam bravamente a variações de orientação econômica e aos processos até aqui citados. De acordo com dados fornecidos pelo IBGE, SJB era caracterizado por um município onde predominavam pessoas ocupadas nas atividades primárias: pecuária e agricultura, sendo em concomitância com a administração pública os maiores aportes de pessoal ocupado (legal ou ilegal) no município.

Para além, SJB já era reconhecidamente um importante produtor de maxixe e quiabo, tendo destaque no cenário estadual com essas produções, além das produções de

cocos, bananas, abacaxis, e pescado. A partir de 2007, em que o projeto do Superporto começa a ser materializado no município, essa configuração passa a sofrer novos processos de ruptura e novos agentes passam a conflitar nesses espaços.

Áreas voltadas essencialmente a produção de alimentos, predominantemente através da agricultura familiar, e voltadas à pesca artesanal, passam por um processo de aniquilação (i)material em favor de um projeto de investimento exógeno, inserido em uma lógica de desenvolvimento externa – evidentemente econômica. O processo em curso reflete o ideário de que o território é apenas a base material das ações, nesse caso ações predominantemente corporativas.

Uma das intervenções mais diretas aos territórios da agricultura familiar é a remoção de famílias, principalmente no distrito de Pipeiras/SJB. O processo que é acompanhado desde 2010 tem sido pauta corrente desde que os problemas associados a esse tipo de intervenção foram apontados por pesquisadores e pela mídia. Outras alterações espaciais podem ser destacadas nesse contexto: a refuncionalização dos espaços e intervenções urbanas oriundas do processo de instalação do empreendimento também tem afetado diretamente a agricultura e pesca no local.

Notadamente como mais uma informação trazida nessa pesquisa temos a relação entre Estado e corporações. Muitas obras, principalmente de infraestrutura e logística que tem sido feitas pelo Estado são demandas das corporações que ali estão sendo implantadas. Em entrevista informal com um dos funcionários do Grupo EBX, foi dito que a duplicação da BR101 e da construção da Estrada Translitorânea foram demandas do Grupo EBX. Assim sendo, podemos concluir que quem realmente tem planejado/modelado o espaço do NF são as corporações, e cabe ao Estado a criação prévia de estruturas que facilitem o exercício pleno do capitalismo nessa fração do território fluminense.

Como em qualquer intervenção nos territórios de tamanha grandeza o projeto do Superporto do Açú tem sido responsável pelo desencadeamento de inúmeros problemas que afetam negativamente centenas de famílias. Além das remoções, que por si só, são temas extremamente delicados, outros problemas perpassam por questões legais: não cumprimento de medidas compensatórias e o não pagamento de indenizações, problemas ambientais comprovados por diferentes pesquisadores: intensificação da salinização do lençol freático, impactos de vizinhança, destruição da maior restinga preservada do estado, dentre outros.

Especificamente tratando da agricultura familiar no município estamos diante de um grupo considerável de indivíduos que tem obrigatoriamente alterado sua forma de reprodução social a partir da implantação do complexo. Tal processo tem deflagrado a emergência de novas territorialidades nos seguintes aspectos: o primeiro e já tratado é a remoção das famílias. A prerrogativa de trocar terra por outra não se aplica nos espaços da agricultura familiar do município. A relação com a terra e a centralidade da família na gestão do lote são prerrogativas fundamentais para a perpetuação das atividades as próximas gerações. Agricultores relatam que o solo de sua propriedade era distinto, não tinham problemas com abastecimento de água, que por estarem historicamente fixados tinham suas produções de subsistência garantidas. Além disso, aspectos imateriais como relações de parentesco, vizinhança, e com os compradores estão sendo completamente aniquilados.

Nos relatos de agricultores ainda passíveis a desapropriação, nota-se além do medo, incerteza e revolta, uma associação direta da perda do passado. A relação com os antecessores e as terras da família foi evocada centenas de vezes, um caso que chama atenção e exemplifica o argumento, de perda imaterial, é a fala de um agricultor afirmando que seus avós estão enterrados na propriedade e de que maneira se construirá esse tipo de relação na área de reassentamento? Evidentemente essa é uma pergunta sem resposta.

Outro resultado, que é expresso na territorialidade, é o controle por parte da corporação de caso a caso dos possíveis removidos e dos que já foram removidos. A primeira forma de controle foi feita através de um recenseamento realizado no quinto distrito por parte do Grupo EBX. Agricultores relatam que funcionários da empresa adentravam aos lotes, faziam medições topográficas, listavam os bens visíveis, como também descreviam a propriedade – tipos de produção, número de arbóreos, rasteiros, animais. Assim sendo, quando os responsáveis pela CODIN e EBX chegavam informando a desapropriação, já traziam em mãos o valor do acordo.

O controle também se expressa através de rondas de seguranças pelas áreas do entrono das obras, e também em estradas vicinais. Em todas as oportunidades de trabalho de campo nos deparávamos com carros de segurança privado com pelo menos dois funcionários em seu interior. Os próprios agricultores relataram que as rondas acontecem vinte e quatro horas por dia, e que se sentiam intimidados por essas pessoas.

Uma maneira de influenciá-los, que é também uma estratégia da territorialidade, é a promessa de vida melhor a quem aceitar negociar com a empresa. Dessa forma,

associado ao controle por intimidação dos inúmeros seguranças, muitos agricultores descrevem que quase aceitaram. Em visita a reunião dos associados da ASPRIM as instruções da diretoria era para que não tivessem medo, já que eles não fizeram nada errado perante as leis vigentes, pediam para que os agricultores resistissem, e que não assinassem nenhum documento como forma de se resguardarem de ações de desapropriação.

Notava-se um esforço coletivo de auxílio dos integrantes da associação mediante a chegada de notificação de desapropriação a um dos companheiros. Palavras de agradecimento foram narradas na oportunidade, em que agradeciam ao apoio dos companheiros e pelo apoio jurídico que era fornecido pela associação. Podemos afirmar pelos relatos que o movimento tem conseguido se articular, e principalmente resguardar alguns desses agricultores, que sozinhos não teriam muitas ou nenhuma chance de enfrentamentos. Como qualquer movimento social possui elementos ainda a serem tratados na estrutura da diretoria, e novas pautas de enfrentamento precisarão ser elaboradas em virtude dos recentes acontecimentos na construção do complexo.

Tratando dos já reassentados em Vila da Terra, a emergência de novas territorialidades são mais bem visíveis por se tratar de um universo menor. Com relação ao controle como forma da territorialidade imposta pela corporação, temos vários elementos: o primeiro é a presença constante de vigilantes e de uma patrulha da PMERJ na entrada da área de reassentamento. Em duas oportunidades de visitas houve uma abordagem pacífica dos seguranças e policiais questionando o motivo da visita, de onde viemos e a quem nós representávamos. Nas demais visitas esse controle foi menos rígido, mas ainda presente.

Apenas a presença da segurança intimida a maior parte dos reassentados, muitos diziam que não pretendiam se envolver com a ‘polícia’ (em se tratando não só da PM como também dos seguranças). Assim sendo, a Vila da Terra se apresentou como uma espécie de detenção, onde os indivíduos, pelo medo, limitavam-se nas suas ações individuais e coletivas. Uma assentada implicitamente relatou que não participou de uma festividade promovida pela CODIN na Vila da Terra por conta do medo de relações com esses funcionários da segurança. Em suma o disciplinamento pelo exercício da coação é bastante perceptível e apenas esse aspecto poderia ser bem mais entendido com o transcorrer das ações e em pesquisas futuras.

Uma estratégia de afetar e controlar a população reassentada são um conjunto de normativas elaboradas pela CODIN e EBX, segundo relato de todos os reassentados na

vila, que os restringe ao exercício da territorialidade. O impedimento de cultivarem qualquer planta arbórea era uma crítica corrente por parte dos moradores até fevereiro de 2013. Em julho essa proibição, foi repensada, já que muitos dos reassentados enfrentaram a representante da CODIN, que tem uma base instalada na vila, e iniciaram plantios. Ou seja, a partir da mobilização, teoricamente, conseguiram regressar ao exercício da atividade que os caracteriza enquanto grupo.

Contudo, a vila tem um problema de caráter ambiental, que restringe essa inserção da agricultura. Como se trata de uma antiga área de canavial, muitos reassentados apontaram que o lençol freático é contaminado por ‘vinhoto’, restolho do processo de produção de cana, altamente contaminante e que restringe o crescimento de muitas espécies. Uma moradora relata que ao guardar água de um poço que ela mesma construiu, notou na água armazenada uma mudança cromática de transparente para a cor azul, além disso, o odor é notadamente desagradável.

Essas afirmações puderam ser bem vistas em alguns dos lotes, plantações de pimentões e quiabo secavam antes mesmo da maturação do produto. Em julho cada reassentado foi contemplado, não se sabe o porquê, com um caminhão de adubo por lote. Além disso, puderam iniciar plantações não arbóreas e criar pequenos animais.

Outro elemento do ‘bojo’ dessas normativas que restringem o exercício da territorialidade por parte dos agricultores, é a impossibilidade de construir qualquer cômodo, garagem, extensão da moradia de alvenaria. Até julho de 2013 não se podia erguer nenhuma parede, e os que infringiram essa norma, foram abordados e a construção foi destruída por funcionários do Grupo EBX. Essa restrição diz respeito à situação jurídica das terras onde foi construída a vila, relatos apontam que essa área está em processo de reintegração de posse por seus antigos donos, por isso os reassentados ainda não possuem a titulação regular das terras e nem podem construir nenhuma benfeitoria nos lotes, o que se caracterizaria como “usucapião”.

Todos esses argumentos refletem uma imposição ao exercício pleno das territorialidades dos ali reassentados. Não estamos, contudo, descrevendo que os mesmos estão alheios a todas essas imposições e restrições. Muitos agricultores no intuito de se estabelecerem nos lotes, infringiram algumas dessas normas, alguns iniciaram a plantação de cocos, quiabos, ou plantaram espécies arbóreas visando fruto e sombra, já que uma crítica é o forte calor sem locais com sombras.

Outra forma dos reassentados se afirmarem territorialmente é a busca, por parte de dois deles, de recuperação da atividade pretérita. Um senhor que além de agricultor

familiar era também mecânico de automóveis, reiniciou seus trabalhos na Vila da Terra, mesmo sendo proibida a introdução de pequenos comércios ou prestação de serviços no local. Na ocasião da última visita ele descreveu que está de maneira ilegal, mas como realizava as atividades concomitantemente, precisa do incremento de renda oriundo da mecânica para a sobrevivência da família.

A utilização de marcas na paisagem como exercício da territorialidade, informando aos ali residentes, quem está no controle, assim como nas áreas desapropriadas e passíveis de desapropriação, é também a utilização das placas da corporação. Na entrada da Vila da Terra uma grande placa informa os responsáveis pela obra, os valores das obras, e os 'incrementos positivos' na vida dos ali reassentados. Paradoxalmente, quando paramos para ouvir as histórias, e principalmente o que lhes destituíram, o que se percebe é um sentimento que funde luto e revolta. Dois casos de tentativa de suicídio ocorreram com moradores da vila, segundo uma moradora, ela mesma, tentou suicidar-se por duas vezes.

Surpreendentemente temos casos de satisfação com o reassentamento. Como dito, os que eram famílias conviventes nos lotes dos pais, e que passaram a serem donos de um lote, em geral, apresentavam-se satisfeitos, elencando apenas a distância de parentes, amigos, comércio e serviços como ponto negativo. Mediante a ameaça de nova desapropriação, pelo litígio das terras, o transcorrer desse processo de reassentamento involuntário gerará, sem dúvidas, muitas outras questões e conflitos que precisarão ser mais bem trabalhados: como ficarão as famílias que estão atualmente residindo nessa localidade? Sofrerão novo processo de desapropriação e consequente nova realocação involuntária com todas as dificuldades inerentes? Quais são as possibilidades de articulação efetiva dos envolvidos, frente a essa nova possibilidade de desapropriação? Como se darão os processos de construção de novas territorialidades desses indivíduos?

Apresentando o caso específico dos pescadores artesanais de SJB o desafio mais complexo de análise é a necessidade de reestruturação total da atividade por conta dos novos zoneamentos pesqueiros. Esse grupo em especial, apresentou notória preocupação com o futuro da pesca, já que relatam diminuição do pescado, e a proibição de pesca e trânsito de embarcações de pequeno e médio porte em partes da costa. A territorialidade desse grupo se expressa na relação social entre indivíduos mediatizadas nos territórios da pesca. Inclui-se nesses territórios o principal rio, as lagoas e principalmente o mar.

O grupo apesar de uma distância maior do empreendimento possui tantos reflexos negativos quanto os agricultores familiares, evidentemente com suas devidas proporções. A preocupação parte do pressuposto que se as principais áreas de pesca do camarão no município não podem ser mais acessadas, dessa forma um questionamento ainda permeia: como conseguirão sobreviver e qual será o futuro da atividade? Perguntas também sem resposta.

Os pescadores artesanais de modo lúcido descrevem a necessidade de implantação de políticas públicas eficientes que os ampare nesse momento, além disso, questionam o licenciamento do INEA, já que um dos responsáveis pelo órgão em visita a Atafona, tinha prometido embargos ao zoneamento pesqueiro proposto pela corporação. Uma forma de controlá-los é num primeiro momento se aproximando da Colônia Z2 e construindo o centro de formação educacional. Notícias recentes oriundas dos interlocutores da pesquisa, apontam para a baixa durabilidade da construção com vazamentos e rachaduras nas paredes, mesmo antes do uso já apresenta problemas estruturais.

Essa estratégia de controle não foi eficiente, os gestores da corporação encontraram em Atafona, e em todo o município, a maior parte dos pescadores articulados com a colônia e bem mais coesos enquanto movimento, do que os agricultores familiares que tiveram de se reunir mediante a emergência dos conflitos. O grupo dos pescadores então fiscalizaram as obras, navegavam frente ao complexo verificando os avanços da obra, fecharam o canal de acesso ao porto por duas vezes, e conseguiram audiências na Alerj onde expuseram os problemas, o não cumprimento das medidas compensatórias.

Outro ponto de articulação dos pescadores foi no próprio município, dois vereadores da oposição firmaram apoio à causa, e na medida do possível tem demonstrado, não se sabe com que intencionalidades, repúdio a situação entre a corporação e aos pescadores artesanais. De fato tal associação não parece ter produzido maiores resultados benéficos aos pescadores, principalmente após a morte do Sr. Willian Pereira, então presidente da colônia, essas relações esfriaram-se.

Analisando o que até aqui foi exposto muitas outras indagações emergiram no transcorrer da pesquisa. A primeira e mais acentuada é como podem os atingidos por uma obra de tal magnitude, ainda em curso, se articularem contra a implantação do empreendimento ou mitigarem os reflexos de tais ações? Para além: qual será a

capacidade de articulação dos movimentos sociais visando à continuidade dos modos de vida e de suas relações sociais mediatizadas nos territórios?

O quadro de questionamentos é ainda bem amplo, se as estatísticas oficiais não refletem a totalidade do lugar, como propor e implantar políticas públicas ou medidas compensatórias que de fato contemple-os? Quais instrumentos poderiam ser usados no intuito de corrigir ou minimamente precisar os impactados, que até o presente encontram-se invisíveis?

Se boa parte do camarão, maxixe e quiabo consumido no estado é oriundo dessas áreas, como afetará a oferta do produto e o valor do camarão em curto, médio e longo prazo? Quais as intervenções que garantiriam a perpetuação da agricultura familiar no município? O projeto de desenvolvimento ali desenhado será sustentado a longo prazo? Em conjunto são questões que carecem de maior esforço analítico a partir da alocação de um novo grupo gestor que tem fomentado a chegada de novas empresas.

Naturalmente, por se tratar de um processo ainda em curso, a presente pesquisa não poderia contemplar cada um desses impactos com riqueza de detalhes. E mesmo os que refletem diretamente na vida dos pescadores artesanais e agricultores familiares, que foram já tratados, são apenas parte integrante de uma complexidade. Dessa forma, a pesquisa encontra-se em possibilidade real de continuidade.

Outros processos conflituosos engendram-se na região, que perpassam a conflitos agrários, ambientais, sociais, e econômicos. Assim sendo, estaríamos sendo pretensiosos e levianos se delimitássemos aqui o esgotamento total da temática ao final da pesquisa. Entender as intencionalidades do capital sobre o município de São João da Barra- RJ e que implicações isso trará na construção de territorialidades dos indivíduos é ainda uma grande proposta que possivelmente possa ser enriquecida com o acontecimento de novas ações.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. De “bota-foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: *Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Relume, 2004 p.07-18.

ALMEIDA, A. W. B. Refugiados do Desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: *Revista Travessia*, n. 25, p.30-35. São Paulo, 1996.

ARRUZZO, R.C. *Construindo e Desfazendo Territórios: as relações territoriais entre os Paresi e os não-índios na segunda metade do século XX*. Tese do Doutorado PPGG/UFRJ, 2009.

BARBOSA, P. P. B. de C. A Constituição de uma Periferia em Face da Modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na região Norte Fluminense. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (orgs). *Revisitando o Território Fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003]

BERNARDES, J. A. *Cambios Técnicos y Reorganización del Espacio en la Región Azucarera Norte Fluminense*, Brasil. Tese de doutorado, Universitat de Barcelona, UB, Espanha, 1993.

BRANDÃO, C. Teorias, Estratégias e Políticas Regionais e Urbanas Recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, nº107. Curitiba, 2004.

_____. *Território & Desenvolvimento As Múltiplas Escalas Entre o Local e o Global*. Campinas, Editora UNICAMP, 2007.

CASTRO, N. de. Os Desafios da Regulação do Setor de Transporte no Brasil In: *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 2000.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo In: *Territórios Globalização e Fragmentação*, SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. [orgs.], ed. Hucitec, São Paulo, 1994.

CRUZ, J. L. V. *Projetos Nacionais, Elites Locais e Regionalismo - desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense*. Tese de doutorado IPPUR-UFRJ, 2003.

_____. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). In: PESSANHA, R. & SILVA NETO, R. [orgs.]. *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. Ed. WTC, Campos dos Goytacazes- RJ, 2004.

_____. *Brasil, o desafio da diversidade: experiências de desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro, Editora Senac Nacional, 2005.

_____. Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no norte fluminense. In: CARVALHO, A.M. & TOTTI, M.E.F. Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2006.

_____. Os Desafios do Norte e do Noroeste Fluminenses Frente aos Grandes Projetos Estratégicos. In: *Vértices*, v.9, n.1/3. Cefet, Campos dos Goytacazes, 2007.

_____. Fragmentação, Seletividade e Exclusão: Impactos dos Novos GPIS no Norte Fluminense. In: *Anais XIII Enanpur*, Florianópolis, 2009.

_____. Grandes Investimentos e a Reestruturação do Espaço Regional no Norte Fluminense. In: *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, IPEA*. Rio de Janeiro, 2011.

DA SILVA, J.G. Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. In: *Revista de Estudos Avançados*, nº15 (43), 2001.

DIAS, L. C. & FERRARI, M. Territorialidades Humanas e Redes Sociais. Florianópolis, Editora Insular, 2011.

GIVISIEZ, G.H.N. et al. Educação e Cidades Médias: a nova centralidade de Campos dos Goytacazes-RJ In: *Anais do II Simpósio Internacional Sobre Cidades Médias*. Uberlândia, 2006.

HAESBAERT, R. & PORTO-GONÇALVES, C.W. A Nova Des-ordem Mundial. São Paulo, Editora UNESP, 2006.

HAESBAERT, R. Concepções de Território Para Entender a Desterritorialização In: *Território, Territórios ensaios sobre o ordenamento territorial*, SANTOS, M.; BECKER, B. et al. Ed. Lamparina, Rio de Janeiro, 2011. 3. Ed.

KURY, K.; et al. O Entendimento da População de São João da Barra Sobre a Influência do Mega-Empreendimento do Complexo Portuário e Industrial do Açú em Seu Cotidiano. Anais V Encontro Nacional da Anppas (eletrônico), Florianópolis-SC, 2010.

MARAFON, G.J. & RIBEIRO, M.A. Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão do Passado aos Desafios do Presente. Rio de Janeiro, Editora Gramma, 2011.

MARTINS, G.R. *Disputas Por Legitimidade em Torno dos Grandes Projetos de Investimento: uma análise do processo de criação do Superporto do Açú em São João da Barra-RJ*. Dissertação de Mestrado, IPPUR/UFRJ, 2013.

MONIÉ, F. & SILVA, G. [orgs.]. A Mobilização Produtiva dos Territórios Instituições e Logística do Desenvolvimento Local. Dp&A, Rio de Janeiro, 2003.

MONIÉ, F.; VIDAL, S. *Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva*. Revista de Administração Pública. Vol. 40.ano 6. RJ, Nov/Dez. 2006.

MONIÉ, F. Globalização, Modernização do Sistema Portuário e Relações Cidade-Porto no Brasil. In: *Circulação, Transportes e Logística diferentes perspectivas*. Márcio Rogério Silveira (orgs.), Outras Expressões, São Paulo, 2011.

MONIÉ, F. & LEITE, A. Desenvolvimento Portuário Industrial e Conflitos Territoriais- O Caso do Porto do Açú, São João da Barra. In: *Revista Petróleo, Royalties & Região – Ano XI, nº 42*. Campos dos Goytacazes, 2013.

MOREIRA, R. O Espaço e o Contraespaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: *Território, Territórios ensaios sobre o ordenamento territorial*, SANTOS, M.; BECKER, B. et al. Ed. Lamparina, Rio de Janeiro, 2011. 3. Ed.

NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas) In: *Territórios Globalização e Fragmentação*, SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. [orgs.], ed. Hucitec, São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. *Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense*. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de PósGraduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

ORTIZ NETO, José Benedito. COSTA, Armando Dalla. A Petrobrás e a exploração de Petróleo *Offshore* no Brasil: um approach evolucionário. In: *Revista Brasileira de Economia*. v. 61, n. 1, pp.95-109, jan-mar, 2007.

PAGANOTO, F. *Mobilidade e Trabalho em Macaé/RJ, a “Capital do Petróleo”*. Rio de Janeiro: PPGG: UFRJ, dissertação de mestrado em geografia, Rio de Janeiro, 2008.

PECQUEUR. B. O Desenvolvimento Territorial: uma abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. In: *Raízes, Vol.24*, Campina Grande, 2005.

PESSANHA, R. & SILVA NETO, R. [orgs.]. *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. Ed. WTC, Campos dos Goytacazes- RJ, 2004.

PIQUET, R. Mudança Econômica Novo Recorte Regional no Norte Fluminense. In: *Anais do X Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte, 2003.

PIRES NETO, A.F. & AJARA, C. Transformações Recentes na Dinâmica Sócio-Espacial do Norte Fluminense. In: *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*, Caxambú, 2006.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática. 1993.

Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial- portuário do Açú, ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS- AGB, 2011. Disponível em 20/07/2012:

http://www.agb.org.br/documentos/Relatorio_dos_Impactos%20socioambientais_do_Complexo_Portuario_do_Acu_AGB_14092011.pdf

RUA, J. Urbanização em áreas rurais do Rio de Janeiro. In: *Estudos sobre a Geografia Fluminense*, Editora Infobook Ltda., 2002.

_____. *Seguindo Novos Caminhos: transformações territoriais e modernização no município de Quissamã- RJ. Uma contribuição para o desenvolvimento local*. São Paulo: PPGG-USP, tese de doutorado em geografia, São Paulo, 2003.

SACK, R. D. O Significado da Territorialidade In: *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*, DIAS, L. C. & FERRARI, M. [orgs], Insular, Florianópolis, 2011.

SÁNCHEZ, J.-E.. *Geografía Política*. Madrid: Editorial Síntesis. S.A. 1992.

SANTOS, M. et al. *Território Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XX*. Rio de Janeiro, 9ª ed. Editora Record, 2001.

SAQUET, M. A. & SILVA, S. S. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território In: *Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, p. 24-42* www.geouerj.uerj.br/ojs. 2008.

_____. et al. *Territorialidades e Diversidade nos Campos e nas Cidades Latino-Americanas e Francesas*. São Paulo, Editora Outras Expressões, 2011.

_____. *Estudos Territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica*. In: FRAGA, N.C. Territórios e Fronteiras (Re)Arranjos e Perspectivas. Florianópolis, Editora Insular, 2011.

_____. *Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo, editora Outra Expressões, 2011.

_____. *Estudos Territoriais na Ciência Geográfica*. São Paulo, Editora Outras Expressões, 2013.

SILVA, R. *Indústria e Desenvolvimento Regional no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012.

SILVA, E.S.O. *Continuidades e Rupturas de Ordenamento no Espaço: do Território da Cana ao Setor Logístico e Industrial no Norte Fluminense*. Tese de Doutorado PPGG/UFRJ, 2013.

SILVEIRA, M. L. Novos Aconteceres, Novas Territorialidades In: *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*, DIAS, L. C. & FERRARI, M. [orgs], Insular, Florianópolis, 2011.

SOJA, E. W. *The political Organization of Space*. Washington, D.C: AAG Comission on College Geography. 1971.

SOUZA, M. J. L. O Território: Sobre o Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento In: *Geografia: Conceitos e Temas*, CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo Cesar da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato. [orgs.], 2007.

_____. “Território” da Divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental In: *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*, SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. [orgs.], 1ª ed., ed. Expressão Popular, São Paulo, 2009.

STANLEY, J. Development-induced displacement and resettlement In: *Publications Refugee Studies Centre*. Oxford, United Kingdom- UK 2004.
Disponível em: http://repository.forcedmigration.org/show_metadata.jsp?pid=fmo:5135

SUZUKI, M. Aberturas de barra da lagoa de Grussaí, São João da Barra, RJ: aspectos hidroquímicos, dinâmica da comunidade fitoplanctônica e metabolismo. Tese (Doutorado), Universidade Estadual do Norte Fluminense- UENF. Campos dos Goytacazes- RJ, 1997.

TERRA, D. Economia Petrolífera na Bacia de Campos e Reestruturação do Espaço Regional: uma análise sob a ótica da divisão territorial do trabalho. VIII Seminário Internacional da Rede Ibero-Americana de Investigadores sobre Globalização e Território, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Et al. Os Municípios “Novos Ricos” do Petróleo são os Mais Solidários com sua População? In: *Anais do X Colóquio Internacional sobre o Poder Local*, Salvador, 2006.

WANDERLEY, M.N.B. O Agricultor Familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, PAULO [org.]. *Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro*. Rio de Janeiro, 2009.